

# LUÍS VIANA FILHO

## O GOVERNO CASTELO BRANCO



COLEÇÃO  
DOCUMENTOS BRASILEIROS



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

## CAPÍTULO IX

### A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES MILITARES

COMO HÁ CRISES perigosas e imediatas, assim outras são trabalhosas e longas. A da aviação embarcada, que trouxe três ministros, e alimentou clima de tensão entre Marinha e Aeronáutica, é uma destas. Ao Presidente Kubitschek se atribuiu o propósito de quebrar a identidade e harmonia entre as duas armas a partir do episódio do cruzador *Tamandaré*, por ocasião da deposição do Presidente Café Filho. Surgiu, porém, ao adquirir aquele presidente o navio-aeródromo *Minas Gerais*, cujos aviões a Marinha reivindicava. Tal seria, nem mais nem menos, admitir-se-lhe uma aviação naval, que a Aeronáutica considerava ilegal.

Dáí por diante o entendimento fora impossível. Nenhum presidente assumira a responsabilidade de uma decisão. Diz-se que Jânio Quadros exigira que os aviões pousassem no *Minas Gerais*, nos festejos de Sete de Setembro. Renunciou, porém, dias antes. No Governo Café Filho, o ministro Amorim do Vale revigorara o Centro de Instrução e Adestramento Aero Naval, criado na presidência Dutra, e, aos poucos, a Marinha formara uma aviação sua, que a Aeronáutica preferia ignorar, denominando tais aeronaves, quando assinaladas, de *Objetos Não Identificados (ONI)*.

Ao Presidente Castelo seria impossível protelar o assunto. Isso ele fizera sentir ao almirante Melo Batista, ao convidá-lo para o Ministério. O assunto era-lhe familiar, e dele cogitara desde o início do Governo. Em 18 de abril, ao receber o embaixador Lincoln Gordon, e depois de tratar de outros problemas da administração, ele acrescentara o da aviação embarcada, que dissera evitado na sua solução pelos três presidentes anteriores, mas que se propunha a analisar, a resolver. Tanto mais que tinha idéias conhecidas e expendidas em cursos militares: a Aeronáutica o considerava favorável aos seus pontos de vista. Contudo, amadureceu o assunto, limitando-se a externar aos ministros a crescente necessidade da integração das três armas. Mas, em agosto, por ocasião das ma-

nobras da Operação Unidas, reunindo navios de vários países, a crise afluorou inequívoca. Provocou-a a presença, no convés do *Minas Gerais*, de aviões da Marinha, nos termos de autorização dada pelo próprio Presidente, que, não sendo alertado pelo ministro, assinara uma Ordem de Operação nesse sentido. Para a FAB, o fato era intolerável.

Em 13 de agosto, o Presidente dirigiu-se ao ministro Melo Batista, dando-lhe a orientação do Governo: *"Não existe ainda — dizia a carta — uma Aviação Embarcada, pertencente à Marinha. Continua em plena vigência o Decreto-lei n.º 2.961, de 20 de janeiro de 1941, que diz ser a Aviação uma 'corporação única subordinada ao Ministério da Aeronáutica'. É a centralização de meios aéreos numa só força."* E, para não deixar dúvida sobre a decisão, esclarecia: *"Julgo, pelo menos, que nenhum avião de treinamento [eram justamente os que a Marinha desejava colocar a bordo] poderá participar das operações."* E concluía, como se deixasse entrever o desfecho:

*"Eu sei que o assunto é complexo e envolve tensões. Mas sei, também, que não é possível mais adiar o início de minhas diretrizes sobre matéria de tão alta importância para as Forças Armadas."*

*Para Vossa Excelência bem aquilatar a necessidade da providência que lhe entrego, sobre o assunto, não projeta a organização de uma Aviação Naval e procura estabelecer que a Aviação Embarcada seja constituída de meios da Marinha e da FAB".*<sup>1</sup>

A conseqüência imediata foi o pedido de demissão do almirante Saldanha da Gama, que, no dia 19, escreveu ao Presidente, em caráter "pessoal": *"Como Diretor-Geral de Aeronáutica da Marinha, e, portanto, interessado diretamente no assunto, não desejo de maneira alguma, nem ao menos pelo silêncio, ser participe nessa medida que encerra graves conseqüências e pela qual Vossa Excelência será responsabilizado perante a Nação, pelo futuro e pela História."*<sup>2</sup> No mesmo dia, tendo viajado para Brasília, o Presidente comunicou em carta ao ministro: *"Tenho a impressão de que S. Exa. [almirante Saldanha da Gama] é que deseja entrar na História, não querendo participar de minha decisão. Julga-se incompatibilizado. Mas a História que o almirante Saldanha da Gama pensa já estar a seu lado vai julgar a nós dois. Não desertarei do que me cabe, o que é de minha formação e de minha atuação no presente. Coloco sempre a posição, que me cabe tomar, subordinada ao cumprimento de uma missão, numa coletividade, e não, apenas, como exclusiva decorrência de um resguardo de ordem pessoal."* Em se-

<sup>1</sup> Carta de Castelo Branco a Melo Batista, em 13-8-64. In Arq. C.B.

<sup>2</sup> Carta do almirante Saldanha da Gama, em 19-8-64. In Arq. C.B.

guida, dizia com humildade: "*Deploro o seu gesto. Se pudesse, pediria para reconsiderá-lo, pelo bem da Marinha e das Forças Armadas*".<sup>3</sup> Evidentemente não desejava acirrar ânimos.

A participação brasileira na Operação Unitas ocorreu como determinado pelo Presidente, que, ciente da ação do ministro Melo Batista em meio das tensões e explorações reinantes, voltou a escrever-lhe a 26:

*"O Governo está empenhado em tratar, desde já, da elaboração de uma Diretriz sobre a 'Aviação para as Operações Navais' e disposto, como do seu dever, a ouvir o parecer dos órgãos competentes, entre eles, e sobretudo, o Ministério da Marinha.*

*E é meu propósito assentar uma solução de caráter essencialmente militar, norteada superiormente pelo maior respeito ao revigoramento das forças morais dentro da Marinha e da Aeronáutica.*

*Eis por que, adiante, visarei ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis da Marinha, levado na devida conta o respeitável desejo desta, como ciosa detentora de alguns meios aéreos."*<sup>4</sup>

O vulcão adormeceria, para ressurgir, quando se pronunciassem os órgãos técnicos das Forças Armadas. Era o meio de ganhar tempo e, talvez, esfriar o problema, que emocionava a Marinha e a Aeronáutica, radicalizando oficiais de um lado e de outro. Aos não radicais tornara-se até difícil emitir opinião, sob pena de serem considerados traidores da própria corporação.

Por esse tempo, havendo o Presidente elaborado pessoalmente um documento básico, que remeteu aos ministros das duas corporações, Melo Batista encaminhou-o ao Estado-Maior da Armada, que o deveria analisar. Ao retornar ao Presidente, a resposta, que exprimia a insatisfação da Marinha, encerrava crítica contundente, se não desrespeitosa. Soube-se que a redigira o comandante Chamoun. E a julgar pela carta confidencial enviada pelo Presidente ao ministro Melo Batista, em 9 de setembro, a resposta magoara-o profundamente, o que explica a vivacidade da réplica: "*Posso não ser original — escreveu Castelo — mas sempre fui responsável e bem educado militarmente.*" Transbordava. De fato considerara o documento "desrespeitoso e provocador", e, depois de analisar algumas asserções, fazia este reparo:

*"Não compreendo sobretudo a afirmação seguinte: 'Deve-se ainda assinalar que as tripulações dos aviões de patrulha da FAB, baseados em terra, não operam com navios há vários anos e não é lícito supor, portanto, que estejam habilitados para a realização de*

<sup>3</sup> Carta de Castelo Branco a Saldanha da Gama, em 19-8-64. In Arq. C.B.

<sup>4</sup> Carta de Castelo Branco a Melo Batista, em 26-8-64. In Arq. C.B.

operações com navios'. A expressão 'não é lícito supor' é bem uma maneira desagradável do EMA opinar. Que dirá ele dos aviadores navais que só pilotaram aviões de guerra nos Estados Unidos e não mais aqui, e dos aviadores navais que só sabem pilotar aviões de treinamento? Eu preciso decidir na base de esclarecimentos desapaixoados e completos."

O tom da contradita mostra bem o propósito de ir ao fundo do problema, para o resolver. Concluía com firmeza:

*"Continuo a estudar o assunto da aviação para as operações navais. O gesto do EMA não me esmorece. E creio mesmo que ele irá ainda muito me auxiliar. É uma questão de patriotismo e de princípios militares de organização."*

Tratando-se de carta com a nota de "confidencial", não havia por que presumir que o ministro a exhibiria aos camaradas, nem se soube se isso ocorreu. Mas o assunto continuaria a ferver, qualquer que fosse o aspecto artificial de calmaria. E certo de que tudo acabaria nas suas mãos, o Presidente prosseguiu estudando o intrincado tabuleiro, no qual se tornara difícil mudarem-se as pedras. Frequentemente ouvia o general Geisel, incumbido de coordenar informações de representantes da Marinha e da Aeronáutica no Gabinete Militar, especialmente do coronel Délio Jardim de Matos e do comandante João Carlos Palhares dos Santos, ambos à altura da contingência e capazes de palmilhar terreno inçado de armadilhas e incompreensões. Também o almirante Martini, chefe do EMFA, colaborava na busca de solução.

Enquanto esta não chegou, o Presidente tentara fazer prosélitos, pregando a necessidade das reformas alcançarem os meios militares. Imaginava-as profundas. Ao comemorar-se o Dia do Aviador, a 22 de outubro, Castelo retomou o tema: *"Não é possível admitir-se a ausência da FAB nas reformas. A sua evolução é integrante da evolução das instituições políticas e a FAB tem assim que participar da época reformista da nação brasileira."*<sup>5</sup> Incutir a idéia da reforma era o primeiro passo para alcançar-se o estágio da integração, na qual incluía o Ministério da Defesa, concepção que acalentava, considerando-a imprescindível no futuro. Contudo, efetivada a Reforma Administrativa já na fase crepuscular do Governo, não teria possibilidade de vencer as reações, particularmente na Marinha, cujo ministro, ao deixar a pasta, diria haver advertido por mais de uma vez ser a corporação extremamente sensível a dois temas — a aviação embarcada e o Ministério da Defesa, cuja criação deveria ser precedida de livre discussão, persuasão e acordo. Era a maneira de o impedir.

<sup>5</sup> Discurso do Presidente Castelo Branco, no Dia do Aviador, 22-10-64.

Seria a luta sem tréguas do espírito reformista do Presidente. Este, aliás, ao falar, pouco antes, no Estado-Maior do Exército, também aproveitara a oportunidade para insistir na tecla reformista, e lembrou que ali mesmo, em 1963, ao encerrar um estágio sobre a Guerra Revolucionária, declarara necessário, para evitar-se o seu desenvolvimento, promoverem-se reformas *“de ordem política, econômica e social”*. Agora só tinha motivos para insistir e tentar a execução de um programa reformista. Em seguida, numa evidente alusão aos ortodoxos, preocupados nas punições, observara: *“A Revolução não veio somente para punir e obsedar-se na procura do equilíbrio orçamentário. O Brasil pretende que a Revolução o leve mais longe. Esse é o aspecto construtivo da Revolução”*.<sup>6</sup>

Ninguém mais do que ele desejava construir. E almejava fazê-lo dentro de uma estrutura legal, democrática, os Poderes funcionando regularmente, livre inclusive de certos políticos que, *“como vivandeiros alvorçadas”*, iam aos bivaques dos granadeiros *“provocar extravagâncias do poder militar”*. Dissera então: *“A Revolução não é um estado de espírito desajustado ao funcionamento dos Poderes, nem, muito menos, uma ocupação militar do Poder Político Nacional.”*

O inesperado reacendeu, porém, o problema. A 8 de dezembro, ao retornar de Aracaju, o Presidente foi informado do incidente em Tramandaí, onde helicóptero da Marinha teria sido danificado por elementos da Aeronáutica. O estopim era perigoso. Circulava, inclusive, que o almirante Murilo Vasco Silva, comandante do 5.º Distrito Naval, admitia resgatar o helicóptero a qualquer preço. O Governo ficou inquieto, aguardando os acontecimentos. No dia seguinte, o Presidente recebeu, separadamente, os ministros das duas corporações. O da Marinha não escondia indignação. Já no fim do dia, antes de se retirar para o Alvorada, o Presidente narrou ao general Geisel, na presença de Délio Jardim, as conversas com os dois ministros. De ambos os lados haveria culpas. Guardei a impressão de que o Presidente, mais desapontado do que irritado, ainda não escolhera o rumo que devia seguir.

O incêndio lavraria alto. Em 9 de dezembro, desde cedo, o Batalhão de Guarda, em uniforme de gala, postara-se na Praça dos Três Poderes, pois haveria apresentação de credenciais. Era espetáculo sempre interessante, embora conhecido de antemão: concluídas as cerimônias, presentes os Gabinetes Militar e Civil, o ministro Paranaguá, chefe do Cerimonial, conduzia o novo embaixador até a banda militar, para ouvirem os hinos, seguindo-se a re-

---

<sup>6</sup> Discurso de Castelo Branco, no Dia do Soldado, em 1964, no auditório do Estado-Maior do Exército.

vista à tropa, e, depois, a despedida com discreta reverência. Alguns curiosos também apareciam na amplidão da praça, para o desfile, e, às vezes, aplaudiam. O primeiro recebido nesse dia foi Enrique Caballero Escobar, embaixador da Colômbia, antigo político, homem física e intelectualmente ágil, magro, bigodes espessos, e que chamara atenção pela gravata borboleta azul e branco, que combinava com um lenço semelhante transbordando do pequeno bolso superior do paletó. Enquanto esperávamos a cerimônia, o incidente de Tramandai dominava o ambiente. Salvador Diniz, genro do Presidente, geralmente avesso a opinar nos assuntos alheios aos seus, não escondia a inquietação. Na oportunidade escrevi esta nota: *“As dez horas o Presidente resolve redigir uma nota secreta para os dois ministros, e o general Geisel, muito preocupado, diz-me que o ministro da Aeronáutica se demitirá.”*

Como sempre acontecia, Geisel não falhou na previsão, também transmitida a Pedro Aleixo, que aparecera antes das credenciais. Inicialmente, pondo água na fervura, ele sugeriu esbarrar os inquéritos instaurados pela Marinha e pela Aeronáutica, dado os inconvenientes de inquéritos simultâneos. O Presidente, atendendo-o, avocou a ambos, nomeando o general Valdemar Levi Cardoso para apurar os fatos. Contudo, não lograria sustar a exoneração do ministro Lavenère, que, em oposição ao Presidente, não aceitava resolver-se o assunto por ato do Executivo, e sim por lei, que o dirimisse.

Além de não querer agravar as dissensões, o Presidente tinha apreço por Lavenère, a quem, mais tarde, nomeou chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Ao receber pois, a demissão, respondeu-lhe instando por que se mantivesse no posto. Chegou a criar-se a impressão de que o ministro acederia.

E como circulassem notícias sobre pertinente decisão, o Presidente apressou-se em mandar a Secretaria de Imprensa desmentir: *“O Sr. Presidente da República — rezava a nota divulgada — não deu conhecimento a ninguém de qualquer resolução sua a respeito do assunto [aviação embarcada], que continua sendo objeto de estudos por parte de Sua Excelência.”* Cortava o mal pela raiz, cuja tensão baixou sensivelmente.

O incidente era, porém, um golpe no espírito de integração. Talvez por isso, devendo falar a 12 de dezembro na Escola de Guerra Naval, o Presidente aproveitou o ensejo para voltar ao tema. Fê-lo defendendo as suas idéias. Algumas frases mostram o estado de espírito em que se encontrava. Primeiro falou o reformista: *“A Revolução deve atingir profundamente todas as Forças Armadas, em sua doutrina, estrutura e mentalidade.”* E dizia adiante: *“É dever do Governo, que é também uma Revolução em marcha, promover a re-*

*forma máxima das Forças Armadas. E é dever de cada Força lançar-se decididamente na colaboração da integração dos meios militares brasileiros.*"<sup>7</sup>

Não iria de nenhum modo recuar. Em seguida, tratou da integração: "Modernamente — dizia — nenhum país mais pode possuir forças armadas isoladas ou dispersas. Porque a decisão militar, na atualidade, não assenta em esforços apenas interdependentes. A guerra total mobiliza recursos totais de uma nação. A guerra global alinha esforços de muitas nações. Mas, numa e noutra, o esforço militar combinado e conjunto promove a decisão nos domínios do total e do global. Há ações conjuntas e combinadas, com comandos até unificados. Quanto mais poderosos os meios, mais necessidade de integrá-los, e quanto mais reduzidos eles forem, mais indispensável se torna aproveitar o seu rendimento conjugado." Falava ex-câtedra. E fazia-o convictamente.

No Rio, embora diminuída a tensão, o ministro Lavenère insistiu na demissão: não resistira ao ambiente criado pelos inconformados. No dia 14, o Presidente agradeceu-lhe os "inestimáveis serviços e esclarecida colaboração." E, embora habitualmente discreto nos elogios, fazia justiça à capacidade do auxiliar: "No conjunto das Forças Armadas, a sua conduta constituiu um exemplo de compreensão e de correção para com todos e para com os setores dos meios militares brasileiros."<sup>8</sup> Dessa forma aceitava a contingência, sem guardar ressentimentos.

O essencial era encontrar-se novo ministro para apaziguar os ânimos, e abrir caminho para uma solução. Desde a véspera, 13, o brigadeiro Márcio de Melo e Sousa, que comandava a zona aérea de São Paulo, aceitara assumir a pasta. Era domingo. Coincidindo com o Dia da Marinha, o brigadeiro chegara ao Laranjeiras bem antes das oito horas, e, ao retirar-se, o Presidente informou-me haver aquele aceito o Ministério. Desejoso de adaptar-se à substituição, logo acrescentara que o ministro Lavenère era "de mais pensamento", ao passo que o novo era "de mais ação". Como todas as definições e comparações, esta também seria temerária. Retaco, o rosto gordo, o futuro ministro espelhava realmente uma fisionomia de decisão. Seria desses militares dispostos a enfrentar dificuldades, e a isso acresceria a condição de revolucionário cem por cento. Tinha o espírito do ortodoxo.

Evidentemente chegara a hora de decidir, e um balanço das opiniões dos órgãos técnicos mostrava o seguinte: enquanto o Estado-

<sup>7</sup> Discurso na Escola de Guerra Naval, em 12-12-64.

<sup>8</sup> Carta de Castelo Branco ao brigadeiros Lavenère-Wanderlei, em 14-12-64.



Maior da Armada dizia que os aviões em operação no *Minas Gerais* deviam pertencer à Marinha e operados por aviadores navais, o Estado-Maior da Aeronáutica entendia que toda e qualquer aeronave militar seria da FAB, e por ela operada, sem subordinação ao Comando da Esquadra. O EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas) ficara a meio caminho, não definindo com nitidez a subordinação dos aviões em operação a bordo.

De ambos os lados, raros os que admitiam conciliarem-se. Pelo contrário, formara-se a idéia de que o que servisse a um lado certamente seria danoso para o outro. Assim, ao saber que o Presidente se inclinava para entregar à Marinha os seus helicópteros, o novo Ministro, três semanas após haver assumido, transmitiu ao Chefe do Governo a decepção em que estava, juntamente com os camaradas ouvidos antes de aceitar a pasta. Márcio a Castelo, em 6 de janeiro:

*“Cabe-nos afirmar que fator preponderante na uniformidade do pensamento dominante em nossos camaradas consultados foi a confiança absoluta depositada em Vossa Excelência, acrescida da peremptória e repetida declaração feita, não somente a nós, mas aos eminentes maiores brigadeiros Gabriel Grün Moss e Adil Oliveira, de que permanecia Vossa Excelência fiel à opinião anterior e publicamente externada, contrária à criação de uma nova Aviação Naval.”*

Em seguida, lembrando haver o major brigadeiro Moss declarado, ao assumir a chefia do Estado-Maior da Aeronáutica, que todos se esforçavam, “mesmo arrostando a injustiça da incompreensão”, para assegurar “clima e tempo” para uma decisão, parecia cobrar um compromisso:

*“Consinta, Senhor Presidente, declarar a Vossa Excelência que a distinção agora feita, ao admitir que a outorga à Marinha de uma Aviação Embarcada não significa a criação de uma Aviação Naval que, no pensamento ora externado por Vossa Excelência, abrange outros tipos de atividade aérea, é fato que foge, por inteiro, ao aspecto pelo qual a Aeronáutica compreende o problema.”<sup>9</sup>*

A carta surpreendeu o Presidente e tornou insustentável a situação do ministro, que, no mesmo dia, evocou as dúvidas que o tinham assaltado ao aceitar o Ministério: — “O que constatado com grande pesar ante a oportunidade perdida de cooperar com um estadista digno por todos os títulos.”<sup>10</sup> Era a exoneração, e novamente se moveu a ciranda na busca de um ministro.

---

<sup>9</sup> Carta do brigadeiro Melo e Sousa ao Presidente Castelo Branco, em 6-1-65.

<sup>10</sup> Idem.

O acaso colaborou favoravelmente. Eduardo Gomes, ou simplesmente o Brigadeiro, como há muito conhecido por todo o país, apesar de reformado, permanecia a maior figura da Aeronáutica, da qual se fizera patrono pela bravura e pelo idealismo. Sobrevivente dos revolucionários do Forte de Copacabana, em 1922, o tempo tornara-o sempre maior pela correção das atitudes. Verdadeiro ídolo para algumas gerações da aviação. Duas vezes candidato à Presidência da República, ministro após a queda de Getúlio Vargas, nenhuma circunstância o afastara dos camaradas. Operado, havia pouco tempo, ia agora convalescer em Araxá, quando, no aeroporto, encontrou Golberi, a quem transmitiu o que pensava sobre a crise: bastava o Presidente pôr em execução o que a Marinha fizera com o CIAAN (Centro de Instrução e Adestramento Aero Naval), e o assunto se resolveria.

Em Araxá, Eduardo Gomes mal teve tempo de almoçar: um rádio informou-o de que o Presidente precisava falar-lhe, e mandaria buscá-lo. Ao chegar ao Rio, e antes de se dirigir ao Laranjeiras, foi ao ministério, onde a irritação se generalizara, tornando impossível conversar-se com tranqüilidade. A emoção sobrepunha-se ao racional. No Palácio, certo de que o Presidente lhe pediria para indicar alguém, Eduardo Gomes viu-se surpreendido pelo convite para ser o ministro. Como recusar um serviço a quem salvara o país do caos? A 11, o Brigadeiro empossou-se na Aeronáutica.

Na Aviação, graças à autoridade do novo ministro, a crise arrefeceu. Na Marinha, entretanto, ela se reabriria de modo inquietante, e o Presidente malogrou nas tentativas de demover Melo Batista. Num mesmo dia, o Presidente recebeu o ministro por três vezes, durando três horas cada uma das audiências. Por fim, já às onze horas da noite, acordaram que o conflito levava à demissão do ministro, que se considerava sem condições para permanecer no cargo. Era o fim do que, em alguns círculos, se chamou “a revolta das Dione”.

De fato, não houve como demover a Melo Batista, que também julgava impossível convencer a Marinha, por não aceitar dizerem-lhe — escreveu o Ministro ao se exonerar — “que a ela são vedados a posse e o emprego de meios aéreos próprios para operações no mar”.<sup>11</sup> Quanto ao Presidente, a solução decorria de “bases doutrinárias já assentadas há muito tempo”, só lhe cabendo cumpri-la. Era o terceiro ministro que saía por força da aviação embarcada, arrastando consigo o pedido de demissão do almirante Aarão Reis, chefe do Estado-Maior da Armada, a quem a medida importava “em cercear os meios aéreos próprios que a Marinha preparou esforça-

---

<sup>11</sup> Carta de Melo Batista a Castelo Branco, em 13-12-64.

damente.”<sup>12</sup> “*Lamento o seu ponto de vista e a sua preocupação*”, respondeu-lhe o Presidente.<sup>13</sup> E mandou que encaminhasse ao ministro o pedido de demissão. A saída do ministro desapontara, porém, o Presidente. E a um auxiliar ele manifestou haver sido a noite da exoneração o pior momento vivido na Presidência. Na realidade amargava a decepção.

O Presidente não demorou em fixar-se no almirante Paulo Bósio para ocupar a pasta. Tratava-se de ilustre oficial da Marinha, reformado havia seis anos, e que, recentemente, servira à Revolução, presidindo a Comissão Geral de Investigação, onde substituíra o marechal Taurino Rezende, e revelara qualidades de prudência e ponderação, tão do gosto do Presidente. Realmente, nos três meses em que exerceu aquela função, desvencilhara-se da pressão dos exaltados, ávidos de punições, e, dentro da orientação presidencial, jamais se afastara da prova processual, exigindo sempre a defesa do indiciado. E como o Presidente se recusara a prorrogar o prazo das investigações, trabalhara dia e noite para encerrá-las em 9 de outubro, depois de estudados e julgados 1.110 processos. E malgrado as dificuldades e antipatias da tarefa, não provocara maiores críticas, o que mostrava um espírito inclinado a contornar e apaziguar. O Presidente louvou-lhe a “*firmeza coerente e inabalável em que a serenidade se aliou, sem alarde, com o humano, o justo, e os imperativos de uma nova ética política e administrativa.*”<sup>14</sup> Assim, no mesmo dia da exoneração de Melo Batista, o almirante Bósio, que se encontrava em Bragança Paulista, recebeu o chamado do Presidente.

Além das virtudes pessoais, o futuro ministro estava de acordo com a decisão presidencial, mas se conservara alheio às paixões desencadeadas pelo assunto. Para ele, a solução atendia ao princípio da economia de meios, evitando a existência de aviões da Marinha e do Exército, e assegurava a cobertura aérea necessária às forças de Superfície e Submarinas, da Marinha, uma vez que os aviões da Esquadra, embora pertencentes à FAB, obedeceriam ao comando da Força Naval, quando em operações.

No dia 18 houve a transmissão do ministério. Era a oportunidade de o demissionário externar os motivos da divergência. Depois de se referir aos “esforços do sério e austero Governo” do qual se retirava, acrescentara com ênfase: “A ordem de desembarcar os aviões da Marinha e entregá-los será dada por outro almirante ou

---

<sup>12</sup> Carta do almirante Levi Aarão Reis ao Presidente Castelo Branco, em 15-1-65. In Arq. C.B.

<sup>13</sup> Carta de Castelo Branco ao almirante Aarão Reis, em 17-1-65.

<sup>14</sup> Discurso do Presidente Castelo Branco ao empossar o ministro Paulo Bósio, em 18-1-65.

por outro ministro que não eu.”<sup>15</sup> Compreensível era essa atitude em quem se comprometera com idéias opostas às adotadas pelo Presidente. Por sua vez, o novo ministro, ao responder ao Presidente, deixara explícita a sua natural posição: “Dois aspectos nortearão a minha administração: a união da Marinha e a coesão dentro da classe; e a união da Marinha com as outras forças armadas.” Não precisaria dizer mais. Em 26 de janeiro de 1965, um decreto formalizou a decisão: nele já havia o dedo do novo ministro. Nesse mesmo dia, certamente não por acaso, o Presidente visitou a base de S. Pedro d’Aldeia, onde ficavam os aviões da Marinha, e conclamou os oficiais para “cerrarem fileiras em torno dos sublimes ideais militares acima do comum e do cotidiano”. Buscava transpor dificuldades. E dois dias depois, num helicóptero pilotado pelo comandante Amaral, e como se experimentasse pessoalmente o terreno, o Presidente, em companhia do general Geisel, pousava no convés do *Minas Gerais*. Havia aparente tranqüilidade. Entretanto, durante meses, e apesar das sucessivas reuniões do Estado-Maior da Armada com o da Aeronáutica, não houve acordo para a regulamentação do decreto.

As rodas rangiam. Na realidade o carro pegara no artigo 4 do projeto de regulamento, que estabelecia ser a “instrução do pessoal envolvido em operações aeronavais da responsabilidade da Marinha.” O que era inaceitável para a FAB. Em maio, impaciente com a protelação, o Presidente confiou ao general Geisel vencer a dificuldade. Como cortar o nó górdio? Geisel costumava ser o homem das soluções. E, ao aprofundar os entendimentos com as duas áreas desavindas, verificou cingir-se a divergência à diferença de interpretações sobre a expressão “instrução”. Para a FAB significava todo o processo de formação, desde a Escola, ao passo que a Marinha considerava-a apenas a “preparação” do militar para alguma das especializações do conjugado aeronaval. Em verdade, um ovo de Colombo.

Descoberta a causa do empecilho, o resto foi fácil. E, em 21 de maio, o Presidente sancionou o decreto 56.309, solucionando o assunto definitivamente. Cada qual cedera um pouco, e ambas as corporações estavam inclinadas à cooperação. Era o termo da mais longa e mais trabalhosa das crises enfrentadas pelo Presidente Castelo. E quando, nesse ano, em novembro, voltou a realizar-se a Operação Unitas, ele, em companhia dos ministros da Marinha e da Aeronáutica, assistiu do *Minas Gerais*, barra fora, a algumas manobras aeronavais. Haviã sido vencidos os receios de acidentes,

---

<sup>15</sup> Discurso de Melo Batista, em 18-1-65, ao transmitir o cargo do ministro da Marinha.

dada a inexperiência dos aviadores da FAB nesse tipo de operações, e tudo transcorreu com admirável precisão, como ainda ocorre, volvidos vários anos, não se registrando qualquer acidente de monta. A integração dava frutos.

Voltado para uma concepção mais ampla da integração das Forças Armadas, solucionar o problema das operações aeronavais representou apenas um pormenor diante da aspiração maior, a criação do Ministério da Defesa, que o Presidente considerava passo importante em direção ao futuro. Para ele seria a grande reforma no campo das instituições militares. Contudo, dentro de breve e conturbado período de governo, devendo vencer arraigados preconceitos, Castelo, embora houvesse protelado a Reforma Administrativa na esperança de nela inserir o rumoroso ministério, não conseguiria levá-la a bom termo. A Marinha mostrava-se radicalmente contrária, a Aeronáutica indiferente, e o Exército favorável, mas sem entusiasmo. E tudo isso tornava o fardo excessivo para Castelo.

A integração das Forças Armadas, entretanto, estaria sempre nas cogitações do Presidente, que desejava, inclusive, equilibrar a influência das três armas no planejamento militar do país. Seria o meio de as identificar. Também Roberto Campos e Bulhões insistiam na criação do Ministério da Defesa como meio de coordenar e disciplinar os orçamentos militares, com base numa análise dos sistemas de armamentos, em vez de refletirem apenas visão parcial do problema, ou a personalidade mais ou menos forte dos ministros militares e sua capacidade de pressionarem.

Para Castelo, o Ministério da Defesa era idéia acariciada pelo menos desde 1958, quando instrutor da Escola Superior de Guerra. Também assim pensavam os oficiais integrantes do grupo da "Sorbonne", e Juarez Távora, no seu livro *Organização para o Brasil*, afirmara que "a solução oportuna do problema do reaparelhamento material equilibrado dos três ramos das Forças Armadas", por exigir rigorosa coordenação de atividades administrativas e técnicas, reclamava a supervisão de toda a administração militar por um órgão único, o Ministério da Defesa, tal como nos Estados Unidos e no Chile.

Em várias oportunidades, o Presidente deixou clara aquela aspiração. Assim, por duas vezes, em novembro de 1964, e em dezembro de 1965, falando na Escola de Guerra Naval, Castelo externou o desejo de reformar a estrutura das Forças Armadas. "A Revolução — dissera em 64 — deve atingir profundamente todas as Forças Armadas, em sua doutrina, estrutura e mentalidade. Modernamente nenhum país mais pode possuir forças armadas isoladas ou dispersas." Conceito que repetiria um ano depois: "O Governo não pode deixar de continuar a promover reformas, devendo então,

no começo de 1966, formular a necessária e indispensável remodelação da alta Administração Militar e dos Altos Comandos." Os obstáculos, entretanto, seriam maiores do que possivelmente imaginara. E, na Marinha, o almirante Saldanha da Gama, presidente do Clube Naval, tornara-se o principal porta-voz dos inconformados com a possibilidade do novo ministério, cuja criação fora solicitada ao Congresso, em 1960, por um projeto do deputado Franco Montoro.

Assim, ao longo do tempo, o Ministério da Defesa, do qual o falecido general Canrobert fora o precursor, conheceu altos e baixos. A revista *Visão*, em janeiro de 1966, assim resumiu a posição de Castelo: "Determinado, mas cauteloso, Castelo Branco preferia lançar-se a um trabalho preliminar de amortecimento de resistências ao princípio de integração plena, resistências estas maciçamente implantadas na Marinha e de menor monta na Aeronáutica. CB gostaria de ver concretizada a idéia sem mais delongas. E para o Ministério da Defesa seria nomeado um civil, neutralizando de saída o argumento de que o órgão centralizador se transformaria num feudo do Exército." Na realidade, dentro de uma conjuntura, que desaconselhava divergências entre militares, Castelo não lograria o clima propício para o que ele chamara "a reforma máxima". Teria, portanto, de buscar caminhos menores que preparassem a integração.

A lei sobre a inatividade dos militares, por exemplo, representaria fator de integração. Nela, aliás, bem como na emenda constitucional n.º 9, de julho de 64, renasciam as velhas idéias do "Coronel Y". Realmente, nos artigos que, sob esse pseudônimo, publicou em 1933, Castelo combatera a presença de militares em cargos eletivos. Queria no Brasil o Exército e a Marinha "livres de parasitas nos seus quadros". Era a repulsa ao que chamava as "carreiras paralelas", feitas por oficiais que, sem deixarem os quadros da atividade militar, se dedicavam à política, logrando ascender e competir com os que permaneciam votados apenas à profissão das armas. Não aceitara sequer a alegação de que defenderiam no parlamento os interesses das corporações. Castelo externara então estes conceitos: "De tudo isto se conclui que absolutamente o militar não representa as classes armadas na política. A experiência tem demonstrado que, em regra, o oficial que se dedica a outras atividades é um profissional medíocre e pouco devotado ao dever militar, esquecendo-se quase sempre dos problemas vitais da sua classe."

A Presidência não fez Castelo esquecer as convicções da juventude. Tanto assim que não demorou em promover emenda à Constituição que, promulgada em julho de 64, estabeleceu a transferência para a reserva ou a reforma dos militares eleitos para algum cargo. Para contornar a possível oposição de militares com assento

no Congresso, foram, todavia, excluídos os mandatos então vigentes. Mais ampla, porém, seria a lei sobre a inatividade dos militares, de dezembro de 1965, cuja elaboração o Presidente, auxiliado pelo general Geisel, acompanhou diretamente. Empenhado em reformar e renovar estruturas, o Presidente, que conservava vivos os episódios do Governo Goulart, parecia desejoso de eliminar a possibilidade das Forças Armadas ficarem a serviço dos caprichos da política, transformando-se numa espécie de milícia governamental. Por vezes, dando ênfase ao pensamento, o Presidente usava a expressão "guarda pretoriana".

Dois pontos da lei suscitaram debate dentro do Governo: a data em que vigoraria a extinção do posto de marechal para os generais do Exército, quando transferidos para a reserva, e o prazo depois do qual o militar, em exercício de função civil, passava para a reserva. Aquela, prevista para julho de 1966, alcançaria o Ministro Costa e Silva, que somente em outubro desse ano atingiria a idade limite, passando para a reserva. Assim, por diferença de três meses, o ministro perderia o marechalato, posto que o Presidente considerava despropositado, e ao qual costumava referir-se ironicamente dizendo ser um simples "título para pensão". No "Diário" de Sarasate encontro esta nota, de 25 de novembro: "*Almoço Laranjeiras. Assunto: emenda sobre acumulação, proventos e projeto inatividade militares. Combato vivamente prazo que atinge C. e Silva e Justino [Alves Bastos]. Presidente diz artigo feito com assentimento M. da Guerra. Sustento este não pode ter gostado. Presidente parece compreensivo e diz voltará ao assunto.*" De fato, a observação de Sarasate era procedente, e dois dias depois o Presidente comunicou a Costa Cavalcanti a iniciativa de mudar para outubro a vigência da extinção dos marechais, o que permitiu a Costa e Silva alcançar o posto que desejava.

Quanto ao prazo durante o qual o militar poderia manter-se afastado sem passar para a reserva, chegara-se a aceitar o de oito anos. Era excessivo, e por isso também inexpressivo para evitar as chamadas "carreiras paralelas", que tanto agastavam os militares que permaneciam na tropa, exclusivamente dedicados à profissão. Por fim foi reduzido para dois anos.

No seu conjunto, a lei proporcionou acentuada satisfação ao Presidente, especialmente pelo sistema de promoções e de renovação que se criara, e que lhe parecia decisivo para mudar as estruturas. Quando lhe apresentei os autógrafos para a sanção, ele não escondeu o contentamento com que lhes imprimia a sua aprovação: "Até agora — disse-me enquanto os assinava — é a lei que sanciono com mais satisfação."

## CAPÍTULO X

### O PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA

EM 30 DE ABRIL de 1964, o Ministério aprovou as “medidas corretivas” que Roberto Campos propusera anteriormente, para aplacarem a crise econômica e financeira. Constituiriam um plano de emergência. Mas, enquanto o executava, o Governo elaborou novo estudo, em documento mais amplo, mais preciso no diagnóstico e na adequada terapêutica para restaurar o país.

Apesar do exíguo mandato (inicialmente era de apenas dois anos), Castelo mostrava-se disposto a enfrentar e ordenar os problemas herdados. Tornar-se-ia assim o fundador de uma nova ordem econômica no país. Desde 1919, Cincinato Braga, notável parlamentar e economista, escrevera ainda estar “por aparecer o homem que deverá fundar o Brasil economicamente”, do mesmo modo que os Andradas o haviam organizado *politicamente*, em 1822. E daí por diante, apesar de algumas sérias mas efêmeras tentativas de disciplina, o país vivera entre improvisos e aventuras, terrivelmente agravados a partir da década de 50.

Era uma tarefa ciclópica essa restauração econômica do país em curto prazo, tendo como objetivos básicos combater a inflação, reativar o desenvolvimento econômico e sanear o balanço de pagamentos. Objetivos quase inconciliáveis, partindo-se de uma herança como a legada pelo Governo Goulart. Realmente, muitas das medidas indispensáveis pareceriam contraditórias, como o reajuste de preços reprimidos, necessários para um crescimento a longo prazo, mas conflitantes com o combate à inflação. Também a transformação no balanço de pagamentos, de deficitário para superavitário, exigiria taxas cambiais realistas, acarretando a subida dos custos e, portanto, dos preços. Do mesmo modo, a rápida redução da inflação dificilmente se conciliaria com o imediato crescimento do produto real. E a tudo isso se devia somar a decepção dos comerciantes habituados



ao indefinido aumento dos preços, e de quantos viviam e prosperavam à custa de auxílios governamentais.

Diante desses problemas, o Presidente Castelo Branco podia ter optado entre duas alternativas: conseguir êxitos razoáveis durante o seu mandato, mas transferindo boa dose de problemas estruturais para o seu sucessor, ou aceitar o sacrifício, dispondo-se a plantar muito e colher pouco, mas legando para o futuro um sistema econômico preparado para rápido crescimento. A primeira alternativa seria exequível, se o Governo insistisse menos na inflação corretiva e na acumulação de reservas externas, tornando-se mais liberal na política de crédito para o setor privado, o que permitiria ao produto real maior crescimento no triênio 1964/66.

Castelo não vacilou — preferiu o caminho mais árduo. Era o seu feito. Como observou Woodrow Wilson, a propósito do exercício da presidência, “a função é a medida do homem, da sua sabedoria, bem como da sua força”. A presidência permitiria conhecer-se a exata medida de Castelo.

Nasceu assim o Programa de Ação Econômica do Governo, conhecido como o PAEG. Destinado a dar continuidade às medidas de emergência, fora escrito entre maio e julho de 1964. Coordenara-o Roberto Campos, para quem os meses iniciais do Governo haviam representado “uma fase, até certo ponto, de introspecção criadora”. Na realidade, uma “luta cruel contra o tempo”. “A opção era dramática — escreveu Campos — ou agir rápida e eficazmente, como se procurou fazer, ou aceitar a alternativa da hiperinflação com estagnação.” Em novembro, já revisto, aprimorado pela experiência do período inicial, foi publicada a versão sintética e consolidada do documento, que, no particular, daria os rumos da ação governamental. O PAEG traçava os pontos principais da nova estratégia da política econômica, apontava os instrumentos de combate à inflação no campo monetário, fiscal e salarial; os mecanismos de incentivo às exportações e de correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos; os instrumentos de estímulo à poupança no mercado de capitais, com o princípio da correção monetária; e as concepções para o problema da habitação popular, e, conseqüentemente, aumento da construção civil. Também se incluía um elenco de investimentos públicos e programas setoriais de crescimento.

No Governo ninguém ignorava os sacrifícios que seriam exigidos do país, nem as dificuldades que se fariam mister vencer, principalmente na imprensa, onde, além dos opositores do PAEG, muitos se mostravam céticos no tocante à sua sobrevivência. Quantos pro-

gramas e planos haviam sido iniciados e abandonados? Aliás, no fundo, Roberto Campos não deixava de ser um cético. E a certa altura isso o faria invocar Camus, que se dizia de uma geração realista, pois, enquanto as anteriores haviam tentado refazer o mundo, a dele o sabia impossível. Também Campos apenas desejava "impedir que o mundo e a nação se desfaçam". Limitação que não teria tornado o trabalho menos ingente. Na realidade, pensava-se em refazer o país.

A opção do Governo fora tanto mais abnegada quanto necessitava do apoio do Congresso para obter novas leis, e sabia quanto estas seriam embaraçadas pelas críticas da imprensa, que mantivera inteiramente livre. Críticas freqüentemente partidas de Paris, sede da campanha de descrédito da Revolução, e da qual havia ramificações na Itália, especialmente em Milão e Roma, e sobre as quais nada influiriam as explicações dos embaixadores Mendes Viana e Sousa Gomes.

De fato, o Governo e a sua política econômica e financeira ressentir-se-iam da falta de propaganda, pois o Presidente jamais admitiria estruturar-se um órgão oficial de divulgação. Menos por não acreditar na sua eficiência do que temeroso de um novo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), como ocorrera sob a ditadura Vargas. Conseqüentemente, o campo ficava livre aos adversários, inclusive no estrangeiro, onde, apoiados na máquina comunista, eles adulteravam a imagem do movimento de 1964. Sobre tudo, continuariam a apresentá-lo como uma ditadura militar.

Negavam-se as coisas mais evidentes, do mesmo modo que se inventavam as mais deslavadas. Gilberto Amado, que acompanhava em Paris, num intervalo das reuniões da ONU, os ataques enca-beçados por *Le Monde*, do qual Irineu Guimarães era o redator no Brasil, escreveu-me, em abril de 65:

*"... o nosso Governo devia prestar mais atenção e atrair a atenção do público para o fato de que pela primeira vez depois de muitos anos não se furta no Governo. O poder deixou de ser um meio de enriquecimento dos políticos. Que a Revolução se esqueça de fazer a propaganda desse fato mostra que a Revolução confia no julgamento popular, no qual não devia crer. A verdade em democracia deve ser gritada. Pela primeira vez não se furta no Governo. Isto devia estar em todas as portas de ministérios, nas dos palácios em Brasília... O Governo Castelo Branco modificou um estado de coisas tão crônico no Brasil como a febre amarela."*

Quando mostrei essa carta ao Presidente, ele se limitou a um elogio a Gilberto Amado, e mudou de assunto. Permanecia, pois,

intransigente contra a propaganda oficial. Dir-se-ia ser indiferente à opinião pública. Não o era, entretanto. Embora as críticas ou mesmo os movimentos de opinião não o desviassem do que lhe parecia certo.

Desse estado de espírito, fez o ministro Bulhões, com o seu dom de síntese, este resumo: “Não obstante a grande preocupação do Presidente em auscultar a opinião pública, recusava-se a seguir a idéia da projeção da imagem governamental. Creio que o Presidente Castelo Branco estava consciente da impossibilidade desse objetivo. Ele poderia ser respeitado, não, porém, popular. A situação em que encontrara o país exigia a adoção de uma política de grandes sacrifícios pela *contradição das providências*, o que é difícil de ser explicado. Ao mesmo tempo que se impunha a disciplina salarial, permitia-se o aumento de aluguéis, da taxa de câmbio, das tarifas de serviços públicos e dos produtos agropecuários. Tal aparente *contradição* é que deu lugar ao surto de progresso que se verificou depois de 1967. Mas, durante o período de 1964 a 1967, foi, sem dúvida, uma fase de desconforto, quer para os empregados, quer para os empresários, pela constante pressão do Governo em forçar o aumento da produtividade, de preferência ao aumento da produção. Daí a política de crédito selecionado, de apelos à moderação nos ajustamentos dos preços, de estímulos à concorrência, de incentivos fiscais que trouxeram novo alento ao mercado de capital, inclusive em favor do crédito público.”<sup>1</sup>

Na época, representou longa e dura batalha, a começar pelo custo de vida, assunto à flor da pele, com que todos sofriam, apontado por muitos como prova do malogro do Governo. De que modo explicar-se estar certa a orientação, se cada dia tudo ficava mais caro? Além do mais, o tema era emocional, invadia todas as áreas, e era freqüente ouvir-se alguém dizer ao Presidente que “a vida estava pela hora da morte”. Dentre os ministros, Costa e Silva, suficientemente íntimo para repisar o assunto, de quando em quando retornava ao problema dos preços, que, ao seu ver, fazia a Revolução incompreendida e até desacreditada perante o povo. Certo dia ele entregou a Castelo a carta que, de Porto Alegre, recebera do irmão, Emanuel: falava do “desencanto e desespero” que tomavam o lugar das esperanças suscitadas pela Revolução, e advertia fraternalmente: “Tu, meu irmão, que *faste um dos melhores dessa Revolução e que gozas de grande respeito na opinião pública, precisas saber que há*

---

<sup>1</sup> Carta do ministro Bulhões ao Autor.

*um grande descontentamento com a alta vertiginosa dos preços das utilidades. A vida está-se tornando insuportável.*"<sup>2</sup>

Na realidade, falava pela boca do povo, pois os preços subiam como por mau vezo. Delfim Neto, num misto de "ironia e de acuidade de observação", descobriu uma teoria sobre o reajuste de preços a que chamou de "gregoriana", a qual consistia na periódica re-marcação deles independente de qualquer causa. Subiam por efeito do calendário. A verdade é que, havendo o Governo, para debelar a inflação, preferido o gradualismo, que se chamou de "contenção progressiva", a vida continuaria a subir por muito e muito tempo. Repelira-se o "tratamento de choque", violento, talvez de efeitos imediatos sobre os preços, mas de graves conseqüências em setores da economia, pois exigiria o congelamento salarial, e virtual eliminação dos deficits públicos, acarretando modificações abruptas na procura global de bens e serviços, e eliminação de certos controles das tarifas de serviços públicos.<sup>3</sup>

De modo geral, os organismos financeiros internacionais inclinavam-se pelo tratamento de choque, doloroso, mas fulminante, e que não daria tempo para uma reação. Temiam eles que, dado o longo prazo reclamado para uma "contenção progressiva", a impaciência do mundo político intervisse desastrosamente. Recente era o exemplo do Plano Trienal, formulado por Celso Furtado, e posto de lado ao surgirem as primeiras dificuldades. E muitos, como Southard, representante dos Estados Unidos no Fundo Monetário Internacional, duvidavam que a turbulenta política brasileira suportasse as pressões provenientes desse prolongado tratamento. Como adivinhar a singular determinação de Castelo? Mário Simonsen explicou a posição das agências internacionais: "Não se tratava de uma aversão científica, mesclada pela evidência empírica e pela dedução lógica. Mas de uma combinação de reflexos condicionados com a analogia dos fumantes — o melhor método de deixar de fumar parece ser o tratamento de choque."<sup>4</sup> E o senador Mem de Sá, mais tarde, revelaria o empenho de Alexandre Kafka, renomado economista, professor na Universidade de Virgínia, junto aos seus amigos Bulhões e Campos, para adotarem o tratamento de choque, do qual não havia nenhum insucesso no mundo, apesar da brutalidade com que causava a paralisação da economia, o desemprego,

---

<sup>2</sup> Carta de Emanuel Costa e Silva, de Porto Alegre, em 14-8-64. In Arq. C. B.

<sup>3</sup> Cf. Mário H. Simonsen, *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*, pág. 9.

<sup>4</sup> Idem, p. 10.

a miséria e a fome. O difícil, se não o impossível, era suportar o interminável gradualismo. “É o aumento da recessão — dizia Kafka. — E aí começam as pressões. Não sei se haverá governo, no mundo, capaz de enfrentar as pressões que se levantam contra o combate à inflação, porque, ao mesmo tempo, à pressão dos pequenos, dos humildes, que legitimamente clamam pela melhoria das condições de vida, há a pressão das classes médias e a pressão dos empresários — a maior de todas, a mais violenta, a que se desenvolve de forma mais persistente. E ainda há a pressão dos políticos, que se prevalecem da oportunidade para granjear popularidade fácil.”<sup>6</sup> Prova de que o homem é o mesmo, em todos os lugares e em todos os tempos, não sendo preciso mudar uma linha para saber-se o que se passou no Brasil, ao se executar gradualmente a deflação. Não demorou, porém, a conversão de Kafka. Ele era desses economistas teóricos, cheios de convicções e boa fé, erudito, tímido, mas a quem os sofrimentos da vida não haviam tornado amargo. Ameno, agradável, parecia agradecido a que, depois do inferno do nazismo, ainda lhe tivessem deixado tantas coisas para pensar e fazer. Em Viena, estudara economia com Von Mises, passando depois para a Inglaterra, onde se apaixonou por Keynes e Marshall. Acabou seduzido pelo Brasil, que elegeu sua segunda pátria. E a ele se deve lúcida análise do programa de estabilização do Governo Castelo Branco, apresentada na Universidade de Virgínia, onde se encontra esta observação:

*“A estratégia deste plano incluiu um ataque tanto às distorções existentes como à própria inflação. Sustar a inflação sem remover as distorções não teria significado, mesmo se fosse possível, já que as distorções não apenas interferiam na eficiência, mas também contribuíam para a inflação, porque a contenção de preços que sustinha as distorções freqüentemente implicava em subsídios orçamentários ou subsídios cambiais.*

*A remoção de muitas distorções existentes, como operação isolada, foi, contudo, necessária, porque elas tinham outras causas diretas além da inflação, tais como a supervalorização cambial, embora a inflação fosse o motivo para seu aparecimento.*

*O ataque às distorções teve dois aspectos: a remoção da contenção de preços e um programa de investimentos públicos. O primeiro aspecto foi uma condição sine qua non da eliminação das distorções. Mas, depois de tantos anos, não se poderia esperar que as distorções desaparecessem sem qualquer ação especial do Governo, a não ser a prazo muito longo. Além disso, vasto número das mais acentuadas*

---

<sup>6</sup> Mem de Sá, *Anais do Senado*, 1965, t. II, p. 1.028.

distorções, — por exemplo, nos transportes — estava localizada nos setores públicos da economia. O programa de investimentos teve um outro objetivo: reestimular o crescimento. O programa de investimentos incluía o setor público federal, autarquias federais e empresas governamentais federais, e os investimentos estaduais, municipais e de setor privado, de tal maneira que os três últimos eram dependentes das finanças federais. Foi dada grande ênfase à remoção de distorções no comércio exterior e setores cambiais.

O ataque à inflação é melhor compreendido como um movimento subdividido em três partes constituídas pela política de oferta, política de renda e preço, e política da demanda, com a última dirigida tanto a fatores fiscais como monetários. Certas facetas da estratégia pode ser rapidamente aqui mencionada: foi essencialmente técnica e isenta de relações públicas. A estratégia adotada foi gradual, tanto em relação à eliminação de distorções, como na redução da inflação existente. Este foi seu aspecto mais importante.”

Roberto Campos, falando na Câmara, declarou que o Governo considerava o tratamento de choque “inaplicável ao caso brasileiro”, visto somente como executável em hipóteses extremas: na inflação relativamente suave, permitindo parar subitamente os preços e reduzindo a procura monetária ao nível possível de incremento da produção; ou na hiperinflação, como ocorreu na Alemanha, na Hungria e na China. Neste caso, era o remédio após o colapso. O Brasil não se enquadrava, porém, em nenhuma das hipóteses, e Roberto Campos, embora monetarista, abandonou qualquer ortodoxia, fazendo concessões ao que, depois da Cepal, se chamou de estruturalismo. Aliás, ninguém melhor do que ele sabia dos percalços a vencer, e os enunciara sem meias-palavras: “Não temos a ilusão de que nossa tarefa seja fácil; será difícil. Temos de escapar de um cone de sombra resultante de um eclipse astronômico em que foram igualmente eclipsados o bom senso e a ética. Como o escritor francês Camus costumava dizer, somos uma geração realista. Todas as gerações, no passado, têm tentado refazer o mundo. A nossa sabe que não pode fazê-lo. Mas, a sua tarefa é mais árdua; impedir que o mundo e a nação se desfaçam.”<sup>6</sup>

Tanto quanto Bulhões, Roberto Campos acreditava na moeda. Nem era sem motivo que lembraria o diálogo entre De Gaulle e Per Jacobson, diretor gerente do FMI, que, ao ouvir aquele falar-lhe dos planos para a grandeza e influência da França, advertira-o com impaciência: “Meu General, antes de restaurar o prestígio da França, é preciso restaurar o valor do franco.” Campos julgava que nada

---

<sup>6</sup> Roberto Campos, *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XVIII, 1964, p. 683.

seria sólido sem os alicerces de um cruzeiro saudável, tese para a qual conquistara o Presidente inabalavelmente. Nela, aliás, repousou o plano elaborado, pedra angular da restauração financeira e econômica. Globalmente era um plano eclético. Conhecido economista, Gilberto Paim, referindo-se a Roberto Campos, diria que ele não ingressara na execução de um programa “apenas com os olhos de um monetarista puro. Fez muito mais do que monetarismo. O Sr. Campos fez estruturalismo.”<sup>7</sup> Muitos contestavam essa afirmação.

No fundo o PAEG deflagrou uma espécie de guerra santa, da qual participariam políticos e economistas, cada qual animado por alguma concepção ou ideologia própria, quase todos diferentes entre si. Formou-se assim uma espécie de Arca de Noé, cada qual apenas apegado a pormenores ou circunstâncias, conforme as suas preferências. Viam as árvores, mas ignoravam a floresta.

O PAEG era referido de imaginação, e até de originalidade. Em alguns pontos era corajoso, sua execução exigia entepidez, como ocorreu com a política salarial, base indispensável para o combate à inflação. “O capítulo da política salarial parece ter sido o de maior originalidade — escreveu Mário Simonsen. — O programa reconhecia que numa inflação crônica os salários reais oscilam fortemente entre picos e vales, devido à conjugação de altas salariais descontínuas com altas contínuas de preços, e que a meta a ser estabelecida deveria ser a estabilização pela média (mais aumentos vegetativos de produtividade) e não pelos picos. Em seu lugar, o PAEG propunha uma fórmula que calculava os reajustamentos salariais de modo a que, no período de 12 meses em que vigorasse a nova remuneração nominal, o salário real médio fosse igual à média verificada nos 24 meses anteriores, acrescida de uma pequena percentagem representativa do aumento de produtividade.” Mas, pelas reações e dificuldades que provocou, inclusive na Justiça do Trabalho, somente em 1965 seria aplicada essa austera política salarial. A fórmula, aliás, fora concebida por Simonsen, que a transmitira a Nascimento Silva.

Magalhães Pinto, que almejava tornar-se o líder de um novo partido, seria dos mais ferrenhos adversários do Plano governamental: “Que adianta uma moeda forte com um povo pobre?”, perguntaria em certa ocasião. E, opondo-se ao que chamava a “desnacionalização da indústria”, afirmava que o Governo já não conseguia convencer ninguém de que estava certo. Na realidade, tendo sempre pensado a longo prazo, Castelo preferia se incumbis-

---

<sup>7</sup> *Revista Civilização Brasileira*, n.º 15. Debate sobre a política econômica do Governo Castelo Branco.

sem os fatos de falar sobre o PAEG, que ele próprio não julgava perfeito.

A principal crítica ao PAEG seria a do excessivo otimismo das suas projeções. Previra um crescimento do produto real, no biênio 65/66, em torno de 6% ao ano, e uma queda inflacionária para cerca de 25% em 1965, e 10% em 1966. Os resultados seriam bem menos favoráveis: o produto real cresceu apenas 2,7%, em 1965, e 5,1%, em 1966, tendo a produção, naquele ano, caído em virtude de uma crise de estabilização. E a redução inflacionária ficou aquém das estimativas: em 65 o índice geral de preços por atacado subiu 28,3%, e o custo de vida, na Guanabara, 45,5%; em 1966, os aumentos foram, respectivamente, de 37,4% e 41,2%, cifras superiores aos 10% admitidos pelo Governo, que, segundo vários comentadores, teria subestimado, pela inexistência de experiência anterior, as dificuldades decorrentes da inflação corretiva e da eliminação dos subsídios concedidos ao trigo e ao petróleo.

Roberto Campos, assim como Bulhões, não desejava comprometer-se com nenhuma meta quantitativa em relação ao declínio da inflação, por julgar, no caso brasileiro, de difícil previsão o comportamento de diversos fatores: a agricultura, o comércio exterior, o efeito do descongelamento de preços para corrigir distorções, o balanço de pagamentos. Preferia apenas formular claramente um elenco de medidas desinflacionárias. O Fundo Monetário Internacional, cuja luz verde era imprescindível para negociarmos com credores externos a consolidação de dívidas, insistiu, entretanto, em objetivos quantitativos da redução da inflação, descrente das anteriores promessas brasileiras e desejoso de um critério fácil, ainda que tecnicamente incorreto, de mensuração de resultados. Trata-se de um "otimismo imposto" e não "espontâneo", diria Roberto Campos. Aquela altura — 1964 — tanto o Fundo Monetário como os países membros mais importantes, inclusive os Estados Unidos e Grã-Bretanha, não tinham ainda experimentado os sucessivos malogros no combate à inflação e na restauração do balanço de pagamentos, que depois se evidenciaram no mundo ocidental, tornando os economistas mais humildes em suas previsões e menos propensos a esquemas quantitativos rígidos de controle de inflação.

O PAEG mostrou falhas, que o Governo corrigiu, à medida em que apareceram. Até porque, disse o Presidente a um jornalista que lhe pusera a questão, *"em momento algum faltou flexibilidade à política antiinflacionária adotada. A todos os instantes retificamos a linha seguida, a fim de tornar menos penosa a recuperação."* Realmente, a execução do PAEG representou permanente correção de rumos, numa prova de estarem os seus autores isentos de qual-



quer preconceito que não o de levar a bom termo a recuperação do país.

Na Câmara, Herbert Levi foi dos mais insistentes contraditores do PAEG. Deputado pela UDN, amigo do Governador Lacerda, antigo revolucionário, banqueiro, vinculado a industriais e fazendeiros paulistas, podia acalentar a aspiração de ocupar o ministério da Fazenda, cargo para o qual possuía vários títulos. Nunca se sentira, porém, à vontade para combater integralmente o Governo, pelo qual era um dos responsáveis, mas também jamais o apoiou sem restrições. Levi, a julgar pelos discursos sobre o Plano, dentro de um propósito que dizia "rigorosamente construtivo", tinha como pontos fracos a deflação quantitativa do crédito, a supressão dos subsídios e o aumento dos impostos. Considerava desnecessárias essas medidas impopulares, por acreditar que a simples presença de um governo idôneo, austero, somado à melhoria da arrecadação e à disciplina dos gastos, bastaria para o equilíbrio financeiro. Raimundo Padilha, que a ele respondeu em certa oportunidade, mostrou quanto isso era fantasioso. E, por exemplo, lembrou que Levi estimara para a reavaliação dos ativos a arrecadação de um e meio trilhão de cruzeiros, quando na realidade não daria senão 137 milhões. Herbert Levi, entretanto, era irredutível em relação ao aumento de impostos e à contenção do crédito. Do mesmo modo que se opunha à supressão do subsídio ao trigo, por considerá-la " eminentemente impopular." <sup>8</sup>

Numa carta ao Presidente, no último trimestre de 65, Levi insistiu em todas as acusações contra o Plano, cuja execução apontou como eivada de "marchas e contramarchas." E voltou à tese do equilíbrio orçamentário sem aumento de impostos, para lançar-se contra "a febre arrecadadora" do Governo. Queria que se combatesse a inflação, estimulando a produção em vez de pressionar o consumo. Depois, voltando-se evidentemente contra Roberto Campos, dizia, revivendo o debate contra os tecnocratas: "Os técnicos devem ser ouvidos e prestigiados. Mas, não podem sentar-se na cadeira dos estadistas e decidir por estes."<sup>9</sup> Faltava-lhes, dizia, "o indispensável contato com a realidade." Em resumo, assegurava haver Roberto Campos conseguido "que jogássemos pela janela aqueles extraordinários fatores positivos." Afinal, cada qual tinha o seu ângulo de ver as coisas, mas o impossível era querer os fins sem admitir os meios. Dilema inconciliável. E, premido pelos que, de um lado, clamavam por uma deflação rápida, e, do outro, pelos que insistiam no aumento da produção, Campos dizia-se estar entre Cila e Caribdes.

<sup>8</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XXXI, p. 649.

<sup>9</sup> Carta de 5-10-65, in Arq. C. B.

Realmente, o “gradualismo” era doloroso, prolongado, e o tempo permitira a mobilização de setores de opinião os mais diversos. Ao lado das donas de casa, contrariadas pela ascensão dos preços, estava a Confederação Nacional da Indústria, cujo memorial, adentando o malogro do Plano, pedia a ampliação do crédito, a redução dos impostos, e uma pequena inflação, que chamava de *creeping inflation*. Flagrantemente os ônus da deflação recaíam sobre todos. Alguns se mostravam compreensivos. Rafael Noschese, por exemplo, industrial, antigo deputado, presidente da Federação das Indústrias de S. Paulo, declarou-se empenhado em colaborar com o Governo “no esforço sério que está realizando para repor o país em novas e mais sólidas bases financeiras e econômicas.” O impossível era contentar a todos. “Como na fábula do moleiro de La Fontaine — observou Simonsen — não há modelo de desenvolvimento econômico que satisfaça simultaneamente a todos os objetivos de uma sociedade.”

Dos ataques contra o Plano, um dos de maior repercussão partiu do professor Dias Leite, considerado pelo senador Mem de Sá, dentre os que criticavam o Governo, o único versado em economia. Dias Leite participava do Conselho Consultivo do Planejamento, órgão criado para ser o fórum, destinado a “colher sugestões, ouvir críticas e angariar contribuições de quantos se encontram integrados na vida econômica nacional.” Reunia representantes patronais, operários e entidades de classe. E o Presidente, sempre voltado às altitudes, compusera-o com figuras de indiscutível idoneidade. Das classes produtoras figuravam Edmundo de Macedo Soares e Silva, João di Pietro, Lindolfo Martins Ferreira e Marino Ramos. Dos trabalhadores haviam sido designados Ari Campista, Paulo Cabral, Odilo Nascimento Gama e José Rota. Frederico Heller representava órgãos de divulgação. Glycon de Paiva viera do Conselho Nacional de Economia. Os órgãos regionais eram representados por Vítor Gradin, Karlos Reichebieter e Paulo de Oliveira Pena. Ao setor técnico e universitário pertenciam Antônio Delfim Neto, Antônio Dias Leite, Saturnino de Brito Filho e o jesuíta Fernando Bastos d’Ávila. Era o cenáculo mais ilustre para debater a política do Governo.

Havia algum tempo que Dias Leite, em artigos no *Jornal do Brasil* e na revista *Síntese*, tomara posição contra o Plano. Não houve, portanto, surpresa, quando, valendo-se da alta tribuna, apareceu de lança em riste. Crítica extensa, que, mais tarde, ampliaria no livro *Caminhos do Desenvolvimento*. Inicialmente, como observou Mem de Sá, subestimava enormemente os males da inflação. Era atitude comum entre os estruturalistas, encontrada também no livro de Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. Ele se insurgira

contra a ênfase dada à deflação, o que julgava estratégia estritamente monetarista. Antes e acima de tudo deveria colocar-se o desenvolvimento. Dias Leite, de algum modo, navegava nas mesmas águas, e apresentou ao Conselho do Planejamento para debate, o Programa de Ação Econômica do Governo em Face da Realidade Nacional. Praticamente, não fazia qualquer concessão, a começar pelos objetivos, que considerava errôneos, em virtude de uma falha no "próprio diagnóstico da crise." Contudo, embora discutisse vários aspectos do Plano, o âmago da crítica consistia na posição atribuída ao desenvolvimento, diante do qual a inflação era irrelevante, devendo ser absorvida através da poupança e da eficiência do sistema econômico. O desenvolvimento se incumbiria de devorar a inflação. A conclusão: "A política econômica em curso não atende ao interesse nacional. Não tem condições para a adesão da maioria da população. A fase histórica em que ela se desenrola poderá ser lembrada como oportunidade perdida, na marcha para a emancipação econômica do país."

Dada a notoriedade do autor, a crítica provocou acalorada discussão. No Conselho, Delfim Neto, relator, deu um parecer sucinto, lógico e nítido. Fixava em três pontos a crítica de Dias Leite: 1) a política do Programa não era adequada ao Brasil, visto não criar condições para o desenvolvimento; 2) o plano era inconsistente por ter objetivos incompatíveis entre si, como são o combate à inflação e a retomada do desenvolvimento; 3) a política era imprudente por se apoiar em auxílio externo e nas transações com o exterior, significando decisões fora de nossos controles. Depois, Delfim disse-cava-os, mostrando a precariedade do modelo proposto, que considerava duas as causas básicas do desenvolvimento — a eficiência do sistema econômico e a taxa de formação de poupança — dependentes do grau de inflação. Habitado à matemática, Delfim Neto não teve dificuldade em lançar mão de fórmulas algébricas para mostrar a inanidade da relação entre a taxa de desenvolvimento e a taxa de inflação. E dizia com mordacidade: "Se existe a ligação entre a taxa de desenvolvimento e a taxa de inflação, o Prof. Dias Leite tem razão."

Delfim, entretanto, contestava-o categoricamente: "Parece-nos que é impossível negar que todas as análises que têm sido levadas a efeito na escala nacional de alguns países e na escala internacional chegaram pelo menos à conclusão de que não existe evidência de correlação positiva entre a taxa de desenvolvimento e a taxa de inflação." Qual a evidência, no Brasil, de que uma inflação de 90% ao ano possa produzir uma taxa de desenvolvimento maior do que uma inflação de 50% ou que uma inflação de 50% possa produzir uma taxa de crescimento maior do que uma de 15%? Para Delfim,

a pergunta liquidava o assunto, e, para ele, o programa de Dias Leite não representava uma opção válida.<sup>10</sup>

Aliás, bem mais tarde, em 1969, Delfim, num artigo sobre as "Vicissitudes da Política Econômica no Brasil", voltou a insistir na sem-razão dos "adeptos da inflação crônica como instrumento de desenvolvimento."

Desse debate, longo, vigoroso, por vezes apaixonado, existem importantes subsídios para julgamento, embora os fatos posteriores tenham apagado dúvidas sobre os bons resultados do Plano. Não será de todo inútil consultar mais opiniões, quais as então emitidas por Davi Carneiro, João di Pietro, Oliveira Pena, Vieira Pamplona, Saturnino de Brito e Glycon de Paiva. Este mostrou-se irreverente na contestação a Dias Leite, a quem atribuía um Novo Plano. Seria o "neodesenvolvimentismo". "Como se vê — dizia Glycon de Paiva — Dias Leite é criador, com o seu Novo Plano, do neodesenvolvimentismo entre nós, ou seja: progresso com inflação, coexistência do Estado empreendedor com livre empresa aventureira e solta, dando curso amplo à sua energia potencial e não contida por regras e obrigações estritas." Na realidade era uma caricatura, focalizando os pontos fracos de Dias Leite, dentre os quais, escandalizando velhos e novos, estava o desprezo à inflação, pela qual já pagáramos alto preço. Como readmiti-la? Contudo, para Glycon, o essencial, no momento, era não se interromper a execução do Plano, evitando o que acontecera desastrosamente em outras oportunidades. "Não troquemos de cavalo no meio do banhado", dizia de modo pitoresco. De fato, Castelo não cederia a pressões.

Dias Leite estava, porém, muito apaixonado para dar o assunto por encerrado. Um ano depois voltou a apresentar nova crítica ao PAEG. E, para "demonstrar que o PAEG estava errado e apresentar-se como Cassandra, o ilustre professor usou estatísticas disponíveis com certa licenciosidade", retrucaria o próprio CONSPLAN, que redigiu nova defesa, mostrando a desaceleração do processo inflacionário, os progressos no campo fiscal, o saneamento cambial, a realização das reformas de estrutura econômica propostas pelo Plano, e a maneira segura por que se retomara o desenvolvimento na agricultura e na indústria.

O PAEG, desfaldando uma bandeira de reforma de estruturas e contrariando antigos beneficiários da inflação, que Luís Morais Barros dizia considerarem como "o combustível da prosperidade", atrairia numerosos ataques. Seria como o S. Sebastião sob as flechas

---

<sup>10</sup> Sobre o trabalho do prof. Dias Leite e os debates que provocou no Conselho de Planejamento Econômico, inclusive o relatório do ministro Delfim Neto, veja-se o Documento de Trabalho, n.º 3, do CONSPLAN.

dos incrédulos. No Conselho Nacional de Economia, o industrial Fernando Gasparian, notoriamente vinculado ao governo deposto, reproduziu mais ou menos as mesmas críticas de Dias Leite, formulando diretrizes complementares, que, se aprovadas, seriam a negação do Plano. No fundo pregava abandonar-se o combate à inflação na medida em que pudesse intervir na desaceleração do desenvolvimento. Esta devia ser a medida de todas as coisas.

Não constituiu surpresa verificar-se que o Plano apresentava algumas brechas. Devendo atuar em várias frentes, atender a objetivos diversos, o Plano ficara sujeito a imprevistos. Uma grande safra, por exemplo, se bem recebida, nem por isso deixava de aumentar a expansão monetária pela necessidade de assegurar os preços mínimos aos agricultores. Uma boa colheita de café acarretava emissões de papel-moeda. Incrementar a luta contra a inflação significava uma crise de estabilização, com o fantasma do desemprego. O Governo não ignorava tais coisas certamente esperadas, mas cuja dimensão era imprevisível, e, além disso, havia que fazer boa cara na má fortuna, sob pena de semear nocivo pessimismo. Entretanto, cada qual, ao criticar o Plano, o esquecia como um todo e atirava-se contra a roda que rangia no momento.

Roberto Campos nunca admitiu debelar-se a inflação em menos de seis ou oito anos. Mas, como dizer à Nação que devia suportar tão longamente os sacrifícios impostos? O róseo devia necessariamente ser a cor oficial. Quando, em dezembro de 64, escreveu ao senhor Pierre-Paul Schweitzer, presidente do FMI, solicitando-lhe um crédito *stand-by* de 125 milhões de dólares, o ministro Bulhões redigiu uma carta modelar, traçando alvissareiro panorama das perspectivas financeiras. Era a necessidade de conquistar as simpatias do Fundo Monetário, a esse tempo ainda em pleno fastígio em face do chamado "grupo dos dez" e do incipiente mercado do eurodólar.<sup>11</sup> Não se previra que a timidez de Schweitzer e a falta de iniciativa na implantação da moeda internacional viessem a abalar o mundo. E o suporte do Fundo Monetário representava alento para os acertos financeiros indispensáveis para a regularização do enorme endividamento do Brasil.

De fato, Bulhões considerava fundamental a confiança de Schweitzer, e a carta traduzia esse empenho, que apoiava numa série de restrições. Para Bulhões os devedores deviam ser frugais, pois somente isso lhes daria autoridade para solicitar prorrogações de pagamento, e convencer o Fundo de que o Brasil realmente mudara, sendo capaz de adotar providências drásticas para a recupera-

---

<sup>11</sup> Carta confidencial do ministro Otávio Bulhões, em 5 de dezembro de 1964, ao Presidente do FMI, Pierre-Paul Schweitzer.

ção econômica. Na ocasião, foi quase insuportável, e muitos custaram a compreender e aceitar o saco de restrições. Contudo, elas abririam o caminho da prosperidade. Mais tarde, Bulhões assim lembraria esse passo em busca da boa vontade do Fundo:

*"A referida carta procurava despertar a atenção para um Brasil novo, capaz de tomar providências enérgicas para atingir a recuperação econômica. Iniciava indicando o propósito de reduzir-se o déficit orçamentário, causa principal da intensidade do surto inflacionário. Fazia menção à inflação reprimida: subsídio da taxa de câmbio para a importação, em detrimento das exportações, tabelamento dos preços dos produtos agropecuários, das tarifas de serviços públicos, energia, e da construção de residências. A despeito da liberação de todos esses valores, que implicava em aumento de preços, o Governo decidira impedir o acréscimo global dos salários acima do nível de preços e negar o reajustamento em prazo inferior a um ano, de modo a evitar o processo cumulativo da realimentação inflacionária. Esse conjunto de medidas que, simultaneamente reduzia a inflação e estimulava a produção, obedecia ao roteiro de uma conquista por etapas, de modo a minorar o impacto dos sacrifícios. Mas, assegurava-se a obtenção de resultados de 1965, desde que o Fundo Monetário contribuisse para aliviar nossos pesados encargos no exterior."*

Realmente, embora relutasse em aceitar a política de combate gradual à inflação, o Fundo concedeu o crédito pedido, e o Brasil começou a respirar. A carta também não faltavam algumas indicações quantitativas. Graças às modificações nos impostos de renda, consumo e selo, a receita deveria aumentar 2.795 bilhões. Os adiantamentos do Banco do Brasil ao Tesouro seriam limitados, do mesmo modo que seriam mantidos os salários do funcionalismo. A política monetária e de crédito seria prudente, e a taxa de câmbio obedeceria às tendências do mercado. Os atrasados comerciais seriam liquidados ou consolidados até 31 de março, e o Banco do Brasil faria gradual liquidação dos *swaps*, que não excederiam de 340 milhões de dólares, na vigência do crédito pedido. Também o endividamento externo a médio prazo não seria majorado. Enfim, eram medidas e compromissos destinados a angariar confiança, e seria impossível antever se aqueles números se comportariam tal como honestamente dizia Bulhões. Na realidade o Brasil lutava para reconquistar uma imagem de seriedade, e o Presidente se empenhava a fundo nesse objetivo, chegando a surpreender-se, quando lhe diziam que este ainda não fora alcançado.

Ao passo que a confiança pode ser perdida num minuto, só vagorosamente se consegue readquiri-la. Certa vez, dizendo-lhe o embaixador Barbosa da Silva que as inusitadas garantias pedidas pela

Alemanha, num Acordo de Garantia de Investimento, decorriam das desconfianças internacionais em relação ao Brasil após o Governo Goulart, o Presidente não reprimiu um desabafo: "*Lamento que ainda persistam estas dúvidas quanto à seriedade do Governo do Brasil. Entretanto, tenho feito questão, em todos os momentos, de restaurar a dignidade desse cargo e o conceito de responsabilidade do Governo. É difícil entender-se que ainda possam pôr em dúvida a disposição do Governo em restaurar definitivamente os princípios, que regem a nossa ordem jurídica.*"<sup>12</sup> Faltava o Tempo, para o qual não havia substitutivo. Contudo, pela tranqüila propriedade com que colocava os problemas e pintava o futuro, Bulhões, aos poucos, contribuía para mudar a imagem do país.

Quando veio a público o debate, apontando as falhas do Plano, o mundo político se alvoroçou. Não seria a oportunidade para a queda de Roberto Campos? Os que imaginavam beneficiar-se da mudança ministerial estavam certos de que esta, em profundidade, deveria começar pela área do Planejamento e da Fazenda. E, se havia adversários no campo político, estes não eram em menor número entre banqueiros, industriais, comerciantes, muitos deles a sentirem falta da morfina da inflação a que se haviam habituado. Não se convenciam do que Ihes repetia Roberto Campos, ao dizer que a inflação era farinha d'água, que incha, mas não alimenta.

Dos políticos, um dos que mais sacudiram a árvore foi o governador Magalhães Pinto, para quem o país estava "submetido a uma ditadura econômica". Era a maneira de ferir a possível intransigência do Presidente diante do Plano. Lacerda seria mais prolixo nas suas apreciações. Havendo Castelo Branco, em maio, declarado, na inauguração de um Curso de Planejamento, ser comum dizer-se que o Governo andava mal, embora não se lhe apontasse o que deveria fazer, Lacerda tomou o pião na unha, e, em 17 de maio, mandou amplas sugestões ao Presidente. Negava tratar-se de novo Plano: "Deus me livre desta tentação. Venho propor outro rumo para a política econômica do Governo."<sup>13</sup> Na realidade esse novo rumo significava mudança total. Destinava-se a "adotar uma política de soluções práticas, propositadamente adotada de acordo com as circunstâncias. Não podia haver nada mais vago e menos técnico: seria deixar o barco ao sabor dos ventos. Contudo, bastante lúcido para conhecer as próprias fraquezas, Lacerda, em meio da longa exposição de 55 páginas, punha frases como esta: "Quero deixar claro: quando se aponta um erro, não se é obrigado a propor o certo.

<sup>12</sup> Comunicado ao Autor pelo embaixador E. Barbosa da Silva.

<sup>13</sup> Carta do governador Carlos Lacerda ao Presidente Castelo Branco, em 17 de maio de 1965, in Arq. C. B.

Muito menos para ser executado por quem foi capaz de propor e praticar o erro." Realmente, o extenso documento tinha como objetivo desferir um golpe contra Roberto Campos, e isso não custava a ser desvendado em frases como esta: "Já se sabe — escreveu Lacerda — que o surto inflacionário do Governo Kubitschek teve os mesmos autores do surto deflacionário do Governo da Revolução." Ao que aduzia com malícia: "A diferença está em que, sob Kubitschek, deram ao país um sonho otimista, enquanto agora dão-nos um pesadelo de depressão econômica." E afirmava com exagero: "Considero muito grave a situação econômica do país. Mais grave hoje do que às vésperas da Revolução. Hoje sabemos que ou se acaba com esse 'plano' ou esse 'plano' acaba com a Revolução." Por último, apresentava o dilema insuportável: restauração ou ditadura.

Lacerda dava as mãos a Dias Leite, embora cerimonioso quanto à inflação: "Não somos — e seria insânia — contra o combate decidido à inflação. Mas, não podemos aceitar a deflação calamitosa, separada da produção, como alternativa inexorável." De fato, a alternativa era inexorável, e não se podia pensar em duradouro desenvolvimento, sem cortar as asas da inflação. Finalmente, aparecia a verdade da sua revolta: "Por tudo isto e para tudo isto — insistia Lacerda — a formação de um Ministério Revolucionário." Um ministério do qual ele, inevitavelmente, participaria para realizar a velha aspiração confessada a Meira Matos.

Roberto Campos deve ter farejado o perigo, e respondeu através de um programa de rádio e televisão. Não se limitou, porém, a explicar e defender-se — preferiu passar à ofensiva, atacando Lacerda com acrimônia. Poderia ter sido o definitivo rompimento do Governador com o Presidente. Entretanto, nem um nem outro desejava chegar a esse extremo, e Lacerda enviou nova carta, no dia 25. Se não era amena, na verdade estava vazada em outro tom, e insistia na reunião dos "companheiros da Revolução" para, juntos, "de alma aberta", examinar-se o que estava certo e o que estava errado. Por fim, voltava à velha tecla: "O que interessa ao país, penso, é a renovação do apelo, que constantemente formulo, para que Vossa Excelência examine a alternativa que propus, e inclua a reforma do Ministério como instrumento de ampliação do crédito ao Governo..."<sup>14</sup>

Essa pequena batalha epistolar arrefeceu graças a um encontro de Lacerda com o Presidente, que, no dia 27, o recebeu por solicitação de Bilac Pinto. O azeite caía sobre as vagas da tempestade. E, quando se despediram, Lacerda fez expressivas declarações aos jornalistas: "Estou muito contente com o encontro. Tivemos uma

<sup>14</sup> *Idem, idem*, carta de 25 de maio de 1965, in Arq. C. B.



troca de opiniões muito cordial, como era de esperar, e o Presidente está estudando o assunto. Evidentemente, não vim fazer imposições, nem provocações. O ponto mais alto do encontro, a meu ver, foi que nós nos vacinamos contra a intriga.” E, depois de outras considerações continuava: “Ele [o Presidente] está estudando as propostas que eu formulei com seriedade e a atenção que ele dedicou à minha exposição me confortou muito. Eu fiz uma proposta séria que foi recebida com seriedade, tal qual eu esperava. Mesmo que ela não seja aceita, fica evidenciado que o Presidente é um homem capaz de receber sugestões, ao contrário dos que fazem crer que ele é um obstinado...” Em seguida, Lacerda afirmou não haver pedido a substituição de qualquer ministro: “Isto não é comigo. Eu peço apenas a mudança da política.”<sup>15</sup> Evidentemente, não queria quebrar a corda.

Na realidade, apenas um intervalo. No dia seguinte, o Presidente viajou para Teresina. Como ocorria nas visitas que lhe diziam algo sobre o passado, ele programara essa em todos os pormenores, inclusive um almoço em Campo Maior, onde nascera o general Cândido Castelo Branco. Não esquecera de convidar o ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Antônio Castelo Branco, descendente de piauienses, e prelibara aquele primeiro encontro da elegante e bem-nascida embaixatriz Teresa Castelo Branco com o árido e primitivo herço dos Castelo Branco. Também o chefe do cerimonial, Paulo Paranaguá, tinha raízes no Piauí.

Ao regressar a Brasília, o Presidente retomou a prometida resposta a Lacerda, redigida com a colaboração de Roberto Campos. Era um documento tranqüilo, e, se não chegava a ser longo, era bem mais do que um resumo. Continha o pensamento do Presidente sobre a necessidade de preservar-se o Plano, que ainda lhe parecia o melhor caminho. Alguns trechos dão idéia clara sobre a orientação de Castelo: “*Não é possível — dizia — substituir a política do combate à inflação e da retomada do desenvolvimento, política amparada pela teoria e largamente comprovada pela experiência, por manifestações emocionais, destituídas de apoio lógico e insustentáveis perante a evidência empírica. O apelo à irracionalidade econômica levou-nos à estagnação e à hiperinflação, e a esse caminho o Governo Federal se recusa a voltar.*” Não podia ser mais explícito. O documento prosseguia, fazendo minuciosa análise das objeções de Lacerda, citava números, mostrava resultados já alcançados, e acentuava peremptório: “*As alternativas propostas pelo documento do Governador da Guanabara, em substituição ao Programa de Ação, não se afiguram aceitáveis. São, em última análise, in-*

<sup>15</sup> In *Jornal do Brasil*, 28-5-1965.

compatíveis com o propósito fundamental da política econômica governamental, de dotar o país das condições básicas para um desenvolvimento acelerado e em caráter duradouro, que a permanência do processo inflacionário tornaria inexecutável." E concluía de modo a não deixar dúvida:

"Não corteja o Governo Federal a impopularidade, nem com ela se compraz. Reconhece a necessidade de cooperação e apoio de todas as forças representativas do País, às quais deu representação no CONSPLAN. Confia em seus amigos e todos aqueles que o apóiam, para que o ajudem na tarefa gigantesca de esclarecimento popular junto a trabalhadores e classes produtoras. Mas, jamais se deixará tentar pelo prato de lentilha. Decididamente este Governo recusa a popularidade fácil das medidas que, sob o pretexto de aliviar os sacrifícios de curto prazo, sacrificariam permanentemente a nação brasileira."<sup>16</sup>

Certamente, fechava a porta, menos por obstinação do que por convicção. Também poderia observar quanto exatos os conceitos de Baruch sobre o egoísmo dos grupos influentes, a pretenderem atirar sobre outros as dificuldades resultantes da inflação. E o debate continuaria infundável, envolvendo amplas áreas de opinião, algumas delas buscando torcer os acontecimentos, o que, embora não o atemorizasse, angustiava o Presidente. Por vezes, no entanto, ocorriam coisas agradáveis, como o telegrama do marechal Mascarenhas de Moraes, que, presentindo o sofrimento do antigo companheiro, lhe mandou estas palavras de estímulo: "AO EMINENTE AMIGO MINHAS PALMAS PELO QUE PENSA E FAZ, PELO QUE SENTE E NÃO FAZ, TUDO NA BOA FORMA DE EMÉRITO CHEFE DE ESTADO."<sup>17</sup> A resposta: "CONTINUAREI A PERSEVERAR NA MINHA MISSÃO. MUITO RECONHECIDO SUA INVULGAR ASSISTÊNCIA." A missão equivalia ao dever.

Para se avaliar quanto os ataques eram violentos e apaixonados, basta lembrar que *Desenvolvimento e Conjuntura*, publicação financeira, perguntou num editorial se os resultados da política do Governo decorriam da incapacidade dos seus mentores ou de "deliberado propósito de esmagar o empresariado nacional." Pouco faltava para os acusar de alta traição. Entretanto, ocorria apenas o insistente apego à inflação, que viciara muitos e fizera a fortuna de alguns. Gritavam contra a deflação, certamente dolorosa, e com a qual jamais se conformariam.

Liderado pelo senador José Ermírio, o debate também rompeu no Senado. José Ermírio, rico industrial, engenheiro pela Escola de Minas do Colorado, nos Estados Unidos, notabilizara-se pela energia

<sup>16</sup> Cópia in Arq. C. B.

<sup>17</sup> Telegrama de 23 de abril de 1965, in Arq. C. B.

com que instalara indústrias pioneiras no país, e o tempo, embora estivesse pelos setenta anos, não lhe tirara a aparência vigorosa. Nem o vigor nem o entusiasmo com que defendia teses econômicas, algumas delas coincidentes com os interesses das suas empresas. Agora, ele se atirava contra o PAEG, ao qual atribuía todos os males, inclusive a estagnação e o retrocesso do país, e reiteradamente lia extensos discursos de crítica à política do Governo. Não era, aliás, andorinha isolada no Senado, pois várias vozes da oposição, como Aurélio Viana, Artur Virgílio, Argemiro Figueiredo e Martins Junior se juntavam à dele nos ataques, que não eram difíceis por se voltarem contra medidas sabidamente impopulares, e cujos frutos seriam demorados.

Nenhum deles, entretanto, levaria vantagem ao senador Mem de Sá, a quem o líder do Governo, Daniel Krieger, confiara rebater as críticas da oposição. Gaúcho, professor de economia, Mem de Sá era antigo "maragato", designação que identificava os continuadores de Silveira Martins, chefe liberal do Rio Grande do Sul durante o Império, e que, na República, desfraldara a bandeira parlamentarista. Ao tempo de Vargas, eles se haviam reunido no Partido Libertador sob a liderança de Raul Pila, cuja figura, com o passar dos anos, se tornaria um símbolo de dignidade e idealismo. Provados em campanhas numerosas, algumas delas marcadas pelas armas, os "maragatos" haviam transmitido de geração a geração o mesmo espírito de fidelidade e intransigência do qual Mem de Sá não se afastara. Para o Senado ele trouxera uma inteligência clara, lógica, na qual se poderia observar uma ponta de ironia, que reprimia com receio de molestar os colegas, mas punha a serviço do que acreditava o interesse do país, graças a forte sentimento nacional. Jamais pactuara com os desmandos do Governo Goulart, nem ninguém lhe perguntaria onde estava na hora das refregas. Era um soldado orgulhoso da sua trincheira. E, quanto às finanças, estava entre os devotos da moeda, como era Eugênio Gudim, a quem se ligou pela afinidade intelectual.

Mem de Sá nunca entendeu os que almejavam o desenvolvimento e voltaram as costas à moeda, considerando atrasados e retrógrados os que a ela se apegavam com ortodoxia. Aliás, de modo geral, combatiam a inflação teoricamente, mas pretendiam justificá-la na prática. Era o que Mem de Sá chamava "uma série de contradições e de incoerências berrantes", com predominância da irracionalidade, e das quais mostrava este panorama: "Fala-se que é necessário, essencial e fundamental promover-se o desenvolvimento do país. Mas, as medidas conducentes ao desenvolvimento, em toda parte, tanto nos países socialistas como nos países capitalistas — que são a contração do consumo e o aumento do trabalho — estas são recusadas, re-

pelidas, por serem consideradas impopulares. Assim é que, via de regra, a declaração de que se quer combater a inflação esbarra diante do amolecimento da vontade." Era a tendência de menosprezar os monetaristas. E ele resumia: "Todos concordam com as medidas antiinflacionárias, contanto que elas não toquem na Fazenda ou nos seus interesses, contanto que as medidas antiinflacionárias corram por conta de outros."<sup>18</sup> Na realidade, principalmente no mundo político, onde a oposição cortejava a popularidade, deixando as velas entregues ao vento da opinião pública, era difícil um chamamento à razão. Mem de Sá, entretanto, continuaria a discorrer, como se falasse da sua cátedra para um auditório nem sempre reverente. Vencia assim o ceticismo, que começa a envolver-lhe o espírito político, e depois o afastou gradativamente dos prélios eleitorais, senão, talvez, do grande público, para o devolver à clausura dos livros, e de um pequeno círculo de companheiros e estudiosos.

Mas, se muitos atacavam, outros tantos defendiam. O ex-ministro Eugênio Gudin, por exemplo, sem abdicar do direito de crítica, era dos confiantes na ação do Governo, embora reclamasse política salarial mais severa, e estivesse certo da extensão do combate: "A luta contra a inflação — escreveu então — ainda será muito árdua. Pensar que os preços vão parar de subir desde já, só Pangloss." Não usava óculos cor-de-rosa. Mas, dos que estudaram o Plano, um dos mais objetivos seria Mário Henrique Simonsen, jovem economista da Fundação Getúlio Vargas. Tinha o ardor da juventude, a coragem de um idealista, a capacidade do técnico e a fértil imaginação de quem busca novos e melhores caminhos. As suas idéias sobre a experiência iniciada em 1964, ele as reuniu num livro: *Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque*. Trabalho cheio de observações oportunas, do qual ele não se afastou com seu lúcido espírito de crítica. O balanço era favorável, mas isso não o impedia de ver deficiências, inclusive a lentidão com que se processou a deflação, levando alguns a falarem num "gradualismo a passo de cágado". Simonsen tinha, porém, não somente a capacidade de ver o todo, ver globalmente, como se olhasse do alto, mas também de bem avaliar as críticas, medindo a procedência ou a sem-razão de cada qual, e sabia que freqüentemente elas "misturam certa dose de verdade com bom contingente de injustiça". Essa visão parecia salvá-lo de qualquer radicalismo. Para ele, haveria sempre mais de uma solução, conforme o enunciou sem inibição: "A economia continua sendo a ingrata ciência da escassez, que se limita a lembrar que 'ambos' não é uma resposta válida para uma opção. E que per-

<sup>18</sup> Na ocasião, o senador Mem de Sá proferiu dois discursos, em 25 e 26 de maio de 1965. Vide *Anais do Senado Federal*, 1965, t. II.

mite que pessoas esclarecidas aceitem soluções diferentes, com base em orientações diversas de juízos de valor." Daí haver enunciado não somente o que se quis fazer, mas também o que se não pôde, graças a um mundo de circunstâncias, algumas imprevisitas, outras inerentes ao próprio modelo adotado. Entre estas, ele estudou longamente a correção monetária, tão presente nas concepções econômicas do Governo, e que, no fundo, representava "um método de convivência pacífica com a inflação", da qual era também um "realimentador automático". Mas quantas coisas não se desenvolveram à sombra benfazeja da correção monetária?

Não era nova a idéia da correção monetária, cogitada por governos anteriores para títulos da dívida pública, mas apenas admitida para o ativo imobilizado das empresas. Contudo, a partir de 1964, seria adotada para vários setores da economia. Mário Henrique Simonsen chegaria mesmo a dizer que a principal preocupação do Governo Castelo Branco não fora combater a inflação, mas "a de estabelecer um convívio tão pacífico quanto possível do sistema econômico com a inflação" através da correção monetária.

Realmente, mediante sucessivas leis, esta foi gradativamente adotada para áreas em que se mostrava recomendável do ponto de vista do estímulo à produção, à equidade fiscal e ao mercado de capitais. Veio assim a ser estabelecida para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, que restauraram o prestígio da dívida pública federal, e desempenharam importante papel no financiamento do deficit da União; para os débitos fiscais em atraso, de modo que desestimulasse os contribuintes faltosos; para o mercado imobiliário, que a inflação reduzira à míngua; para as tarifas de serviços públicos, cujo irrealismo havia afugentado as inversões privadas; para o mercado de capitais, no qual foi estendida às letras de câmbio, às debêntures conversíveis em ações, aos depósitos a prazo e certificados de depósitos.

Essa ampliação da correção monetária, juntamente com a política de realismo cambial, tornou suportáveis as clássicas distorções decorrentes da alta crônica dos preços, consequência da inflação que se julgara inconveniente ou perigoso estancar por um tratamento de choque. Atingiu assim a inflação brasileira um ponto de quase-neutralidade, compatível com uma alta taxa de crescimento, graças ao corajoso jogo da verdade do Governo Castelo Branco, ao aceitar a inflação corretiva, e promover a correção monetária.

Avesso a que se avaliassem os méritos de uma política de desenvolvimento pelo crescimento do índice do produto real em determinado ano, Simonsen tinha a noção de ser preciso plantar as árvores e esperar que se desenvolvessem. Por isso voltou-se contra os impacientes, que tanto blateraram contra as recessões industriais de 1965

e 1967 — consequência da estabilização — que Roberto Campos, mais tarde, e para desespero dos que as padeceram, diria haverem sido “recessões que emagreceram, mas também purificaram o sistema econômico”. Simonsen queria tempo para julgar. Não tão longo que permitisse evocar Keynes, para quem a longo prazo todos estariam mortos, mas de modo que permitisse os frutos amadurecerem. Essa idéia ele a resumiu neste pensamento, adequado a um infatigável sementeiro, como o Presidente Castelo Branco: “É óbvio que um governo não vale apenas pelo que colhe, mas sobretudo pelo que planta para o futuro. Contudo, o êxito da colheita é facilmente aferível pelas taxas de crescimento do produto real; o da plantação não dispõe do apoio de qualquer indicador estatístico simples.” Era como se dissesse que as grandes árvores pedem tempo para darem boa sombra.

Kafka, ao examinar a discutida política econômica e financeira, chegou a estas conclusões:

*“Que lições podem ser aprendidas do programa brasileiro de estabilização? Talvez a lição mais importante seja a imensa dificuldade de desenvolver tal programa sob as condições existentes no Brasil. Da maneira com que o conhecido banqueiro alemão Hermann Abs (não há com certeza nenhum estruturalismo sentimental) a situou: a inflação alemã, depois da Primeira Guerra Mundial, foi um abscesso que poderia ser lancetado; a brasileira é um caso de envenenamento, e ainda que uma estratégia gradual seja, sem dúvida, certa, ela pode levar mais tempo do que o previsto. Medido por este padrão, o programa brasileiro, a despeito das delongas com que se defrontou, pode ser hoje considerado um êxito importante, embora longe de ser completo, mesmo em termos da redução do índice anual de inflação já alcançada, pois muito mais importante, e possivelmente decisivo nos termos das condições que criou, é que poderá tornar possível alcançar-se a genuína estabilidade.*

*A segunda lição é a seguinte: para o público entender a necessidade de um processo de estabilização, doloroso, para muitos, requer-se um nível quase impossível de sofisticação; e um fervor religioso em favor da estabilidade pode ser uma alternativa, sendo um programa de relações públicas certamente aconselhável.*

*A terceira lição consiste em que os erros, na trilha de estabilização, são quase inevitáveis, sendo o principal requisito terem as autoridades nervos fortes e posição firme.”*

Habituação à cátedra universitária, Kafka não se despia da condição de professor, e a análise segura, minuciosa, concluía lembrando as opções oferecidas pelo assunto:

*“A lição final está em que numa sociedade moderna o próprio governo oscilará entre desejos conflitantes, que tornarão sua tarefa*

*mais difícil, em face das numerosas opções com que se deparará: retardamento temporário do desenvolvimento e dos investimentos versus rápida estabilização; deficits desinflacionários de importação versus o desejo de acumular reservas internacionais; equidade a todas as classes — incluindo os interesses permanentes dos servidores civis extranumerários — versus a necessidade de deter a espiral inflacionária por meio de contenções de preços e salários; concentrar-se na estabilização com o sacrifício da reforma estrutural urgente, e assim por diante. Alguns dilemas, contudo, embora possam aparecer em grande número, são em parte ilusórios, tais como o aumento das importações sem a supervalorização da taxa de câmbio; outros são menores do que podem parecer à primeira vista. Assim, numa inflação longa e violenta do tipo brasileiro, a redistribuição de renda devida diretamente à inflação é um tanto limitada e assim, portanto, ocorre com a redistribuição de renda diretamente em resultado da estabilização. Contudo, há, sem dúvida, os efeitos da redistribuição como resultado da eliminação da contenção de preços, embora estes sejam moderados pela burla de regulamentos contenciosos nesta espécie de inflação.”*

O Governo, entretanto, não se embaraçou, nem ficou perplexo diante das opções, algumas sedutoras. Preferiu considerar que manter a orientação preestabelecida seria condição essencial para o êxito do Plano, e, graças ao apoio e à coragem do Presidente, isso foi feito inflexivelmente, resistindo às críticas, ataques e pressões.

De modo geral, no correr do ano, confirmaram-se os sintomas de melhoria. Num documento redigido para o Conselho de Segurança Nacional,<sup>19</sup> Roberto Campos fez um resumo da situação, mostrando que o deficit, menor do que o previsto, obrigara a uma emissão de papel-moeda de apenas 67 milhões. A relação custeio/capital passara de 79 por 21, em 1964, para 75 por 25. Também na política salarial dera-se importante passo com a lei 4.725, de junho de 65, que adotara o salário real médio, nos últimos 24 meses, para o cálculo dos reajustamentos periódicos. E a inflação, apesar da extraordinária expansão monetária desacelerara-se acentuadamente. Assim, o aumento do custo de vida, na Guanabara, descera de 86,6%, em 1964, para 45,4%, e o índice geral de preços baixara de 92 para 34%, ao tempo em que se acumularam reservas internacionais e se financiara a estocagem de produtos agrícolas. E o crescimento real do Produto Bruto Interno anunciava-se de 5%, quando, em 1963, estivera em 1,6%.

A crédito do ano ainda se poderia lançar a implantação de algumas reformas de base, como a agrária, a habitacional, a do mer-

---

<sup>19</sup> Roberto Campos, Documento de Trabalho, n.º 25, 10-5-1966.

cado de capitais, e, por último, a bancária, com a criação do Banco Central. Safra fecunda.

Após tantas horrascas, Castelo tinha por que estar satisfeito com os prenúncios de céu limpo. Em dezembro de 65, como se divisasse a transposição das Termópilas, declarou, esperançoso: "O período mais duro é o que estamos atravessando." Era exato. E, na medida em que os fatos mostravam a progressão do plano governamental, ele parecia sentir-se seguro na preservação do rumo escolhido. Em fevereiro, ao discursar como paraninfo dos concluintes do curso de Análise Econômica, não escondeu a determinação de perseguir o mesmo norte: "Em meu nome — disse então o Presidente — e no de todos os meus colaboradores imediatos, particularmente os do setor econômico-financeiro, eu vos agradeço e vos asseguro que, inabaláveis, continuaremos a executar o Programa de Ação do Governo. Não há por que nos determos, recuar ou desviar-nos. Pretendemos assim perseverar até 15 de março de 1967."<sup>20</sup>

Embora não alcançadas as metas do PAEG no seu otimismo quantitativo, o Programa logrou ser cuidadosa e corajosamente implantado em seu conteúdo normativo: controlaram-se os deficits públicos, havendo o deficit de caixa do Tesouro, em relação ao Produto Bruto Interno, caído de 4,2% em 1963, para 3,2% em 1964, 1,6% em 1965, e 1,1% em 1966; e a expansão monetária, excetuada a elevada taxa de 1965, decorrência da política de preços mínimos diante de uma enorme safra, e da acumulação de reservas cambiais, manteve-se em níveis moderados, acusando, em 1966, a menor taxa do decênio — 16,8%. Era o fruto da austeridade do Governo. Também os reajustes salariais acabaram submetidos à disciplina prevista, ao mesmo tempo em que o país recompunha a credibilidade externa. Em resumo, era o saneamento da estrutura econômica, que abria caminho para acelerado desenvolvimento.

A verdade, porém, é haver sido o combate à inflação bem mais árduo do que se imaginara. A herança de preços reprimidos, em meio de uma inflação galopante, obrigou o Governo, numa primeira etapa, a aceitar pesados reajustes das taxas de câmbio, das tarifas de utilidades públicas, e alugueis, o que retardou a redução do ritmo inflacionário ostensivo. Prova da influência de quanto esses fatores haviam sido subestimados é que, enquanto o aumento do índice dos preços por atacado, em 1965, pouco se distanciou dos 25% previstos no PAEG, o custo de vida, por causa daqueles reajustes corretivos, subiu 45,5%.

Foi penosa a inflação corretiva. Dela decorreu inclusive o aumento das tensões de custos para as empresas, que, a braços com

---

<sup>20</sup> Presidente H. Castelo Branco, *Discursos*, 1966, p. 98.



maiores impostos e sensível redução de crédito, ingressaram numa fase de recessão. Principalmente a verificada em 1965 foi extremamente severa. A do final de 66 seria bem mais branda. Era o inevitável remédio, bem amargo. Roberto Campos repetiria haverem sido "duas recessões que emagreceram, mas também purificaram o sistema econômico". Dessa opinião participava Mário Henrique Simonsen, para quem "essas crises permitiram que a inflação baixasse de dois degraus, o primeiro para a casa dos 40%, o segundo para a dos 25% anuais". Mas, até que atingissemos a planície suave da estabilização, o segundo semestre de 1965 representou a etapa mais ingrata do programa de contenção da inflação e retomada do desenvolvimento. Conforme o próprio Campos, era a fase "que conduz à revolta todos aqueles que se esquecem de que para colher é preciso primeiro semear".

Sem abrir mão do comando e das responsabilidades do Governo, o Presidente possuía o segredo de fazer os auxiliares se sentirem apoiados e trabalharem para objetivos comuns. Ninguém agia isoladamente. Poucos assuntos, entretanto, exigiram unidade de ação tão sólida quanto a implantação do PAEG. Este apontara caminhos e objetivos. Restara, porém, obter os instrumentos de execução, tanto mais difíceis de mobilizar quanto havia metas aparentemente contraditórias.

Desses instrumentos, dos mais eficientes foi o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), principal financiador do desenvolvimento. Fundado em 1952, fora um desdobramento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujo acervo de estudos e projetos para sanar os "pontos de estrangulamento" da economia, especialmente nas áreas dos transportes e da energia, deveria selecionar e implantar. Posteriormente, o banco estendera-se grandemente.

Para dirigi-lo, Castelo convidara Garrido Torres, do Conselho Nacional de Economia. Aproximando-se dos cinquenta anos, de meia altura, tinha a fisionomia tranqüila e séria. "You have an honest face", dissera-lhe um desconhecido, em Nova Iorque. Devotado aos problemas econômicos, ele considerava importante o crescimento harmônico do país, motivo por que se empenhou em apoiar regiões menos desenvolvidas. "Não existe unidade política sem unidade econômica", dizia resumindo as suas convicções. E, para executar esse pensamento, adotara a fórmula de Alberto Torres, em livro de repercussão no começo do século, *A Organização Nacional*: "Centralização política e descentralização administrativa." Fiel a esse objetivo, promoveu reuniões na remota ilha de Marajó, e em Salvador, na Bahia, onde, em setembro de 1966, houve a iniciativa do Congresso de Integração Nacional. Sensibilizava-o dizer-se que transformara o BNDE em Banco da Integração Nacional. Na mocidade

havia-o seduzido o Integralismo de Plínio Salgado, do qual se afastou por ocasião do malogrado golpe de 1938. Tendo como passatempos favoritos os pássaros e os livros, o seu principal trabalho consistiu em inserir o desenvolvimento numa fase deflacionária, o que não era nada fácil. Tanto mais que o Ministro Bulhões, frio e obstinado na luta contra a inflação, era impermeável aos argumentos contrários. “É muito difícil — diria mais tarde Garrido Torres — financiar o desenvolvimento econômico de um país em fase de combate à inflação, quando não há dialética que convença o ministro da Fazenda...”

A imaginação substituiu, porém, a dialética, e o banco conseguiu recursos, principalmente no estrangeiro, e os distribuiu em favor do desenvolvimento. Além de organizar o Sistema Nacional de Banco de Fomento, que se apoiou no repasse de recursos, na reforma dos bancos regionais e no treinamento do seu pessoal com ajuda financeira da Fundação Ford e técnica do Massachusetts Institute of Technology, criaram-se alguns Fundos, cujos resultados foram surpreendentes.

Esses Fundos representaram feliz e engenhosa concepção, tendo promovido a locação de recursos internos e externos para fins considerados prioritários. A metalurgia, a energia, a indústria têxtil e mecânica foram particularmente beneficiadas. Dentre esses Fundos, um dos mais úteis financiou a aquisição de máquinas e equipamentos de produção nacional pela pequena e média indústria. Tornar-se-ia conhecido como o Finame, e teve êxito extraordinário, principalmente pelo apoio norte-americano através da USAID e da AID. De um montante de 41 milhões de cruzeiros em 1965, os seus financiamentos elevaram-se a 73 milhões, em 1966. Também voltados para as empresas de porte modesto foram as operações do Fundo de Financiamento das Pequenas e Médias Empresas, o Fipeme, amparadas por empréstimos a longo prazo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Kreditanstalt, da Alemanha. De 15 milhões em 1965, os seus financiamentos se elevaram a 66 milhões no ano seguinte.

A propósito da recessão ocorrida no primeiro semestre de 1965, quando o desemprego em São Paulo atingiu 13,5%, Bresser Pereira, economista que muito criticou o PAEG, escreveu que “os investimentos tomaram novo alento, especialmente os realizados através do recém-criado Finame — Fundo Nacional de Máquinas e Equipamentos — o qual possibilitava um financiamento generoso para a compra de máquinas e equipamentos nacionais”.

Desenvolveu-se assim propositado esforço para amparar pequenas e médias empresas brasileiras, quase todas elas desprovidas de capital de giro, ou sem capacidade para a compra de máquinas e

equipamentos, que somente podiam pagar a longo prazo. Era o caminho melhor para ajudar a iniciativa privada nacional que contou com apoio até então desconhecido. Isso não impediu, porém, que o governador Lacerda declarasse ser o PAEG “um código de intervencionismo e dirigismo estatal”, ou que os esquerdistas continuassem a acusar o Governo de “entreguista”. A acreditar nos economistas da esquerda, estaríamos no paraíso do “imperialismo”, o que era inteiramente falso. Daí chamar Gilberto Paim a essas fantasiosas acusações “o bazar de equívocos”.

Vários outros Fundos foram criados para estimular o desenvolvimento. Entre eles o Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (Fundepro) e o Fundo de Financiamento de Projetos (Finep). Este integrado no Ministério do Planejamento e aquele para melhoria da produtividade por parte dos empresários, que a inflação tornara indiferentes a esse aspecto, tanto se haviam habituado ao consumidor absorver todos os custos. Não bastava dizer ao industrial que não elevasse os preços, por ser medida inflacionária, ou não recorresse ao crédito fácil, por ser temerário. Fizera-se necessário dar-lhe a mão, ajudando-o a enfrentar uma conjuntura tornada difícil pela deflação. Com esse objetivo o Fundo financiava entre 60 e 80% do reclamado para melhorar os índices de produtividade. Quanto ao Finep, subordinado ao Ministério do Planejamento, visava a carrear recursos para a preparação de projetos que deveriam ser financiados por organismos governamentais. Também o Fundo de Democratização do Capital (Fundec), concebido para auxiliar as empresas desejosas de abrirem o seu capital ao público, deu bons frutos, permitindo inclusive a nacionalização de apreciáveis quotas acionárias pertencentes a estrangeiros.

O BNDE não se esqueceu caber-lhe também financiar a educação para o desenvolvimento. Ele criou o Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico, para auxiliar Universidades e Instituições de pesquisa tecnológica. A iniciativa completava a ação de, num difícil período de deflação, saber estimular e promover o desenvolvimento. Aliás, testemunhos do êxito alcançado foram os recordes nos investimentos e projetos aprovados. Anteriormente, 1958 representara o ponto alto de aplicações, com um montante de 324 milhões de cruzeiros, ao passo que, em 1957, houvera o maior número de projetos. Entretanto, em 1965, foram aplicados 458 milhões de cruzeiros, e 531 milhões em 1966, quando se aprovaram 247 projetos. Garrido Torres, que se reconhecia apoiado pelo Presidente, a quem se afeiçoara, e pelos ministros Bulhões e Campos, podia orgulhar-se da conciliação do desenvolvimento com a política deflacionista do Governo.

Para retomar-se o desenvolvimento lado a lado das medidas deflacionárias foi fundamental disciplinarem-se as atividades do Banco do Brasil, que, além de atuar como verdadeiro Banco Central até a criação deste, em dezembro de 1964, costumava expandir as suas operações despreocupado das repercussões monetárias, a ponto de tornar-se ativo propulsor da inflação. Compatibilizar a ação do banco com a política do Governo foi o trabalho de Luis Morais Barros, pois, durante decênios, a inflação havia contribuído para algum progresso. E também uma parte do mundo político se associara ao coro dos empresários, que viam nas emissões o combustível da prosperidade.

Havendo optado pela deflação gradual, o Governo, por vezes, teve de fazer concessões em face das contingências. Era a indispensável redução na dosagem do remédio, que devia ser ministrado de acordo com as circunstâncias. Mas, de modo geral, Castelo era inflexível, e da sua firmeza dependeu a política financeira do Governo. Certa vez, alguém, ao fazer o elogio do modo por que os ministros executavam o PAEG, logo acrescentou não serem raros os ministros como Murtinho, que debelara a inflação nos começos da República, mas raríssimos os presidentes como Campos Sales, que o apoiara com destemor. Agora, tudo repousava sobre Castelo, e a sua determinação ressaltava nas freqüentes reuniões que promovia com os responsáveis pelo setor econômico-financeiro. Habitualmente compareciam os ministros da Fazenda e do Planejamento, e os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil. Às vezes, também se convocavam o ministro da Indústria e do Comércio e o presidente do BNDE.

Era o que o Presidente chamava o "pequeno Ministério". Nem sempre as opiniões coincidiam, e a Castelo competia a última palavra, que impunha menos pela autoridade do que pela dialética, sem deixar mágoas ou ressentimentos. Segundo Morais Barros, o trabalho então realizado somente foi possível graças à capacidade, à maneira por que o Presidente orientava as reuniões, nas quais tomava parte ativa, opinando com conhecimento dos assuntos em debate.

Na condição de principal instituição bancária do país, desempenhou o Banco do Brasil ponderável parcela na política econômica e financeira. Era ele a comporta, que se abria ou fechava, conforme as contingências. E, ao menor sinal de se lhe fechar a torneira, a atoarda dos interessados tornava-se quase insuportável. Na realidade, o banco cumpria o orçamento monetário do Governo, que expandia o crédito de acordo com as necessidades, dentro da estratégia de luta contra a inflação. Somente isso fez suportável a taxa de expansão dos meios de pagamentos, que, dada a violência inflacionária

do Governo Goulart, foi de 85,8%, em 1964, e pouco decresceu em 1965, quando se fixou em 75,4%, devido ao superavit cambial e à política de preços mínimos diante de uma safra abundante. Todavia, graças à firme e extrema austeridade, foi contida em 1966, numa expansão de apenas 16,8%, a menor registrada no decênio. A verdade é que a cada restrição acentuada de crédito, para a iniciativa privada, correspondia uma recessão, que cumpria contornar e vencer. Durante três anos houve que regular a maré do crédito.

Outro setor em que o banco obteve êxito foi o da exportação, confiado ao diretor Aldo Franco, um desses homens que traspassam a vida sem pressentir outra atividade além da de bancário ou banqueiro. Acreditava nos benefícios de exportar: pedia que o ajudassem a criar a mística da exportação. Raramente, porém, a verdade é aceita na sua evidência. E, durante anos e anos, formara-se no país a idéia de que, salvo em relação a produtos tradicionalmente primários, como o café ou o algodão, a exportação era inconveniente, por encarecer internamente os artigos exportados. Talvez por isso descuidara-se entre nós a exportação, que estagnara. De 1957 a 1963 a balança comercial fora deficitária, o que nos custara quase novecentos milhões de dólares. Como pensar em desenvolvimento, que exigia mais equipamentos, mais matéria-prima e mais combustível, se não conquistássemos novos mercados? Só os países que exportam merecem crédito, dissera Burke Kanpp, do Banco Internacional, a Roberto Campos.

Desencadeou-se, com esse propósito, a “batalha da exportação”, cujos frutos mais tarde seriam integralmente colhidos. O primeiro passo foi uma taxa cambial verdadeira que acompanhasse a elevação dos custos internos. Como admitir que o produtor brasileiro podia competir no mercado internacional, se lhe pagavam 600 cruzeiros por um dólar que valia 1.800? Também a burocracia, que se tornara dédalo quase intransponível, desapareceu. Dizia o chanceler Osvaldo Aranha, com o talento que iluminava as coisas com definições, ser preciso andar 23 quilômetros para obter-se uma guia de exportação. Era desanimador. Agora, seguro da necessidade desse apoio no desenvolvimento, o Governo empenhava-se em exportar cada vez mais, e cada vez mais diversificadamente.

Com esse objetivo, tomaram-se várias medidas, e, entre elas, Aldo Franco criou o “Balcão do Exportador”, símbolo da boa vontade em acolher, ensinar e estimular os que se propunham a vender ao estrangeiro. Permitiu-se a exportação em consignação dos produtos manufaturados, e também o emprego de metade das divisas obtidas com a exportação, na importação de matérias-primas e outras utilidades, livre de encargos financeiros. Promoveu-se o financiamento das exportações, inclusive com a participação do Banco Interame-

ricano de Desenvolvimento. Deu-se preferência, na venda de petróleo à Petrobrás, às empresas estrangeiras que proporcionassem, pelo menos, a exportação de 20% de artigos brasileiros. Adotou-se o *draw-back* com total remissão dos direitos alfandegários. E, no Ministério da Indústria e do Comércio, instalou-se o Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Os resultados foram animadores. Após sucessivos anos de déficit na balança comercial, iríamos, além de um saldo de 500 milhões de dólares em 1965, alcançar índices somente conhecidos em 1951, quando a guerra da Coreia deflagrara uma corrida para a formação de estoques. De fato, exportamos um bilhão e seiscentos mil dólares em 1964, e mais de um bilhão e setecentos mil em 1965. E os manufaturados ocuparam, em 1965, o segundo lugar na pauta das exportações, com um aumento de 56% sobre o ano anterior.

Certamente, era o êxito da política governamental, que Roberto Campos diria destinada a favorecer a "economia associativa de mercado". Realmente, por vários modos se havia buscado apoiar os empresários nacionais, quer facilitando a capitalização, quer promovendo a mobilização de recursos externos. Nas exportações dispensara-se o imposto de renda sobre os lucros auferidos. Contudo, deles se exigira maior disciplina no crédito, e um aumento de produtividade, que parecia extraordinariamente incômodo. Talvez por isso jamais deixariam de protestar, dizendo-se estrangulados pelo Governo. O Presidente, porém, não se deixou demover por essa inconformidade. Possivelmente, Roberto Campos, segundo escreveu depois, lhe terá dito ser impossível "subvencionar a ineficiência, com sacrifício do consumidor". Afinal, era o preço para o desenvolvimento dentro da estabilidade.

## CAPÍTULO XI

### O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL foi dos pontos altos do Governo. A vida militar e o exercício do magistério haviam proporcionado a Castelo amplo conhecimento do país e dos seus desequilíbrios regionais, especialmente em relação ao Nordeste e à Amazônia, onde recolhera observações pessoais. Cheio de curiosidade, ele não passara superficialmente sobre os problemas das regiões onde servira. Artur César Ferreira Reis, conhecido pela sua dedicação à Amazônia, e diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, quando Castelo o visitou com a Escola Superior de Guerra, não esqueceria o interesse demonstrado por este ao crivá-lo de perguntas após uma exposição sobre problemas regionais.

Desses problemas, quer no Nordeste, quer na Amazônia, nenhum sobrelevava seu crescente empobrecimento, em contraposição ao desenvolvimento do Sul. Jacques Lambert, professor de Direito na França, faria esta observação no livro *Os Dois Brasis*: “A economia dualista já estabeleceu uma grande distância social e econômica entre o Sul e o resto do Brasil, sendo grande a tentação de continuar a empregar esforços de desenvolvimento na parte próspera do país, porque ali tais esforços produzirão maiores resultados. A diferença dos níveis e condições de vida das duas categorias de brasileiros correria então o risco de aumentar em vez de diminuir; os ricos se tornariam mais ricos, e, por comparação, os pobres ainda mais pobres.”

Castelo pensava diminuir essa diferença. Para isso contou inicialmente com o ministro Cordeiro de Farias, a quem agitada vida de militar, político e revolucionário levava às mais ínvias e pobres regiões do país. Após equacionar o desenvolvimento do Nordeste, Cordeiro coordenara um plano sobre a Amazônia, que disse ser “um grito, um brado de alerta contra nossa tradicional despreocupação com essa parte do território brasileiro”. Para ele a Amazônia era “a zona crucial de nossa terra”. Contudo, por se haver exonerado

do ministério, coube ao seu sucessor, João Gonçalves de Sousa, desencadear a denominada Operação Amazônia. Também o plano de desenvolvimento do Sul seria iniciado já no fim do Governo, que, entretanto, não concluiu o do Centro-Oeste, igualmente cogitado.

Tudo demandava tempo. E esse era escasso. Embora existissem, antes da Revolução, órgãos de desenvolvimento regional para o Nordeste, a Amazônia e a Fronteira Sudoeste, na verdade, acentuadamente os dois últimos haviam-se tornado inoperantes. Houve, portanto, que reformular, inovar e planejar, e disso se incumbiram o Ministério do Planejamento e o da Coordenação dos Órgãos Regionais. Não se concebeu, porém, um plano para as várias regiões, mas um para cada uma delas, de acordo com as suas características. De fato, um dos traços fundamentais do Governo era a capacidade de idear, criar, projetar, e em que ninguém superava Roberto Campos.

O objetivo básico desses planos regionais, segundo o ministro João Gonçalves de Sousa, consistiu em expandir, diversificar e modernizar as economias de cada região, integrando umas com as outras, a fim de criar um unificado mercado nacional de cem milhões de pessoas. Esses planos partiam da idéia de que as áreas, a que eram destinados, se caracterizavam por diferentes estágios de desenvolvimento global, índices variados de ocupação humana, graus diversos de urbanização, condições próprias de produção e produtividade agrícola, desiguais investimentos em suas infra-estruturas físicas e sociais, níveis e formas peculiares em sua estrutura comercial, agrícola e industrial, variação de recursos, e a existência de instituições científicas e técnicas de grau diferente de aperfeiçoamento. Ao que se deviam acrescentar as inconfundíveis características ecológicas de cada uma delas, redundando em sociedades com indistigáveis peculiaridades. Numa palavra, a execução desses planos regionais, que respeitavam a vocação de cada região, visava ao desdobramento harmônico e integrado de um plano nacional mais amplo e concebido em outro nível.

Ao Ministério do Planejamento tocou traçar as grandes linhas, a doutrina e o objetivo do desenvolvimento nacional, ao qual se somou o desenvolvimento regional, supervisionado pelo Ministério da Coordenação dos Órgãos Regionais, órgão operativo dos esquemas parciais, com eles compatível. Certamente, esta concepção, exigindo a individuação do regional como parte integrante do nacional, era fruto da experiência histórica sobre a formação social do país. Tinha raízes na vocação econômica de cada grande área, embora buscasse somar a diversidade com a unidade, o regionalismo com a unidade econômica, política e espiritual da Nação. E dentro desse objetivo



era impossível ignorar os modelos de programação surgidos após a Segunda Grande Guerra, como a “Cassa per il Mezzogiorno”, na Itália, o “Plano Oaxaca”, no México, ou o projeto “Lakhish”, em Israel. Representaram experiências parciais, que se reuniram às recolhidas nos cinco anos de funcionamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), proporcionando apreciável aperfeiçoamento pela eliminação dos erros cometidos.

Cada plano teve suas técnicas, de acordo com as possibilidades e necessidades da região. O da Amazônia, por exemplo, se caracterizou, principalmente, pela preocupação povoadora e colonizadora, pois urgia ocupar a imensa área — 48% do território nacional — cuja densidade populacional era inferior a um habitante por quilômetro quadrado. Os incentivos e demais instrumentos fiscais e monetários, bem como a sua extensão à Zona Franca de Manaus, à Amazônia Ocidental e às faixas de Fronteiras integradas na região, assentaram na determinação de atrair povoadores para o intranquilizador deserto.

Diversas eram as características do Nordeste, onde, em estado de pobreza, se fixa um terço da população do país. Aí o problema não consistia em ocupar a terra, e sim empregar a gente, em grande parte ociosa, miserável, representada pelos “paus de arara”, em constante migração para o Sul.

Buscou-se, portanto, promover a industrialização, destinada, principalmente, a substituir importações, ao tempo em que se apoiava maior produtividade para a agricultura. Incentivos fiscais e recursos bancários, através do Banco do Nordeste, bem como investimentos em obras de infra-estrutura — energia, rodovias, saneamento e educação — constituíram instrumentos para o desenvolvimento industrial e agrícola da região durante o Governo Castelo Branco. Mas, ao passo que, em relação à Amazônia e ao Nordeste, se adotara política de caráter assistencial e de subsídio, para a região Sul, sem aquelas condições de pobreza, ou de deficiência das infra-estruturas, se procurou fortalecer e diversificar a economia da fronteira com a Argentina, Paraguai e Uruguai, mediante articulado trabalho com os governos de Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — basicamente, a estagnada economia de cerca de 400 municípios do sudoeste dos quatro estados meridionais, pela utilização do potencial de recursos naturais e humanos ali existentes. Visava-se a elevar a produção e a produtividade da agricultura e da pecuária, expandir as indústrias urbanas e rurais, e preparar novos e maiores recursos humanos. Uma imaginosa entrosagem financeira e burocrática assegurou alcançar-se esses objetivos.

Inicialmente, o Governo voltou-se para o Nordeste, geralmente apontado como a região-problema do país. “Não é possível — diria

Castelo — e não será possível continuarem existindo, lado a lado, habitados pela mesma gente, dois Brasis, um subdesenvolvido e outro em plena fase de enriquecimento.”

Em junho, vencidas as relutâncias, o Presidente foi rever o Recife, onde visitou a Sudene, cuja atuação acompanhara, quando comandara o IV Exército.

Na década de 50, tornara-se assustador o desnível entre o Nordeste e o Centro-Sul: no hemisfério ocidental representava a mais extensa e populosa zona de renda inferior a cem dólares anuais, e dia a dia aumentava o empobrecimento regional. Em trabalho publicado por esse tempo, Roger Bastide fizera essa inquietante observação: “O Brasil torna-se uma balança da qual um dos pratos se enche cada vez mais de homens, riquezas e bens, enquanto o outro sobe, sem que se lhe coloque um grama para restabelecer o equilíbrio.” Realmente, com 1,6 milhões de quilômetros quadrados e cerca de vinte milhões de habitantes, a disparidade fazia do Nordeste uma área insatisfeita, propícia a revoltas, cujo dramático panorama de pobreza impusera a necessidade de conceber-se algo capaz de reequilibrar os pratos da balança.

Até então o abandono concorrera para alargar-se o fosso entre o desenvolvimento de uns e o empobrecimento de outros. A última obra de porte na região fora a hidroelétrica da Cachoeira de Paulo Afonso, de início concebida como instrumento de recuperação do Vale do São Francisco, que se pensara transformar em novo Tennessee, base de pujante riqueza agropecuária. Contudo, novos planos e novas técnicas dariam destino mais amplo à energia de Paulo Afonso. Durante décadas, a famosa cachoeira inflamara a imaginação de gerações. Primeiro, pela deslumbrante beleza das “corredeiras”, que o imperador Pedro II visitara em 1859. Depois, como fonte de eletricidade capaz de redimir a região. Nada, entretanto, passara de imaginação. E muitos recordavam Delmiro Gouvea, industrial misteriosamente assassinado três anos após haver instalado em Pedra, pouco acima de Paulo Afonso, modesta e pioneira usina hidroelétrica para uma fábrica de linha. Mais tarde restou apenas a lenda.

Já no fim da ditadura Vargas, Apolônio Sales, nordestino e ministro da Agricultura, obteve a criação da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, visando, com a execução do projeto dos engenheiros Correia Leal e Leopoldo Schimmelpfeng, revisto por Orren Reed, engenheiro da Tennessee Valley Authority, ao aproveitamento da cachoeira. A deposição de Vargas por algum tempo pôs uma pedra em cima.

Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, na presidência de Dutra, retomou o projeto que os seus antecessores, Teodoro Camargo e Neto Campelo, haviam posto de lado, temerosos das difi-

culdades. Estas foram muitas e sucessivas. “Em tese — conta Apolônio Sales — ninguém se pronunciava diretamente contra o aproveitamento de Paulo Afonso como pólo definitivo do programa de energiação do Nordeste.” Aduzia-se, porém, ao empreendimento uma barreira constituída, ora de argumentos contra a prioridade do investimento no Nordeste, neste setor, quando outros setores também exigiam grandes inversões, ora de um pessimismo injustificável quanto à reação do Nordeste, para o qual — dizia-se — era demasiado ambicioso tão grande aproveitamento hidroenergético do rio São Francisco. Criava-se assim um círculo vicioso contra o empreendimento: o Nordeste não se desenvolvia por não dispor de eletricidade, e não dispunha de eletricidade por não ser desenvolvido.

Também a Previdência Social, que deveria subscrever metade do capital da empresa (185 milhões de cruzeiros), considerou a inversão temerária pela insuficiência dos estudos econômicos, tese que foi aceita pelo Ministério do Trabalho, a cuja frente se encontrava Marcondes Filho.

Outros alegavam inoportuno o investimento, pois o país atravessava período de superemprego. De vários modos os escolhos surgiam no caminho. E os próprios estudos dos engenheiros Sousa Leão e Tasso Rodrigues, favoráveis ao aproveitamento da “corredeira” da Furna dos Morcegos, em lugar do Braço da Velha Eugênia, anteriormente preferido, retardaram a iniciativa.

Instado por Daniel de Carvalho, o Presidente Dutra visitou a cachoeira em junho de 1947. Surgiu então a organização da empresa, cuja primeira diretoria contou com Alves de Sousa, presidente, Otávio Marcondes Ferraz, Carlos Berenhauser e Adozindo Magalhães. Em março de 1948, instalou-se a Companhia, e os fatos mostraram quanto o Nordeste estava carente de energia, ávido e pronto a utilizar sucessivas ampliações, que aumentaram a produção de 195 mil kw para um milhão e cem mil, em 1969.

Foi o primeiro passo para o desenvolvimento. A energia, entretanto, nele representou apenas um fator, pois se lhe deveria somar todo um conjunto de condições para reviver a região empobrecida.

À premência da seca que, em 1958, forçara o Governo a abrigar, em obras públicas esparsas pelo Nordeste, cerca de meio milhão de pessoas desempregadas, criou-se o Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste, do qual surgiu, no ano seguinte a Sudene, e o seu Primeiro Plano Diretor, implantado pelo economista Celso Furtado, participante daquele grupo. Ainda jovem, o rosto cortado em ângulos retos, o cabelo anelado quase sempre em desalinho, os olhos claros, dificilmente lembrava um nordestino. Nascera, entretanto, na Paraíba. De formação marxista, integrara a FEB, pertencera ao corpo de economistas da ONU, e, antes de ir para a Sudene,

participara da Diretoria do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Na Sudene cercara-se de uma equipe cheia de entusiasmo, mas envolvida pelos ventos esquerdistas da época, de cujas idéias alguns participavam convictamente, não acreditando num desenvolvimento substancialmente baseado na iniciativa privada. Essa atitude afastou e retardou a confiança dos empresários, e também marcou a nítida diferença de concepção entre o Governo Castelo Branco e a fase que o antecedeu.

Era desalentadora a situação do Nordeste, ao criar-se a Sudene. O gradual empobrecimento da agricultura, o aumento crescente da mão-de-obra desempregada, a empírica aplicação de recursos públicos, a indústria incipiente e pouco produtiva, as secas periódicas, o desordenado crescimento da população, a migração desesperada em direção ao Sul, a fuga de capitais, a apatia de toda a economia, esses os traços do Nordeste na década de 50. E tudo devia ser mudado dentro de racional planificação, que reclamava, para ser eficiente, imensos recursos, somente possíveis pela cooperação da iniciativa privada com o poder público. Celso Furtado parecia não acreditar nessa cooperação.

Além da inversão de ponderáveis verbas orçamentárias, conforme um planejamento global, o impulso para o desenvolvimento regional baseava-se num imaginoso sistema de incentivos fiscais, conhecidos sob a designação de 34/18, números dos artigos que os instituíram nas respectivas leis. Também o Banco do Nordeste e o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso, provendo a região de eletricidade, representavam importantes suportes para mudar a face das coisas. A verdade, porém, é que em quatro anos se caminhara praticamente pouco, sendo constantes as acusações de se haver transformado a Sudene num foco de agitadores, na maioria intelectuais, mais interessados na divulgação de idéias do que na construção de chaminés. E a Revolução, como ocorre em tais circunstâncias, tivera dificuldade em distinguir o joio do trigo, acabando por afastar numerosos funcionários. A conseqüência fora generalizada sensação de frustração — a máquina emperrava. Muitos estavam certos de que a Sudene soçobraria rapidamente.

Conhecedor dos problemas da região e de seu esquema de desenvolvimento, o Presidente, no curso daquela visita, em junho, apegou-se à idéia de encontrar novo líder, capaz de inspirar confiança aos técnicos da instituição, aos empresários, e às agências internacionais de financiamento, substituindo os entusiasmos ideológicos por uma obra de conteúdo prático. Homem do Nordeste, o Presidente era extraordinariamente sensível aos seus problemas e à sua pobreza, que conhecera desde criança, quando acompanhou o pai aos lugares em que este serviu na região, justamente os mais áridos, do Piauí

e do Ceará. Por toda a vida guardaria a lembrança de cenas de sofrimento a que assistiu nas estações de estrada de ferro, onde se acumulavam miseráveis famílias de retirantes, ou nas embarcações que deslizavam no dorso acolhedor do Parnaíba. Na presidência parecia acalantar íntimo compromisso de fazer alguma coisa por aquela gente combalida e sofrida.

O discurso então proferido dissipou todas as dúvidas. Depois de lembrar os dois Nordeste, o da "terra gorda" e o dos "sertões de areia seca"; acrescentara: "O pior para nós, entretanto, é o contraste que oferecem no confronto com outras regiões do país. Talvez caiba aqui uma pergunta, por certo dolorosa, mas à qual não devemos fugir: como poderá viver e sobreviver uma população cuja renda per capita era, em 1960, de treze cruzeiros por ano?" Em seguida, assegurou "alta prioridade" na luta pelo desenvolvimento regional, que não ficaria condicionado às restrições decorrentes do combate à inflação. E, perfeitamente informado, referiu-se ao abandono da terra, da qual 84% eram praticamente inaproveitados, e à premência de proporcionar energia elétrica para o soerguimento da região. Nessas oportunidades, ele estendia a vista sobre o futuro. Acenou então com os 654 quilômetros de linha, que levariam energia de Paulo Afonso a Fortaleza, e com a Usina de Boa Esperança, no Parnaíba, destinada a prover parte do Piauí e do Maranhão. Também não esqueceu de apontar alguns sintomas de abandono em que estivera o Nordeste. Assim, os financiamentos à região, em 1961, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, representavam apenas 10% do concedido a um só Estado do Sul. E o Banco do Nordeste, em 1962, embora elevasse os seus financiamentos a 8,9 milhões de cruzeiros, bem pouco fizera, se lembrado que, somente no Rio Grande do Sul, o Banco do Brasil emprestara 39,5 milhões naquele ano. E, evocando Joaquim Nabuco, que bem perto dali, no Teatro Santa Isabel, lembrara, em certa ocasião, ter-se feito ali a Abolição, Castelo concluiu com ênfase: "Deus queira que, no futuro possa alguém afirmar que aqui, pelo vosso trabalho, se realizou a recuperação do Nordeste." Ele estava certo de lançar a semente do desenvolvimento da região.

Contudo, não bastava vontade e imaginação: era imprescindível encontrar um dirigente para a Sudene, dentro dos moldes desejados pelo Presidente.

Roberto Campos lhe sugeriu alguns, que o Presidente recusou, e Paulo Sarasate lembrou Alde Sampaio e Lorenzo Fernandes. Por último, em 10 de junho, Sarasate teve um estalo: indicou João Gonçalves de Sousa. "É um técnico nordestino — dissera ao Presidente — que está no exterior e ele está dentro das suas medidas." E Castelo, que já lhe ouvira referências lisonjeiras, consultou Roberto Campos, que apoiou a indicação integralmente, bem como

Virgílio Távora, governador do Ceará, a quem o Presidente quisera também ouvir.

Como acontecera mais de uma vez, seguiu-se a caça ao escolhido, que, havendo partido para Utah, em visita a instituições educacionais, não era encontrado em Washington. Somente após algumas peripécias, localizaram-no em Salt Lake City, donde falou com o Presidente, que, pilhérico, lhe perguntou se já esquecera o português, e, em seguida, o convidou para dirigir a Sudene. Funcionário da OEA, com a qual tinha compromissos, não respondeu logo, preferindo fazê-lo quando no Rio, para onde seguiu daí a dias, em inspeção a um programa para técnicos, ministrado pelo professor Asimof.

Por coincidência, o Presidente visitava Fortaleza, quando João Gonçalves voltou a falar-lhe, acedendo em aceitar o convite. Nascido no Ceará, de família modesta, era autêntico *self-made-man*. Ainda adolescente, não dispoñdo sequer de dinheiro para a passagem, partira para o Rio de Janeiro, onde arrostou sucessivas dificuldades até diplomar-se simultaneamente em Engenharia e Direito. Em seguida, ingressara no Ministério da Agricultura, tendo chefiado a delegação do Brasil junto à FAO, e participado do Comitê Internacional para as Migrações Européias, donde passara para a União Pan-Americana. Chegava, portanto, à Sudene com útil experiência no campo internacional. E, acima de tudo, ele acreditava na própria vontade, que ainda uma vez iria pôr à prova.

No Rio, Castelo o convidou para um almoço no Laranjeiras, assim descrito por João Gonçalves:

*“Aí, por quase duas horas [o Presidente], me falou sobre o problema que o nosso Nordeste representava para o país e a importância que ele atribuía à Sudene a ser renovada e sacudida. Relatou-me a primeira fase do trabalho de limpeza já superada com a gestão do general Expedito Sampaio, e que agora era a hora do civil e do profissional, para a fase de reconstrução no plano técnico. Falou-me com conhecimento e preocupação dos problemas econômicos e sociais da região. Sobre os últimos teve palavras de grave preocupação, e nesse contexto pediu-me não esquecer as ‘rendeiras’ — segmento sofrido da sociedade pobre do Norte, do Ceará em particular. Prometeu-me todo o apoio do Governo e o seu pessoal, para acelerar o desenvolvimento da região, salvar o órgão da crise que o paralisara.”* Realmente, não faltaria uma vírgula do quanto assegurara ao novo auxiliar, que, mais tarde, seria o segundo a ocupar a recém-criada pasta do Interior. Algumas vezes o Presidente retornou ao Nordeste, que percorreu todo, freqüentemente para inaugurar ou visitar obras do seu Governo. E era indisfarçável o contentamento com que acompanhava e se informava da marcha dos trabalhos e das condições de vida dos nordestinos.

A determinação e solidariedade do Presidente com a região foi fundamental para os planos de desenvolvimento, por vezes com os seus recursos ameaçados pelos responsáveis da política económica e financeira. Realmente, tinha-se a impressão de que embora sem má vontade em relação ao Nordeste, os ministros Bulhões e Roberto Campos acreditavam as vultosas verbas e os incentivos do 34/18 incompatíveis com o severo programa de superar as dificuldades existentes. Daí a relutância com que atendiam as reivindicações regionais formuladas por João Gonçalves. Certa vez, em maio de 65, havendo a Sudene concluído o estudo preliminar, base do terceiro Plano Diretor para o período 1966/68, chegara-se a um teto, para investimentos, no primeiro ano, de 145 milhões, o que representava 45 milhões acima do fixado pelos dois ministros.

Foi difícil ultrapassar o limite estabelecido pelo próprio Presidente, considerado essencial para o combate à inflação. Contudo, seguramente informado, certo da importância da verba para o desenvolvimento da região, Castelo autorizou a aprovação dos 145 milhões pelo Conselho de Administração da Sudene, que se reuniu em Campina Grande. Ele sabia que o Nordeste justificava as exceções, inclusive para compensar as que o haviam empobrecido ainda mais, como fora o caso das suas exportações desvalorizadas pela política cambial, e das vultosas emissões de papel-moeda, principalmente financiadas pelos estados menos desenvolvidos.

O Presidente estava empenhado em impulsionar o Nordeste, que considerava o "*maior problema de desenvolvimento do hemisfério ocidental.*" E o III Plano Diretor da Sudene, pela soma de recursos de que dispôs, seria o instrumento adequado para a efetivação de uma política de coordenação de investimentos, incentivos fiscais e monetários, em favor da prosperidade regional. Em resumo, o Plano visava a contribuir para o crescimento da renda *per capita* do Nordeste, de modo que se aproximasse, no futuro, da média brasileira; promover a integração espacial e setorial da economia nordestina e criar oportunidades de emprego, diminuindo a excessiva ociosidade da mão-de-obra. Como um plano global, previa ponderáveis investimentos dos setores de energia, transportes, saneamento, comunicações, agricultura, recursos humanos, saúde e habitação. A aprovação do Plano assegurou perspectivas tranquilizadoras para o triénio 1966/1968. E, para nada faltar à efetivação do programa governamental, o Presidente evitou a evasão de técnicos que, continuamente, deixavam a Sudene, e sem os quais seria impossível acelerar o desenvolvimento, baixando um decreto concedendo-lhes tempo integral, o que permitiu conservá-los no serviço público.

Elaborado após a Revolução, o III Plano Diretor introduziu inovações fundamentais para a Sudene. Ao contrário dos Planos ini-

ciais, voltados preponderantemente para investimentos governamentais de infra-estrutura — rodovias, energia elétrica e saneamento básico — aquele deu ênfase ao elemento social, considerando-o fator importante para o bom êxito de qualquer plano desse tipo. A educação, a saúde e a habitação foram julgados essenciais, por acarretarem a mudança da conduta humana, sem a qual, além de impossível a transformação social e o crescimento econômico, a modernização das instituições não se efetivaria. Outrossim, o novo Plano aprofundou na rotineira agricultura da região, que, em 1960, absorvia cinco milhões de trabalhadores, enquanto 600.000 pessoas viviam na indústria. Para melhorar-lhe a produtividade, adotou várias medidas, dentre as quais criou o Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste (GERAN); estendeu ao setor agropecuário os incentivos fiscais e financeiros previstos na legislação dos artigos 34/18; incentivou o movimento cooperativista do pequeno produtor, e promoveu um levantamento científico dos recursos de água e solos para fins de desenvolvimento da agricultura.

Visavam-se dois objetivos inter-relacionados: criação de um processo contínuo, auto-sustentado, de desenvolvimento e oferta de oportunidades de empregos, com a melhoria de nível de vida para a população. Contudo, conforme assinalado por um técnico da Sudene, Leonardo Guimarães, a explosão demográfica tem superado vantajosamente o número de empregos propiciados pelo desenvolvimento. De tal modo que o subemprego urbano do Nordeste passou de 512.000, em 1956, para 1.087.100, em 1966. Era a luta em relação ao descomedimento da natalidade, em cujo terreno ainda se apanhava água em cesto.

Nunca seria tranqüilamente entendida e respeitada a preservação de recursos para o Nordeste: enquanto uns pareciam voltar as costas aos sofrimentos da região, outros, sob vários argumentos, teimavam em extinguir ou mutilar os incentivos. Preferiam não compreender que a pobreza provinha não apenas das secas ou de contingências econômicas como o aparecimento da cana-de-açúcar nas Antilhas Ocidentais, mas, principalmente, da falta, no momento adequado, de vultosos investimentos da União no Nordeste, tal como ocorrera na construção da infra-estrutura de outras regiões. Em verdade, para os responsáveis pelas finanças públicas, os incentivos apareciam como uma tentadora maçã. E, à menor dificuldade, logo imaginavam lançar mão dela, retirando uma fatia dos recursos destinados ao Nordeste.

Foram numerosas as tentativas nesse sentido. Uma das primeiras, em junho de 1965, ocorreu quando o Senado, em projeto apresentado para estimular a produtividade, aprovou emenda permitindo ser uma parcela dos incentivos reinvestida em bens, para a maior



eficiência das empresas. A parcela era modesta, e de precedente péssimo. E João Gonçalves se pôs em campo para derrotar na Câmara a emenda que se dizia inspirada pelos ministros da Fazenda e do Planejamento.

Também alguns representantes do Nordeste, entre os quais Flávio Ribeiro, Magalhães Melo, Paulo Sarasate, Plínio Lemos, Arruda Câmara, Rui Santos e José Carlos Guerra saíram de lança em riste. Aliás, na ocasião, terrível estiagem consumia o Nordeste, e Paulo Guerra, governador de Pernambuco, dissera ao deputado Flaviano Ribeiro haver gente "comendo rato". E de tal modo se generalizara, na Câmara, a irritação entre os nordestinos, que o líder Pedro Aleixo apoiou a derrubada da emenda. De outra feita o ministro Bulhões propôs retirar-se parte dos recursos do 34/18 para a criação de um Fundo destinado a reforçar o capital de giro das empresas, e João Gonçalves, não podendo demover o ministro, escreveu ao Presidente: "Adotado na forma em que me foi mostrado [o decreto], quebraria o sistema de contrapartida em que se fundamenta a legislação em vigor (recursos do imposto de renda só são liberados quando atraem recursos próprios do investidor privado) e, em parte, subverteria pontos básicos do Plano Diretor da Sudene, aprovado por lei do Congresso. De fato, para um total de 473 milhões de cruzeiros previstos como depósitos no BNB até o fim deste ano, há uma previsão de comprometimento, no mesmo período, de 486 milhões. A conclusão é a de que, a médio e longo prazos, não vai haver recursos ociosos." Inclinado a ajudar o Nordeste, o Presidente acedeu às razões, mantendo íntegros os incentivos.

A mais séria das investidas contra os incentivos verificou-se em dezembro de 66, quando um aumento dos vencimentos do funcionalismo federal pôs em cheque o equilíbrio orçamentário. Para contornar a ameaça, Bulhões voltara-se pressurosamente para o 34/18, e dois diretores da Sudene, Rubens Costa, que substituíra João Gonçalves na Superintendência, e Aristófanes Pereira foram chamados ao Rio para escolherem entre duas alternativas oferecidas pelo ministro: ou escriturar os recursos provenientes do artigo 34 e depositados no Banco do Nordeste e no Banco da Amazônia como receita da União, que seria gradualmente liberada, para retornar ao Nordeste e à Amazônia, ou reduzir os incentivos à metade. Qualquer das fórmulas significaria a derrota, e Rubens Costa repeliu ambas. Caberia ao Presidente resolver, e o grande argumento a ele apresentado pelo ministro consistia na eventual ociosidade dos apreciáveis depósitos no Banco do Nordeste. Por que não aproveitar tais recursos, em vez de paralisar, drasticamente, obras importantes, inclusive o plano rodoviário nacional? Além disso — dizia-se — tratava-se de

simples jogo de escrituração, e o dinheiro retornaria ao seu primitivo destino. Por certo, os argumentos eram sedutores.

Ainda uma vez João Gonçalves liderou a defesa dos incentivos, cujo desaparecimento a muitos inquietava nas vésperas de terminar o período governamental. Seria como um afogamento em maré rasa... Em verdade, eram abundantes e válidas as razões para não se tocar nos incentivos. Psicologicamente, qualquer alteração desencorajaria os investidores, tirando-lhes a segurança da existência de recursos disponíveis nos bancos regionais. Por outro lado, uma vez escriturados como receita da União, desapareceriam virtualmente, de acordo com a Constituição, e se perderiam as parcelas advindas como contrapartida do artigo 34, sendo contraditório que o mesmo Governo, depois de reanimar o Nordeste, e reformular a legislação sobre a Amazônia, suscitando entusiasmo e esperança, desmanchasse tudo num ato final. Realmente, fora extraordinário o realizado em menos de três anos. A região passara a oferecer oportunidades, e a sua taxa de crescimento econômico elevava-se a 7%, então a mais alta do país, ao tempo em que os recursos oriundos das deduções do imposto de renda subiram de seis milhões, em 1964, para duzentos e cinquenta milhões, em março de 1967. Contrariando o pessimismo dos que somente acreditavam no Sul, o Nordeste crescia vertiginosamente.

A guerra aos incentivos é interminável. Continuará, enquanto existir a Sudene, embora hoje reduzidos à metade. O mesmo ocorre com o Fundo de Participação, concebido para atenuar a terrível sangria do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) que esvai as regiões mais pobres, agravando o desnível que se começara a corrigir. Teria chegado a hora do país se arrepender do que fez? Numa entrevista à revista *Visão*, o ministro Delfim Neto formulou esta interrogação: "Quem poderia imaginar que o Brasil dispunha dessa capacidade de transferir para o Nordeste tantos recursos?" No entanto, para o senador Virgílio Távora era outra a conclusão: "Não é necessário ser economista para sentir o empobrecimento relativo do Nordeste."

No Governo Castelo Branco, a vitória pareceu consolidada por ocasião do abandono das alternativas sugeridas pelo ministro Bulhões. Apesar de angustiado com a procura de recursos não inflacionários, para atender ao aumento do funcionalismo, o Presidente impedira grave precedente contra os incentivos, certo de que estes, uma vez violados, nunca mais deixariam de ser o remédio à mão para as dores de cabeça dos ministros da Fazenda. No dia em que considerou o assunto amadurecido, Castelo chamou o ministro Bulhões para almoçar no Alvorada, e, em meio da refeição, Navarro de Brito, chefe da Casa Civil, entregou-lhe o derradeiro telex de Rubens Costa,

tratando da proposição. Ele leu, emborcando-o sobre a mesa, sem palavra.

O silêncio intranqüilizava. Então, juntamente com João Gonçalves, Nilo Coelho e Lourival Batista, aguardei o Presidente no Planalto. Mas somente pelas 16 horas, ciente da nossa presença, perguntou o que esperávamos. "Parecem estar em vigília cívica", informou-lhe Navarro. Em vez de nos mandar entrar, como costumava, ele abriu a porta, dirigindo-se até nós. Tinha a fisionomia alegre. E, exibindo uma folha de papel que trazia na mão, comunicou-nos haver resolvido não tocar nos recursos do 34/18. Em seguida, num modo que lhe era próprio, declarou-se cético quanto à não existência de recursos ociosos, conforme comunicação de Rubens Costa. Contudo, na dúvida, ele preferira decidir em favor do lado mais fraco. O Nordeste e a Amazônia ganhavam a partida. João Gonçalves, radiante, escreveu ao Presidente:

*"O que pretendo dizer-lhe, nesta oportunidade, é que adotou Vossa Excelência a solução mais sábia e mais conveniente ao interesse nacional, tomado em seu conjunto. Não tenho a mais leve dúvida sobre o particular, como não a tem Vossa Excelência. Sábia que foi a solução, não irá ela, de futuro, trazer-lhe à consciência nenhum remorso. Remorso, decerto, haveria, se a solução houvesse sido a de decepcionar e sacrificar duas regiões-problemas do país pelas quais fez mais este Governo do que todas as administrações passadas. O Nordeste e a Amazônia estão de festas. E o Sul não perdeu nada. Todos ganharam."*

Desse apoio presidencial resultaram apreciáveis realizações, que mudaram a fisionomia do Nordeste. Além da ampliação das obras de infra-estrutura, devidas a investimentos públicos suplementados pela ajuda internacional, especialmente da USAID, então a cargo de Donald Lion, funcionário do governo americano bastante sensível às aspirações da região, logrou-se modificar a atitude do homem nordestino, que, após um período de desalento, senão mesmo de descrença nas possibilidades de melhoria, começou a acreditar no desenvolvimento regional. Havia razões para tanto. Restaurado o prestígio da Sudene, unificando o seu corpo técnico e administrativo, e concluído o III Plano Diretor da Sudene, o Nordeste crescia. O empresariado recobrava confiança. E o nordestino, apegado à terra, esquecia-se de emigrar.

Tudo no Governo era planejado. Saíra-se de uma época irracional, dominada por improvisos a serviço de demagogia política, e entrara-se num período de análise dos problemas e planejamento das soluções. Equacionado o desenvolvimento do Nordeste, o Presidente voltou-se para a Amazônia.

Esta, em decorrência da pobreza, tornara-se a Meca da corrupção. No particular, como ressalta das investigações publicadas no livro *Amazonas: Sumário dos Inquéritos*, a realidade excedera a imaginação, embora não constituísse surpresa para Castelo, que, em 1959, observara de perto o malbarato das verbas federais para a região. Verbas vultosas, provenientes da Constituição de 1946, que destinara 3% da renda tributária da União para empreendimentos na Amazônia, mas inescrupulosamente dissipadas. Aliás, os desmandos tinham levado ao afastamento os governadores do Pará, onde se elegeu o coronel Jarbas Passarinho, e do Amazonas, onde a Assembléia Legislativa escolheu o professor Artur César Ferreira Reis, renomado estudioso e escritor de assuntos da região. Durante anos ele dirigira o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e defendia ardorosamente a criação do Ministério da Amazônia, que considerava solução mais profunda e objetiva para acelerar-se o desenvolvimento regional. Quando expôs esse ponto de vista ao Presidente Castelo, este quase se limitou a perguntar-lhe: “Governador, o senhor quer ser um vice-rei?”

Com os recursos outorgados pela Constituição de 1946 ampliara-se a ação do Banco de Crédito da Amazônia, fundado durante a guerra, em 1942, para atender às necessidades de borracha dos Aliados, e criara-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A Revolução encontrou ambos desacreditados e ineficientes, e, numa tentativa de os salvar, Castelo nomeou, para dirigir a SPVEA, o general Mário Cavalcanti, militar reformado, e, para presidente do banco, o economista Armando Mendes. O descalabro fizera, porém, a situação irremediável, e, quando ambos se viram sem os elementos para as missões que lhes cabia, preferiram unir-se, elaborando um projeto global de desenvolvimento da região. Possivelmente, não imaginariam estar abrindo caminho para a completa remodelação de quanto se fizera até então.

O Presidente estava sempre aberto às reformas. Ao receber o anteprojeto, que pretendia transformar a Amazônia, deu este despacho:

*“Para o Ministro do Planejamento. Está aqui um anteprojeto de fôlego e racional. Penso que deve ser motivo de imediato estudo desse Ministério (Grupo do Trabalho), com a colaboração de um representante do Ministério dos Organismos Regionais. Em 11 de maio de 1965. H. Castelo Branco.”*

Começava assim a nova história da Amazônia. Aliás, ao proferir, em 1959, uma conferência para a Escola Superior de Guerra, que visitava Belém, Castelo pela primeira vez definira as três estratégias, que, segundo ele, dominavam a Amazônia: a do medo, a do ressentimento e a da omissão. Esta última decorria das duas outras. E, havendo meditado sobre o assunto, o Presidente, ao retornar a

Belém, em junho de 1965, parecia ansioso por lançar-se ao trabalho pelo desenvolvimento regional, pondo de lado aquelas estratégias inoperantes.

Por sinal, desde o começo do ano, áreas nacionalistas, às quais se haviam reunido rumorosamente os adversários do Governo, tinham externado inquietação por causa da National Academy of Sciences, desejosa de instalar, na América do Sul, quatro Centros de Formação de Pessoal Científico, destinados a estudar, em alto nível, problemas científicos e tecnológicos peculiares às regiões Meridional, Planalto, Tropical Úmido e Árido, dois dos quais teriam sede no Brasil, sendo um em Belém, e outro, possivelmente, em Fortaleza ou Salvador.

A proposta, formalizada pelo professor Tony J. Cunha, da Universidade de Flórida, fez reviver suscetibilidades e receios idênticos aos despertados pelo Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, na década de 40. Assoalhou-se com tanta insistência a internacionalização da Amazônia que o ministro Hugo Leme e o prof. Antônio Couceiro, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, publicaram, em maio, nota declarando que, se a criação dos mencionados centros de pesquisas tivesse aquela conseqüência, a proposta não seria sequer examinada. A nota não arrefeceu o ímpeto dos exaltados. O governador Artur César Reis, informado pelo prof. Djalma da Cunha Batista, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, de pormenores sobre a constituição dos órgãos de direção dos Centros, veio a campo combater a iniciativa.

Possivelmente, ignorava haver o Presidente, desde janeiro, ao despachar o requerimento do prof. Antônio Couceiro sobre o prosseguimento das negociações julgadas convenientes, determinado que estas se fizessem na base de convênio com aquele Instituto. Castelo fora peremptório: *"Devem ser fixadas as responsabilidades financeiras que caberão ao Brasil e adotada a forma de convênio com o INPA."* O despacho era de 15 de janeiro. Em verdade, o nacionalismo de Castelo não recusava a colaboração estrangeira, que considerava necessária ao desenvolvimento do país. Repelia, porém, qualquer risco. Aliás, não fazia muito que, exercendo o comando militar na Amazônia, ele impedira a venda de um dos afluentes do Amazonas, o rio Jari, de cuja entrega à United Fruit Company, tão notória na América Central, se cogitara. Fizera-o, porém, discretamente, sem nenhuma publicidade. Normalmente reservado, Castelo parecia reear-lhe atribuírem qualquer idéia de propaganda pessoal naquilo que fazia no cumprimento de um dever. Poucos sabiam que ele evitara a presença da poderosa empresa nas margens do Jari, limite entre o Pará e o Território do Amapá, cenário do romance *Terra Encharcada* de Jarbas Passarinho.

Castelo, entretanto, não desejava afugentar o estrangeiro. Ao falar em Belém, por ocasião daquela visita, externou claramente o seu pensamento sobre o assunto. Sobretudo, ele considerava o medo incompatível com uma nação consciente da sua pujança, como se vê neste trecho o âmago dessas convicções:

*“Cumpre assinalar que já é tempo de adotarmos para esta região alguma estratégia. E esta não poderá ser outra senão aquela que visa a integrá-la verdadeiramente no Brasil, abrindo-a para o mundo, como já acontece com as demais regiões do país: o Sul, o Centro e já o Nordeste, todas elas a se beneficiarem do contato e da colaboração estrangeira. De fato, não há de ser com a estratégia do medo, que nos isola, ou do ressentimento, que nos inferioriza, que haveremos de dar à Amazônia as dimensões a que tem direito. Uma e outra, sob a aparência de preservar riquezas e interesses, nada mais fazem, no fundo, do que transformá-la num campo de concentração da miséria e da estagnação. É isso que não deveremos permitir, embora enfrentemos a má fé do pseudonacionalista.”*

A celeuma foi mais forte do que esse pensamento tranqüilo e confiante. O próprio governo norte-americano desinteressou-se da iniciativa da National Academy of Sciences, de Washington, e os Centros deixaram de ser cogitados. Conheceriam sorte igual à do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

O episódio não teve repercussão na mudança que se operaria. Desejoso de “apagar o deserto do mapa da Amazônia”, Castelo decidira tratá-la prioritariamente, e, depois da viagem ao Pará, criou o Grupo de Trabalho que, no prazo de 45 dias, deveria elaborar anteprojetos de lei, reformulando a política de valorização econômica da região. Presidia-o o engenheiro Artur Soares Amorim, do Ministério do Planejamento, que também indicara o arquiteto Harry James Cole e o comandante Geraldo Maia. Luís Carlos Andrade representou o Ministério dos Organismos Regionais, e Nélson Ribeiro o Banco da Amazônia. O tenente-coronel Moraes Rego, estudioso dos problemas locais, e que servira com o Presidente em Belém, representou o Gabinete Militar.

Antes de concluída essa reformulação, uma emenda constitucional, em dezembro de 1965, tornou extensivos à região amazônica todos os incentivos fiscais e favores creditícios concedidos ao Nordeste.

A Amazônia suscitava várias indagações. Como se ilidiria a melancólica previsão de Euclides da Cunha, para quem “a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa”? Seria área capaz de absorver um esforço de desenvolvimento, ou região pioneira, cujo problema básico consistiu na efetiva ocupação do território? Dever-se-ia protelar os investimentos, permanecendo aquele

imenso “vazio humano” como reserva futura da nacionalidade? Nessa hipótese haveria a possibilidade da fixação de estabelecimentos militares nas fronteiras, a fim de as preservar. De fato, levantava-se um mundo de interrogações, e o Grupo de Trabalho entendeu dever elaborar uma “política”, seguindo-se a estruturação dos órgãos de execução. Moraes Rego, exprimindo possivelmente a pressa do Presidente, opinou contra essa orientação, que acreditava frustrar as populações as quais o discurso presidencial em Belém enchera de esperanças que se efetivariam em curto prazo.

Não houve, porém, como correr. Quanto aos objetivos, prevalecera certo ecletismo: concomitantemente, dever-se-ia apoiar e incentivar empreendimentos industriais e agrícolas destinados a melhorarem as condições de vida da população local, e estimular fluxos imigratórios, que propiciassem o povoamento. Buscava-se assim reter a escassa população existente, ao tempo em que se atraíam novas correntes humanas.

Em consequência da demora, Cordeiro de Farias, quando se exonerou em junho de 66, ainda não vira concluído o estudo e a redação das medidas componentes do que chamou a Operação Amazônia. Substituiu-o João Gonçalves de Sousa, que ele sugerira ao Presidente, e que relutou em deixar a Sudene, onde adquiriria útil experiência sobre a estruturação de agências de desenvolvimento regional. Castelo solicitou-lhe continuar o trabalho do ministro demissionário, e recomendou-lhe especial atenção para a Operação Amazônia. Em um ano, Cordeiro formulara importante inventário dos problemas e do potencial da Amazônia, e já se aprestava para a última demão nas leis que o Governo deveria enviar ao Congresso, embora ainda se discutisse a conveniência da opinião do Ministério do Planejamento, favorável à criação de uma Fundação, que agiria com a liberdade de um empreendimento privado. João Gonçalves, com o apoio do Presidente, que também não julgou acertado que a Amazônia, com os problemas de ocupação humana e de segurança abrangendo cerca de metade do território nacional e 6% da sua população, fosse supervisionada no âmbito limitado de uma Fundação, manifestou-se contrário à idéia. A divergência, entretanto, não deteve os trabalhos. Hábil, experiente, cheio de maneiras, João Gonçalves obteve chegar-se a bom termo depois de vencer preconceitos e susceptibilidades, que as fraquezas humanas haviam radicalizado, tornando por vezes os homens mais difíceis do que os problemas. Para ajudá-lo, ele convocou o economista Stefan Robock, que vinte anos antes colaborara na organização do Banco do Nordeste.

Em 1.º de setembro, em Macapá, o Presidente anunciou chegada a hora da Amazônia: *“É com real satisfação — afirmou — que, ao falar neste progressista Território do Amapá, posso anunciar o início*

da chamada *Operação Amazônia*, destinada a mudar profundamente a face da região.” Não era a primeira vez que um presidente prometia a integração econômica da Amazônia. Vinte e seis anos antes, em 1940, no famoso “Discurso do rio Amazonas”, Getúlio Vargas declarara ter vindo “para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia.” Castelo, entretanto, não deu tempo a que germinasse alguma dúvida: o Congresso logo recebeu os projetos dos quais se originou a legislação pertinente ao desenvolvimento da região. Representavam, segundo o Presidente, uma “experiência dolorosamente acumulada.” Ao que teria acrescido João Gonçalves: “A Amazônia já esperou muito.”

Agora, os amazônidas exultavam: sabiam que os tempos eram outros. Entre as manifestações de confiança, a do deputado José Esteves, do Amazonas, pareceu traduzir os sentimentos coletivos: “Espero em Deus — dissera na Câmara dos Deputados — que a nova era instituída pelo Presidente Castelo Branco tenha prosseguimento salutar e duradouro. Ela representa o reconhecimento do Poder Central de que o futuro do Brasil reside na Amazônia. . .” Parecia o eco de Euclides da Cunha ao fazer a profecia dessa região, “onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo.”

Votadas as leis da Sudam e dos incentivos fiscais para a Amazônia, Castelo quis sancioná-las concomitantemente com o encaminhamento ao Congresso de novos projetos de lei sobre a região. Houve pequena solenidade, no Laranjeiras, presentes os ministros Bulhões, Campos e João Gonçalves, o presidente do Banco da Amazônia, Armando Mendes, o coordenador do grupo de trabalho sobre a Zona Franca de Manaus, Artur Amorim, e o coronel Moraes Rego, responsável, na Casa Militar, pelos assuntos da região. Era a maneira de o Presidente dar ênfase ao interesse com que acompanhava o desenvolvimento dessa operação regional.

Não eram, porém, profundas as convicções sobre as riquezas desse eldorado: as opiniões oscilavam entre o “paraíso perdido” de Euclides e o “inferno verde” de Alberto Rangel. Entretanto, durante o tempo vivido na Amazônia, Castelo observara o suficiente para ser ela, no Governo, uma das suas preocupações. “*Empolga, mas é difícil e duro. Os problemas aqui se apresentam com fatores em completo conflito*”, escrevera ele, de Belém, a um amigo. Sentira a precariedade das comunicações entre aquelas distâncias sem fim. A insegurança do homem — “um intruso impertinente” — naquele mundo inacabado, e o desconforto que a todos afugentava, inclusive os militares. E, como traço comum, a terrível pobreza, que se diria o legado das gerações naqueles espaços vazios.

Esse conhecimento da região foi importante para as decisões de Castelo, em favor da Amazônia. Entre setembro e outubro, o Con-



gresso votou as leis fundamentais sobre o assunto. O Banco da Amazônia substituiu o enfraquecido Banco de Crédito da Amazônia. A Sudam, espécie de reedição da Sudene, cuja experiência aproveitara, tomou o lugar da SPVEA. Criaram-se incentivos fiscais, e o Fundo de Investimentos Privados da Amazônia — o FIDAM — assegurou recursos para empreendimentos prioritários.

Na realidade, nada se copiara; tudo fora inovado ou reformulado com fecunda imaginação. As isenções tributárias federais tinham sido adotadas para assegurar às empresas da região condições competitivas graças à sua modernização. Estimulara-se a importação, ampliação e modernização das atividades produtivas de interesse da região, e relacionadas com a agricultura, a pecuária, a pesca e a exploração mineral e florestal. Isentara-se de impostos e taxas a importação de máquinas que proporcionasse uma tecnologia estrangeira adaptável à tecnologia local. E as deduções tributárias, adotadas com base na experiência da Sudene, eram entretanto mais liberais do que as vigentes para o Nordeste. Fora a maneira de atender as características especiais e limitativas da Amazônia.

Não pararam aí as medidas em favor da região. O Presidente tinha especial preocupação com a Amazônia Ocidental, formada pelos Estados do Amazonas e do Acre e dos Territórios Federais de Roraima e Rondônia. Inquietava-o a rarefeita população, vivendo à margem de rios e igarapés ou dentro dos seringais que se estendiam de Manaus às fronteiras norte, oeste e sudoeste, e que se sentia abandonada pelo Brasil. Ainda que não se pudesse fazer muito, Castelo aspirava a realizar algo que simbolizasse a solidariedade da União em relação àqueles pioneiros. Determinou a João Gonçalves estudar a concessão de incentivos mais amplos do que os já existentes. Surgiram assim os incentivos fiscais e financeiros outorgados em fevereiro de 1967, superiores aos então vigentes, isentando-se do imposto de renda os trabalhadores técnicos e empresários da região. Também pessoas físicas e jurídicas, a critério da Sudam, ficaram dispensadas do pagamento de impostos. E profunda reformulação da política da borracha, para a qual se assegurou preço mínimo, deu ânimo aos seringueiros.

Por último, implantou-se a Zona Franca de Manaus, criada, havia muitos anos, por iniciativa do deputado Pereira da Silva, mas à qual não se proporcionaram condições de vida. Era antiga aspiração da região, transmitida pelo governador Artur Reis ao Presidente, que determinou constituir-se um grupo de trabalho no Ministério do Planejamento. Nasceu assim a Zona Franca de Manaus, alicerçada em engenhoso sistema de isenções e incentivos, a cuja sombra medrou a prosperidade. Quando o Presidente, em fevereiro de 67, assinou o decreto-lei da Zona Franca, Artur Reis já deixara o governo.

Castelo, entretanto, numa atenção que lhe era freqüente, pediu ao coordenador do Grupo de Trabalho, Artur Soares Amorim, para dar a notícia ao ex-governador. Desejava fosse ele o primeiro a receber a informação.

Os resultados foram mais rápidos do que se imaginara. Em pouco tempo, começaram a surgir, por todo o imenso vazio amazônico, numerosos projetos pecuários, agrícolas, industriais, pesqueiros, florestais e minerais. Alguns eram grandiosos, como o da JUTEX, para fiação e tecelagem, o da SIDERAMA para siderurgia, e os da SABIM e da INABA para madeiras. Ao todo representavam investimentos previstos num montante de 73 milhões de cruzeiros. O ataque atingira todas as frentes. Também a Zona Franca assemelhava-se a uma colmeia de trabalho e prosperidade. A Amazônia renascia. Tendo, no começo do século, na fase áurea da borracha, conhecido a riqueza, ela a desbaratara com imprevidência. A esperança voltava, porém, a dourar-lhe as águas e as florestas.

Na ocasião, entretanto, o grande ato foi a Primeira Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia. Organizada pelo Governo, pelas Confederações Nacionais da Indústria, Agricultura e Comércio. Inaugurou-a o Presidente, no começo de dezembro, em Manaus, presentes cerca de 400 empresários, vindos de todo o país, que, por um instante, ali se encontravam, testemunhando confiança numa nova era. Ministros, governadores, técnicos, diretores de autarquias, todos se davam as mãos conscientes de serem os pioneiros de uma obra grandiosa. João Gonçalves transbordava de entusiasmo. E cheios de serviços, ali estavam o presidente do Banco da Amazônia, "modelo de homem público" ao sentir de Castelo, e o general Mário Cavalcanti, "probo e dedicado" responsável pela nova imagem da SPVEA. Os empresários acreditavam em empreendimentos lucrativos.

No dia seguinte, excetuando o Presidente, que retornou a Brasília, os demais participantes do Encontro embarcaram no *Rosa da Fonseca* e desceram o grande rio, rumo a Belém. Os salões do transatlântico haviam sido transformados em anfiteatros universitários, onde grupos de técnicos, empresários e administradores públicos debatiam os problemas prioritários da região. Na sua grande maioria, aqueles ricos empresários, banqueiros, industriais e investidores jamais tinham visitado a Amazônia. E, durante cinco dias, o navio singrou o curso majestoso, tendo escalado em Parintins, Santarém e Porto Santana, cujas populações acolhiam festivamente os viajantes. Em Belém, onde aportaram no dia 9, uma original sinfonia de repicar de sinos traduziu a alegria e a confiança da cidade, em que se encerrou a singular reunião cujo êxito fora completo. Lançara-se, assim, a Operação Amazônia, que fazia voltar a esperança.

Do Sul somente se tratou no fim do Governo. Na realidade não havia urgência, pois era zona relativamente próspera. Dissera um ex-ministro, Munhoz da Rocha, não ser o Brasil um país subdesenvolvido, mas desigualmente desenvolvido. E a extremidade meridional apresentava renda *per capita* superior à média nacional, e bem acima da do Nordeste e da da Amazônia. Mas, o desejo de corrigir o erro e construir nova nação, onde o bem público fosse o único objetivo, fez o Presidente não esquecer a reformulação da Superintendência da Valorização da Fronteira Sudoeste. Era uma agência de desenvolvimento regional fundada na década de 50, sob a influência do deputado Rui Ramos, do Partido Trabalhista, mas que jamais se libertara da condição de mera agência eleitoral do governo, especialmente no Rio Grande do Sul.

Ao contrário das outras agências de desenvolvimento, cuja ação se baseava em investimentos públicos, incentivos fiscais e financeiros, a do Sul seria, principalmente, órgão de assessoramento e de coordenação das atividades federais, estaduais, e municipais, pois a região possuía suficiente capital e *know-how*. No fundo, destinarse-ia a dinamizar a economia estagnada de cerca de 400 municípios de fronteira, através da assistência técnica e financeira às entidades públicas para elaboração e execução de projetos que julgasse prioritários, promoção e divulgação de estudos, pesquisas e análises sobre a potencialidade da região. Também as Universidades locais, especialmente a que se localizava em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, deveriam desempenhar papel importante, conforme constou do I Plano Diretor da nova autarquia.

Para atender às determinações do Presidente, João Gonçalves reuniu-se com os seus assessores e os representantes dos Estados interessados — Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Paraná — no Hotel das Cataratas, à vista das Quedas do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai. E, enquanto as águas majestosas se esbatiam nos altos degraus de pedra, numa promessa de energia elétrica, avaliada em dez milhões de quilowatts, engenheiros, economistas, juristas, agrônomos e sociólogos, durante uma semana, debateram a reformulação desejada. A idéia do planejamento dominara o Governo cada vez mais.

Elaborou-se assim o decreto que o Presidente assinou em fevereiro de 1967, criando a Superintendência da Região Sul (SUDESUL), que teve como primeiro superintendente o engenheiro Reginaldo Magno de Sá, antigo funcionário da Sudene. A ele caberia despertar a gente e mobilizar os recursos da região, da qual o melhor símbolo era o potencial de energia das Sete Quedas, na fronteira com o Paraguai.

## CAPÍTULO XII

### A REFORMA E A POLÍTICA AGRÁRIA

DENTRE AS CONVICÇÕES de Castelo, estava a de que lhe competia, precipuamente, promover, como cláusula inerente ao cargo, o bem-estar do país. "Promoverei sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral do Brasil", dissera ao assumir o Governo. E não havia como dar ao povo sensação de bem-estar sem proporcionar-lhe abastecimento fácil e abundante de gêneros de primeira necessidade, extinguindo o deprimente espetáculo das imensas filas que, para a compra de leite, feijão, carne, ou arroz, haviam assinalado a fase final de Goulart.

Durante decênios, apenas voltada para a "grande lavoura", que propiciava artigos primários de exportação, como café, algodão ou cacau, a nação descuidara-se da agricultura de subsistência e da pecuária. "Somos um país agrícola", enunciara o Presidente Venceslau Brás durante a Primeira Grande Guerra. Mas, nenhum apoio adviera para a agricultura. Por último, ao tempo em que se inquietavam com as perspectivas de uma reforma agrária demagógica, que ameaçava socializar os campos, os fazendeiros se haviam desesperado com o tabelamento dos seus produtos. Liberavam-se os preços da indústria, e continham-se os dos gêneros de alimentação. Era a fórmula de cortejar e iludir o povo. E, gradativamente, os fazendeiros, temerosos ou desesperados, haviam abandonado a terra, acarretando terrível crise de abastecimento nas cidades. Ninguém sabia se no dia seguinte encontraria leite ou carne. E o câmbio negro instalara-se inclemente.

Desde o começo, o Presidente sabia ser a solução desse problema um dos seus tormentos. Por isso chamara, para o Ministério da Agricultura, Oscar Thompson, secretário da Agricultura de São Paulo, o maior produtor agrícola do país. Em pouco tempo, entretanto, dadas as concepções que tinha do Governo, Castelo verificou o equívoco, e resolveu substituir o ministro. Dizia a carta em que lhe dispensou a colaboração:

*“O assunto desta comunicação me é imposto pelo enunciado constante de meu discurso de posse de ministros, em dias de abril último, de que o meu Governo teria ‘unidade de pensamento e de ação’ e os problemas administrativos exigiam ‘verdadeiro dinamismo’. Isso determina métodos e normas de trabalho comuns, sobretudo para produzir resultados eficientes. Vossa Excelência, homem de ação e de personalidade, por sua maneira de agir muito pessoal, se isola no ministério e não me permite entrosar uma ação interpenetrada, coesa e de rendimento em relação à sua pasta. Trata-se, sem dúvida, de um modo particular de trabalho que eu respeito, mas que julgo incompatível com os métodos e normas adotados no Governo.”*

Após dias de indagações, em busca de substituto, o Presidente se fixou no prof. Hugo de Almeida Leme, a quem telefonou, convidando-o a vir ao Laranjeiras. Diretor da Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, de Piracicaba (São Paulo), era um técnico carregado de títulos que lhe testemunhavam a dedicação aos problemas da agricultura. De meia-idade, a atitude plácida e modesta, parecia preferir sempre não ser percebido. Vendo-o, ninguém lhe imaginaria os méritos e a pertinácia. Ao confiar-lhe o ministério, que começara a conhecer, o Presidente advertiu-o tratar-se de máquina emperrada, difícil de colocar em movimento. Ao que acrescentou: “Entretanto, o que é difícil não é impossível.”

De modo geral a agricultura conhecera períodos de prosperidade baseados numa natureza pródiga e na mão-de-obra abundante e barata. Propiciara até recursos para a instalação de incipiente industrialização iniciada pelos remanescentes da burguesia rural do Império, a qual evolvera para ter também a sua aristocracia. Progredira em momentos em que a Rússia, a China e a Índia viram malograrem-se os seus programas agrícolas. E a esse bom desempenho devera-se, segundo Delfim Neto, “a ausência de uma preocupação maior por parte dos elaboradores de nossa política econômica.” Aos poucos, desprovida de novas técnicas, declinara vencida pelo abandono e insegurança. Por fim, tornara-se insuficiente para alimentar o país, forçando-o a importar alguns gêneros de primeira necessidade.

Hugo Leme conhecia as deficiências do Ministério e da sua política em relação aos campos. Na vida, ele nunca fizera outra coisa senão ensinar a cuidar-se da terra. E uma série de medidas, algumas de emergência, para efeitos precoces, marcaram-lhe o início da gestão. Tanto era, porém, necessário plantar a couve, quanto o carvalho. O essencial não estava em medidas de efeitos mais ou menos rápidos, mas transitórios, e sim na implantação das grandes linhas de uma agricultura que atendesse tanto à lavoura de subsis-

tência quanto à grande lavoura, em parte destinada à exportação, como a do açúcar, sobre a qual assentava grande parte da economia agrícola do Nordeste, e a do café, de profundas repercussões na vida do país. Simultaneamente, o Governo marchou para a adoção de uma política de desenvolvimento agrário, cujas diretrizes foram fixadas no Plano de Ação Econômica, e para a elaboração de uma lei de reforma agrária, visando à mudança das estruturas da velha sociedade rural, que se formara ao tempo da Colônia.

Durante todo o Governo, o assunto estaria na agenda presidencial, pois, quando mais não fosse, tinha ele, permanentemente, a bater-lhe à porta os problemas do abastecimento, e sabia só resolvê-los pelo incremento da agricultura. *“Ao campo — dirá pouco mais tarde — é que tocará alimentar as nossas populações, nunca às emissões de papel-moeda...”* A frase era um divisor de águas entre duas épocas. Aliás, o abastecimento, apesar da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), inicialmente confiada a Arnaldo Taveira, espírito contemporalizador, e, depois, a Guilherme Borghoff, economista de formação germânica, de rara capacidade de organização, demoraria bastante a reajustar-se às necessidades da população. Era impossível repetir-se o milagre da multiplicação dos pães sem a colaboração do Tempo e do Trabalho.

Castelo possuía nítida idéia de que 55% da nossa população vivia nos campos, e 89% das divisas provinham da agricultura. No discurso proferido no Paraná, em setembro de 64, ele expôs o seu pensamento, partindo de que a revitalização da agricultura se impunha menos para atender aos reclamos de grandes parcelas da população, do que por ser o *“caminho seguro para dar vigor e estabilidade a toda a economia nacional”*. Era, antes de tudo, uma injunção nacional.

Na ocasião, o presidente enunciou também várias medidas, algumas já em curso, como a vulgarização do uso de adubos, objeto de convênio com a USAID, pelo qual 37 milhões de dólares reverteram para a compra de fertilizantes, que, vendidos, produziriam recursos para um Fundo de Refinanciamento Rural. Realmente, o fortalecimento do crédito rural, com a cooperação da Aliança para o Progresso, seria um dos pilares da recuperação agrícola. E, enquanto se debatia a reforma agrária na imprensa, nas associações de classe e nos partidos políticos, iniciou-se um programa de técnica da agricultura, crédito rural, subsídios para fertilizantes e garantia de preços mínimos. Em verdade, uma revolução nos campos. E a compra de tratores e dos chamados insumos modernos ganharam tratamento privilegiado, para melhoria da produtividade, ao tempo em que se abriam créditos a longo prazo, para modernização das propriedades.

Nesse esforço para reanimar os campos, o setor financeiro do Governo desempenhou papel fundamental. Convictamente, Bulhões e Roberto Campos seguiam a orientação do Presidente. E, quando se cortavam despesas por causa da inflação, Bulhões, que contava ciosamente o dinheiro público, autorizou o Banco do Brasil a operar, sem limitações orçamentárias, nos financiamentos agrícolas, também confiados à rede bancária privada. Compreendia-se nada ser duradouro enquanto os campos não retornassem à normalidade.

Constituiu, aliás, feliz coincidência estar na Carteira Agrícola do Banco do Brasil um industrial vinculado à terra. Chamava-se Severo Gomes, orgulhava-se de ser o maior produtor de leite de São Paulo, e, no fim do Governo, se tornaria ministro da Agricultura. Jamais esperava dizerem-lhe duas vezes o que podia fazer em benefício dos fazendeiros, cujas dificuldades, sacrifícios e virtudes conhecia bem. E, tendo reformulado as diretrizes do banco, dispusera de recursos não inflacionários para financiar produtos básicos, como o milho, o feijão e o arroz. Ajudou assim a produção de gêneros alimentícios, contribuindo para que as antigas filas desaparecessem, e os custeios e investimentos agrícolas financiados pelo banco evoluíssem, entre 1964 e 1966, de quatrocentos para setecentos milhões de cruzeiros. Na pecuária, elevaram-se de sessenta para cento e oitenta milhões.

Indiferente à inflação, o crédito agrícola expandia-se. Seria, aliás, das raras vezes em que o ministro Bulhões, de bom grado, abria a bolsa do Tesouro. Era a maneira de reanimar os campos, mediante sucessivos estímulos financeiros. Criado o Banco Central, uma lei institucionalizou o crédito rural, trazendo no seu bojo a obrigatoriedade, para bancos e sociedades financeiras da rede privada, da aplicação de 10% dos depósitos em empréstimos a atividades agropecuárias. Por último, com a ajuda da AID (Agency for International Development) fez-se um Fundo, assegurando subsídio aos usuários de fertilizantes e suplementos minerais.

Foi constante o reajustamento e a ampliação das medidas em favor da política de desenvolvimento agrícola. O Presidente amava o diálogo, em cujos efeitos acreditava, e tinha os ouvidos abertos para as advertências ou sugestões. Principalmente de São Paulo, onde os agricultores se reuniam em poderosa agremiação, a FARESP, presidida pelo sr. L. E. Bianchi, eram freqüentes as solicitações de novos créditos e critérios. Também banqueiros, como Amador Aguiar, que dirigia o maior banco privado do país, e Paulo Aires Filho, que pertencera ao IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), eram ricos de observações. Nessas oportunidades, fiel ao gosto dos debates, Castelo estimulava os auxiliares a aceitarem encontros, conversas ou conferências, e, não raro, Bulhões, Campos, Hugo

Leme, Severo Gomes, Borghoff, Dênio Nogueira e Moraes Barros viajaram para São Paulo, atendendo a algum convite. Quando regressavam, o Presidente era o mais curioso às minúcias das reações dos interlocutores.

Nada, entretanto, tão salutar para estimular a produção agrícola quanto a campanha dos preços mínimos, libertando os produtores das sensíveis oscilações do mercado. Nela, Severo Gomes, auxiliado pelos seus assessores Pires e Albuquerque e Luís Damásio, se engolfou a fundo. Contudo, o grande coordenador seria José Drummond Gonçalves, diretor executivo da Comissão de Financiamento da Produção, e a quem se deveu o maior trabalho na implantação de novos métodos e estruturas, que aprimoraram continuamente a política dos preços mínimos.

Uma das inovações iniciais foram os preços mínimos específicos para o Centro-Sul, e outros para as regiões Norte e Nordeste, onde até então se atendiam apenas quatro produtos: juta, cera de carnaúba, feijão de corda e sisal. Com o procedimento adotado, o país passou a considerar aspectos regionais da produção agrícola. Era o reconhecimento de uma realidade nacional. Mas, além de atender a essas peculiaridades regionais, buscou o Governo promover o que se chamou a interiorização dos preços mínimos, estabelecendo pontos de convergência da produção e, em função deles, apontando os valores que deviam vigor.

Em setembro de 1964, assinou o Presidente Castelo o primeiro decreto de preços mínimos. Resultava de estudos da Comissão de Financiamento da Produção com a colaboração de órgãos estaduais e regionais, bem como de técnicos dos Ministérios do Planejamento e da Agricultura. Mas, o êxito da campanha deveu-se, principalmente, ao bom entendimento com o Banco do Brasil, que criou inspetorias regionais para acompanhar a atividade de suas agências na implantação da política de preços mínimos. Na realidade, seria um permanente aperfeiçoamento, do qual decorreu, inclusive, nova modalidade de financiamento, que permitiu adiantamentos em valores correspondentes a 100% dos preços mínimos, em vez de 60%, como ocorria anteriormente. Deveu-se essa inovação ao trabalho de quatro técnicos norte-americanos da Commodity Credit Corporation, contratados pelo Ministério da Agricultura.

Drummond Gonçalves era desses eternos insatisfeitos, e a isso, bem como à colaboração de outras áreas governamentais, como a SUNAB, de que foram superintendentes Arnaldo Taveira e Guilherme Borghoff, e à COBAL, dirigida pelo general Carlos de Castro Torres, se deveu o ininterrupto esforço para dotar a campanha de elementos adequados à sua finalidade, entre os quais um Centro de Processamento de Dados. O que não impediu serem os preços fixa-



dos sempre inferiores aos pleiteados pelos estados, principalmente São Paulo, cuja Secretaria de Agricultura costumava divulgar estudos com índices superiores aos que vinham a ser estabelecidos.

As divergências, entretanto, não ofuscavam o esforço e a boa colheita. Em 1965, o Governo Federal adquiriu 30 milhões de sacos de arroz, 14 milhões de milho e 6 milhões de amendoim. Eram dezenas e dezenas de milhões de sacos a exigirem armazenamento, e nesse sentido foi extraordinária a mobilização do Banco do Brasil, cujas agências em Goiás, por exemplo, além de casas alugadas, usaram até igrejas para a estocagem de cereais. Na Guanabara ficou famosa a requisição, pela Comissão de Financiamento da Produção, do campo de esportes do Olaria Atlético Clube. As dificuldades eram muitas. Mas não bastavam para vencer a equipe de que Drummond Gonçalves se fizera o principal coordenador.

Conseqüência desse esforço, para assegurar justa retribuição aos produtores, foi uma safra sem precedentes em 1965. Estimulada, a agricultura inundava os mercados, congestionava os portos e abarrotava as estradas de ferro, ao mesmo tempo em que arriscava a luta contra a inflação, obrigando níveis de preço abaixo dos reclamados. Foi sustada, porém, essa queda dos preços com a aquisição de produtos agrícolas pelo Banco do Brasil, num montante de 254 milhões de cruzeiros, ao passo que, no ano anterior, essas compras atingiram apenas oito milhões. Não foi outra a causa principal da imprevista expansão dos meios de pagamento naquele ano. Mostraram-se terrivelmente decepcionados os produtores de açúcar e arroz. E Severo Gomes não esqueceria a amarga indignação do senador Mem de Sá, e do presidente do Instituto Rio-grandense de Arroz, Virgílio Leitão de Abreu, ante a decisão governamental concernente à fixação dos preços. No ano seguinte, as colheitas caíram. Seria, porém, hiato passageiro, pois, fortemente estimulados pelas medidas governamentais, os campos voltaram a abastecer o país e a produzir para a exportação.

Acabara a fase do congelamento e do tabelamento dos produtos agropecuários. O Presidente sabia, porém, da popularidade e simpatia que gozava nas cidades a contenção dos preços, causa da escassez e do câmbio negro. Ao inaugurar uma siderúrgica, no início de 1966, ele lembraria o que fora dar à agricultura liberdade igual à da indústria: *"Temos enfrentado corajosamente o problema da liberação dos preços agrícolas e pecuários. O resultado imediato é penoso para o consumidor urbano, esquecido da pobreza das zonas rurais e relutante em reconhecer que o preço artificial de hoje pode significar a escassez, e, portanto, o encarecimento de amanhã."* Castelo, entretanto, olhava mais longe.

Mais rápido do que se poderia esperar, os campos se recuperaram. Mas, se a agricultura reclamara medidas gerais, produtos como o açúcar e o café exigiam medidas específicas, para atender-lhes as condições peculiares. O Governo não as regateou.

Pela primeira vez o Paraná, há algum tempo liderando a produção de café no país, teve representante seu na presidência do poderoso Instituto Brasileiro do Café, o IBC. Leônidas Bório, indicado pelo Governador Nei Braga, passava um pouco dos quarenta anos, era inquieto, flexível na execução, intransigente nas idéias, e não receava procurar novos caminhos. Um rápido balanço mostrou quanto lhe seria difícil a tarefa.

“O Brasil é o café”, repetira-se durante decênios, embora não houvesse faltado também quem dissesse ser o café “o inimigo n.º 1 do Brasil”. E a paixão dos julgamentos jamais abandonaria a cultura que fizera a riqueza do país. Economistas, políticos, parlamentares, jornalistas se digladiavam quanto a melhorar o modo de preservar os interesses nacionais em relação ao seu produto fundamental. Variavam os remédios, mesmo quando idênticos os conceitos sobre a supremacia do café na economia. No fim do Império representara quase setenta por cento das exportações. Na República significara, em média, sempre mais de metade das divisas estrangeiras. E 400.000 propriedades, onde viviam milhões de trabalhadores, davam a medida da importância das plantações a cuja sombra havia prosperado, principalmente em São Paulo, forte burguesia rural, dominadora e atenta aos seus interesses. O café retratava a riqueza do latifúndio.

Quando Castelo assumiu o Governo, o mercado do café estava em momento de indecisão. Após um período de preços baixos, a geada sobre as plantações do norte do Paraná suscitara aceleração de compras e conseqüente elevação de preços. Em outubro de 1963, o Brasil bateu o recorde das exportações de café: 2,6 milhões de sacos. E, entre janeiro e março de 1964, as importações dos Estados Unidos atingiram 6,4 milhões de sacos, ou sejam mais oitocentos mil sacos do que em igual período do ano anterior. Naturalmente, os estoques norte-americanos aumentaram sensivelmente, acarretando o declínio dos preços.

Que fazer? Entregar o assunto à “lei da selva”, numa imprevisível liberdade de competição, que arrastaria os preços desastrosamente, ou apegar-se ao Convênio Internacional do Café, assinado em 1962 por 34 países exportadores e 22 importadores, mas ainda desprovido dos instrumentos necessários à disciplina do mercado? Unanimemente, o Governo optou por esta solução. Entre a urgente necessidade de divisas e o desejo de fortalecer o Convênio, Castelo preferiu a última hipótese. Era o gosto de pensar e adotar soluções

para longo prazo. Aliás, Daniel Faraco, ministro responsável pelo problema, mostrou as inconveniências de se aumentarem as exportações a custo da derrocada de preços. Mais tarde, debateu-se o tema na Câmara, onde Alde Sampaio, antigo deputado, professor de economia, inclinado ao liberalismo, se mostraria favorável ao que chamava "o preço natural". Faraco poderia responder-lhe com os resultados, pois, embora obrigado a absorver a maior parte do excesso existente no mercado, cerca de 4 milhões de sacos, o Brasil obtivera receita cambial superior a 700 milhões de dólares, pouco inferior à da safra anterior. Houve, aliás, quem dissesse que o país perdera milhões de dólares por não haver forçado as vendas, independentemente da degradação dos preços. Afirmativa inconsistente, pois nada demonstrava existir relação estável entre a receita cambial e o volume da exportação. Em 1953, por exemplo, quando o café proporcionara a maior receita em divisas (um bilhão e noventa mil dólares), a exportação fora de 15,5 milhões de sacos, figurando esse ano no 15.º lugar das vendas de café para o exterior. Ao passo que em 1963 batera-se o recorde das exportações com 19,4 milhões de sacos, e tivera-se apenas 746 milhões de dólares. Entretanto, no difícil mundo do café, inquieto, por vezes contraditório, dividido por idéias e interesses em choque, tudo encontrava o apoio de um precedente. José Maria Whitaker, o acatado ex-ministro da Fazenda, foi dos que desaprovaram a política do Governo, tendo escrito sem meio-termo: "É temerário insistir em regular preços em mercado internacional de tão magna importância, sobretudo depois que perdemos nossa gloriosa primazia nas exportações. Nossa necessidade é vender. Não devemos provocar guerra de preços, mas não podemos dela sempre recuar. Se tivéssemos querido vender no ano sacrossanto da Revolução tanto, pelo menos, quanto havíamos vendido no nefando ano anterior, teríamos recebido, a mais, cerca de trezentos e cinquenta milhões de dólares..."<sup>1</sup> Quem duvidaria da boa fé do velho Whitaker? De fato, o Governo não pretendia valorização artificial, mas apenas preços estáveis e razoáveis, pois sabia quanto aleatório poder concomitantemente, expandir as exportações e sustentar os preços. "É inconciliável aumentar a exportação e sustentar os preços", afirmou o deputado Pacheco Chaves, embora pleiteasse melhor retribuição para os agricultores.

Não foi simples ajustar-se a política do café aos objetivos do Governo em luta contra a inflação, e com aspiração à retomada do desenvolvimento. Durante todo o mandato de Castelo sucederam-se as reuniões com aquela finalidade. Delas, em geral, participavam os ministros Bulhões, Campos e Faraco, mais tarde substituído por

---

<sup>1</sup> In *O Jornal*, 5 de maio de 1965.

Paulo Egídio e os presidentes do IBC, do Banco Nacional e do Banco do Brasil. Leitão da Cunha comparecia, ao haver algum problema de política externa. Era o debate em alto nível. Nem sempre as opiniões se mostravam acordes, pois cada qual queria preservar os interesses do seu setor. Dênio Nogueira, por exemplo, pleiteava menores preços, visto sobre ele recair o ônus das emissões provocadas pela exportação. Em verdade, esmagara-o a imprevista safra de 65/66, com 37 milhões de sacos, por ele estimada em apenas 22 milhões. Por sua vez, Bulhões, tendo assistido a outras crises de superprodução, divergia de Campos que se opunha à concessão de recursos para a eliminação de cafezais de baixa produtividade. E Morais Barros sustentava caber ao Banco do Brasil fixar os esquemas de financiamento e implementar a política de diversificação agrícola. O Presidente sabia, porém, como decidir e conciliar. Era virtude nele inata.

De modo geral, o Presidente apoiava Bório, que, senhor do assunto, considerava o café como o insubstituível impulsionador do desenvolvimento. Falando ao Conselho da Organização Internacional do Café, em Londres, ele exclamara com ênfase: "Coffee is the key!"<sup>2</sup> E ninguém o convenceria de não ser o café a chave do mundo. Principalmente de uma parte do mundo subdesenvolvido.

Das decisões para fazer o café eficiente instrumento da política do Governo, nenhuma tão contestada e combatida quanto a da estabilização dos preços. Era o ponto doloroso. Menos por serem baixos, pois passaram de US\$ 45.88 na safra de 63/64 para US\$ 53.48 na de 64/65 — do que por sufocar sonhos altistas e impedir especulações. O comércio, por exemplo, sentira-se prejudicado por assegurar o IBC, desde o primeiro dia da safra, um preço mínimo aos produtores. Sem a estabilização dos preços, possivelmente malograria o combate à inflação. E a julgar pelas pressões de setores diversos — lavoura, comércio, bancos, grupos políticos, etc. — terá sido a resolução que mais pôs à prova a firmeza do Presidente, mas nem por isso as esquerdas deixariam de o acoiar de conluiado com o latifúndio e o imperialismo, justamente os mais infensos àquela decisão. Onde mais fácil servir a ambos do que na manipulação dos preços do café? Estes, entretanto, apesar dos protestos suscitados, mantiveram-se inalterados no triênio 64/67. Provocaram inclusive grave dissensão entre o Governo e a Junta Administrativa do IBC, composto de representantes da cafeicultura, e à qual competia fixar os preços. Era uma falha legal, pois significava entregar a uma classe interessada a sorte da política financeira. Política tida pelo

---

<sup>2</sup> Leônidas Lopes Bório, *Relatório ao Conselho Internacional do Café*. Londres, maio de 1966. "Café, chave do desenvolvimento nacional".

economista Bresser Pereira como "extremamente severa para com os cafeicultores".

Castelo tentou contornar o conflito. Por fim, discordando a Junta dos preços desejados pelo Governo, não houve como evitar o choque. Do episódio, é este testemunho de Faraco: "Em meados de 1965, havendo o Governo vetado os preços fixados pela Junta, esta decidiu não votar, como lhe cabia, as normas reguladoras do embarque de café, a pretexto de aguardar, para fazê-lo, que o Governo reconsiderasse o veto! Como a falta de regulamento desordenaria o embarque, estava claro que a Junta contava com isso para forçar o Governo a recuar. A hipótese, porém, já fora prevista e, por isso, levei de imediato ao Presidente o decreto pelo qual o Governo chamava a si regular diretamente os embarques. A Junta, colhida de surpresa, levou semanas discutindo a legalidade do ato, e, mesmo assim, em sua inconformidade foi ao ponto de recorrer ao Supremo Tribunal, sem resultado prático. Ficou-me a impressão de que a atitude dos membros da Junta, menos irritou o Presidente, do que o entristeceu."<sup>3</sup>

Seguro dos objetivos, o Presidente permaneceu sobranceiro aos ataques provocados pela política do café. Principalmente na imprensa e no Congresso, repetiram-se e visavam freqüentemente a Roberto Campos, a quem se atribuía a responsabilidade das diretrizes adotadas. Na Câmara, Herbert Levi mostrar-se-ia pertinaz adversário.

Para dar continuidade à política de preços razoáveis e estáveis, que propiciariam o desenvolvimento, o Governo verificou haver dois pontos fundamentais: efetiva implantação do Convênio Internacional do Café, e ajustamento da produção à demanda do mercado consumidor. Fora daí seria a danosa e permanente instabilidade.

Sugerido em 1961, na reunião de Punta del Este, o Convênio Internacional do Café concluiu-se no ano seguinte, sob os auspícios das Nações Unidas. Para Faraco, embora imperfeito, era o que se poderia obter de melhor, e destinava-se a evitar a degradação do mercado, graças ao excesso de ofertas, ficando cada país limitado a quotas anualmente estabelecidas. Na prática, entretanto, o Acordo permanecera inoperante por não haver o Congresso dos Estados Unidos aprovado as medidas complementares, entre as quais o "certificado de origem", único meio de respeitarem as quotas de cada país. Sem o certificado, implantara-se a balbúrdia, e desta nasceu o chamado "café turista", espécie de contrabando legalizado.

Diante dessa realidade, Castelo resolveu, como primeiro passo, empenhar-se junto ao governo norte-americano para a votação da-

<sup>3</sup> Daniel Faraco, em carta ao Autor s/d.

queelas medidas complementares. Criara-se, porém, nos Estados Unidos a falsa idéia de equivaler o Convênio à elevação dos preços. E, justamente num ano de eleições, seria custoso demover os obstáculos no Capitólio. Durante meses, as gestões mostraram-se infrutíferas. Por fim, já desesperado por força dos prejuízos suportados pelo Brasil, o Presidente, embora continuasse propenso a fortalecer o Convênio, viu esgotar-se-lhe a paciência. “Nele — escreveu Faraco a propósito do episódio — a paciência era fruto da compreensão e era, também, instrumento de ação. Ele sabia cozinhar os problemas (e os seus causadores) em água fria, mas sempre com a condição de que o cozimento prosseguisse. A firmeza era a paciência afirmada em tom mais alto e, por vezes, em ritmo mais rápido e mais arriscado.”<sup>4</sup>

Castelo concluiu haver soado a hora de correr todos os riscos. “A sua técnica — diria Faraco — era a do risco friamente calculado, o que excluía os riscos desnecessários, inclusive sobretudo os riscos da jactância.” Naturalmente os objetivos sobrepunham-se à vaidade. E acima de tudo pairava uma firme determinação. Depois de ouvidos Faraco e Bório, que eram, no Governo, os mais diretamente responsáveis pelo assunto, o Presidente, no primeiro semestre de 1965, reconheceu que, embora continuasse a querer o Convênio, este, praticamente, não existia, cabendo-lhe, portanto, enfrentar a realidade de um mercado livre.

Na verdade, seria a retirada do Brasil do Acordo Internacional do Café. “Era uma opção dura — disse-me Faraco — pois implicava no risco da perda mais ou menos imediata de algumas centenas de milhões de dólares, o que representava então muito no balanço de pagamentos de um país que lutava para superar a insolvência. Mas, por outro lado era imperativo forçar uma definição, sem tomar a iniciativa de romper o Acordo, passando a dar a este o valor que tivesse para nós, em cada caso.”

Tomada sem alarde, como do seu feitio, Castelo, numa carta pessoal, transmitiu ao Presidente Lyndon Johnson a nova posição do Brasil. O embaixador Juraci Magalhães e Leônidas Bório entregaram-na a Thomas Mann, subsecretário de Estado. De fato, o problema deslocava-se para Washington, e a carta parece haver surtido efeito, pois sabia-se da seriedade e ponderação com que o Presidente costumava decidir: certamente ele examinara todas as alternativas e estava preparado para as enfrentar. Ciente da importância da solução para o Brasil, o trabalho de Juraci Magalhães foi excepcional. Por formação e temperamento ele se entregava com entusiasmo aos

---

<sup>4</sup> Daniel Faraco, carta citada. Vejam-se também os discursos de Faraco, na Câmara dos Deputados, em 3-9-1964 e 4-3-1966.

assuntos da sua competência: ia ao fundo do poço, indiferente às fadigas e aos percalços.

A aprovação das medidas complementares pelo Congresso Americano afigurava-se-lhe uma causa perdida — Juraci mudaria, porém, a roda do Capitólio. Amigo do subsecretário Mann, com quem bem se entendera desde o início da Embaixada, Juraci começou por interessá-lo na decisão, de real significado para a Revolução, a cujo êxito o Ocidente não podia ser indiferente. Iniciou-se assim paciente trabalho de catequese. Na qualidade de ex-parlamentar, o embaixador solicitou permissão a Mann para dirigir-se aos congressistas americanos, muitos deles carregados de preconceitos contra o Acordo. Um dos procurados, o senador Carlson, ex-governador de Estado, foi peremptório ao declarar-se pela rejeição do Acordo. Juraci tratou de mostrar-lhe serem os preços altos que provocavam a mobilização dos deputados e senadores, tão contrários a nós quanto às donas de casa da América do Norte. Pleiteávamos apenas uma oscilação normal, nunca especulativa, e nesse sentido era perfeito o mecanismo do Acordo. Carlson, evidentemente abalado, limitou-se ao silêncio. Muitos outros ouviriam também as razões do embaixador.

Ao sentir que os frutos amadureciam, Juraci dirigiu a Mann uma carta, cuja minuta o Presidente aprovava, e ante a qual o subsecretário, dada a procedência dos argumentos, pediu-lhe obter missiva idêntica do governo da Colômbia, também parte no assunto. Os interesses coincidentes tornaram fácil atender à solicitação. As cartas foram as armas com que Mann negociou junto ao Congresso Americano a votação do Acordo e das medidas que o efetivaram, principalmente a exigência do “certificado de origem”. Disciplinou-se assim o mercado do café, que deixou de ser o palco de uma luta sem quartel e sem lei. Consumiram-se, porém, três anos antes que os Estados Unidos, o maior dos compradores, proporcionassem ao Acordo as indispensáveis condições de sobrevivência. A vitória representou para o Presidente a recompensa do risco aceito na hora própria. Em verdade, ele conhecia e usara os trunfos de que dispunha.

Castelo gostava das soluções a longo prazo: o efêmero não o seduzia. E tornara-se evidente a impossibilidade de uma posição estável para o café, enquanto a produção não fosse adequada ao consumo. A superprodução era a debilidade. E durante décadas, atendendo aos mais variados interesses, plantara-se cada vez mais. Mesmo na África, o Plano Marshall provocara o incremento do café robusto, sobrecarregando ainda mais o mercado. E as medidas de sustentação de preços, tomadas pelo Brasil em 1954, não haviam sido acompanhadas de outras para reduzir a produção. A consequência fora

e elevar-se a estocagem de 37 milhões de sacos em 1964, para 66 milhões, em 1966. O remédio estava na diversificação das culturas, mediante a erradicação dos cafezais de baixa produção ou situados em áreas particularmente vulneráveis a geadas. Esse era o pensamento de Bório, que contou com o apoio de Faraco. Seria “o ponto de partida”, segundo o Presidente.

Na derradeira mensagem ao Congresso, Castelo expôs esses pontos de vista: “*A debilidade da economia do café — dizia — repousa fundamentalmente na superprodução, causa dos excessivos estoques que se avolumam através dos anos. Eliminando-se a causa, os recursos provenientes de uma tranqüila comercialização do café reverterão, maciçamente, para o financiamento de outros produtos alimentícios e outras matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento econômico.*” Depois de resolvidos os problemas mais urgentes, foi esse o grande trabalho do Governo, empenhado em erradicar plantações impróprias, impedir novas em locais inadequados, e fomentar o aparecimento de outras culturas. Nesse sentido o Conselho Monetário Nacional aprovou um programa de racionalização da cafeicultura. Era a conjugação da erradicação de cafeeiros com os estímulos à produção agrícola substitutiva e a industrialização agropecuária, nas áreas cafeeiras. Luís Murat, que ocupou a presidência do IBC interinamente, diria, em documento ao ministro destinar-se o programa de racionalização da lavoura a proporcionar-lhe condições competitivas em face dos concorrentes.<sup>5</sup>

Objetivo, entretanto, inatingível, enquanto dezenas de milhões de sacos estivessem à espera de compradores. Daí o esforço para suprimir esse fator desfavorável. Com os recursos das exportações no biênio 64/66, realizou-se surpreendente trabalho de erradicação, dependendo-se 75 milhões de cruzeiros em 1965, e 150 milhões em 1966. Em dois anos, eliminaram-se cerca de 300 milhões de cafeeiros, representando oito milhões de sacos aproximadamente. Era o meio do mercado poder respirar.

Havia, aliás, algum tempo que o café tendera para a normalização, graças à aceitação, pela Organização Internacional do Café, de teses defendidas pelo Brasil, principalmente as relativas ao ajustamento das quotas de exportação às necessidades do mercado, e à adoção do mecanismo da quota-preço, que, automaticamente, regulava o fluxo das vendas. Também o Brasil implantara uma política flexível de comercialização, e a soma desses fatores trouxera a tranqüilidade.

Certamente, o Presidente tinha por que estar satisfeito. E ao falar, no fim de novembro de 1965, quando se decretou o novo cruzeiro,

---

<sup>5</sup> Luís Gonzaga Murat, Documento ao ministro Paulo Egídio, 31-8-1966.



podia anunciar que se colhiam “os frutos de um longo, penoso, e por vezes incompreendido esforço”. O café deixara de ser uma preocupação para transformar-se na fonte primordial dos recursos para o desenvolvimento.

Os fatos confirmariam as previsões do Presidente. Em agosto de 1966, assumido o Ministério da Indústria e do Comércio, Paulo Egídio declarou ao *Jornal do Brasil*: “Pela primeira vez o Brasil está em condições de defender uma política de exportações de café com firmeza e resolução.” Podíamos até caminhar para o “livre mercado”. E, em linguagem pitoresca e eloqüente, o ministro concluiu: “Estamos cutucando o leão com vara curta, mas sem medo dele, pois temos os trunfos que esperávamos — 650 milhões de dólares de reserva, 65 milhões de sacos em estoque, e três safras equilibradas.” Tudo mudava profundamente.

Eram solenes as reuniões do Conselho de Segurança Nacional, presentes os ministros, os chefes dos Gabinetes Militar e Civil, os chefes do Estado-Maior das forças militares e o Presidente à direção dos trabalhos. Quando este, já todos sentados, assumia a cabeça da longa mesa, breve silêncio antecedia o início das exposições. Em 18 de outubro de 1964, abrindo a reunião, o Presidente anunciou a assinatura de importantes documentos. “É um ato singular — declarou — mas tem grande alcance na reforma social e econômica do Brasil atual.” Em seguida, subscreveu a mensagem ao Congresso, submetendo-lhe a emenda constitucional sobre a reforma agrária, tema que tanto agitara e dividira o país.

Desde os primórdios do Governo, ela fora assentada. “Eu penso que o Governo da Revolução deve pedir ao Congresso que aprecie todas as idéias políticas que agitam o Brasil há dez anos, ora sinceramente, patrioticamente, ora demagogicamente”, escrevera Castelo, em junho, ao seu amigo Ibiapina. Seria impossível excluir a reforma agrária. Havia décadas que, com mais ou menos intensidade, o assunto era levantado, a partir do projeto do Código Rural de Joaquim Luís Osório, deputado pelo Rio Grande do Sul. Depois, numerosas manifestações de persistentes correntes de opinião, como os projetos de reforma dos deputados Borges de Medeiros, ex-governador gaúcho, em 1937, e Nestor Duarte, em 1947. Em 1950, dizia uma Pastoral do Bispo de Campanha, frei Inocêncio Engelke: “Conosco, sem nós, ou contra nós, se fará a Reforma Rural.”

O tempo correrá sem a reforma. Mas, não passara tranqüilo. E a partir da década de 60 o assunto tornara-se inflamável, polarizando a paixão de partidos e facções. Cada qual queria a “sua” reforma, e dificilmente se encontraria divisor comum. Em 1961, o Presidente Jânio Quadros, dubio, enquanto apoiava Fidel Castro

e Che Guevara, tão ativos na Conferência de Punta del Este, enviava a ela delegação chefiada pelo conservador ministro Clemente Mariani, que votaria a recomendação em favor da reforma agrária, tida como válido instrumento para melhoria das condições sociais e econômicas dos povos subdesenvolvidos.

Daí por diante as esquerdas transformaram a reforma agrária em frutuosa bandeira de agitação, ao mesmo tempo em que ela se tornou tema palpitante em todo o país.

Goulart não perderia a oportunidade de empunhar a discutida bandeira. E, em março de 63, enviou ao Congresso mensagem solicitando a alteração dos dispositivos constitucionais que exigiam, nos casos de desapropriação, indenização prévia e em dinheiro. Concretizou-se essa idéia em emenda do PTB. Não houve, porém, como harmonizar o PSD e o PTB em torno do assunto, e, no fim de maio, a Câmara rejeitou a emenda. Em março de 64, Goulart voltou à carga. Vinha arrogante, na crista da agitação por ele instalada no país, e pleiteava a aprovação das "reformas de base", entre as quais, no primeiro plano, incluía a agrária. Desejava "atender as velhas e justas aspirações populares ora na maré montante." E, para ilidir "uma convulsão talvez sangrenta", insistia na modificação do texto constitucional. Aliás, dias antes, no famoso comício da Central do Brasil, Goulart assinara o "decreto da Supra", prevendo extensa desapropriação de terras localizadas numa faixa de 10 quilômetros à margem das rodovias, ferrovias e açudes da União.

Duas semanas depois, Goulart abandonou o país. E, na primeira reunião do Ministério do novo Governo, Castelo, contrariando conservadores que o haviam apoiado, anunciou a reforma agrária preconizada pelo ministro Roberto Campos. Ela seria um dos fulcros da política econômica do Governo.

Para Castelo representava também a realização da velha idéia. Desejoso de se enfrontar nos assuntos de interesse nacional, ele, em 1963, quando no comando do IV Exército, assistiu, em Recife, ao Seminário do Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco sobre o problema agrário na zona canavieira, e ouviu as apaixonadas e variadas opiniões acerca do assunto. Ali estavam, além dos sociólogos e economistas do Instituto, sob a supervisão de Gilberto Freyre, o governador Arrais, conhecido pelo seu sectarismo, Francisco Julião, deputado das Ligas Camponesas, e os padres Antônio Melo e Paulo Crespo, que se diziam líderes camponeses.

Da participação de Castelo no seminário, Gilberto Freyre dá testemunho:

*"Não foi [Castelo Branco] um simples espectador, mas um espectador que acompanhou os trabalhos da Semana, as discussões, os*

diálogos, com o maior interesse, tomando notas, solicitando por vezes, de participantes, maiores esclarecimentos. Isto com a maior discrição, sem se prevalecer do seu cargo para se fazer alvo de homenagens ou constranger participantes partidários de soluções radicais de caráter sectariamente ideológico. Os diálogos impressionaram o Gal. Castelo Branco. Deram-lhe — segundo ele próprio observou — uma visão de conjunto de problemas sócio-econômicos do Nordeste, particularmente de Pernambuco, que ele dificilmente teria obtido através de relatórios, informes, estatísticas que fixariam, dos mesmos problemas, aspectos isolados, sem aquele choque, por vezes tão esclarecedor, entre contrários.”

“A mim — continua Gilberto Freyre — Castelo Branco, encerrada a Semana de reuniões promovidas pelo Instituto, felicitou por essa iniciativa — minha e de meus companheiros de estudos, especialmente Renato Campos — que, a seu ver, era única, tratando-se de tão esclarecedora troca de opiniões e informações entre antagonistas tão profundos. Foi além: disse-me que a base do que a Semana lhe revelara e do que conhecia já sobre o assunto através dos meus livros, especialmente — destacou — Nordeste, não via como se adiasse uma reforma agrária no Brasil que, repelindo a exploração comunista de situações angustiosas, atendesse a essas situações de modo corajoso e ferindo a quem ferisse. Uma vez Presidente da República, tratando do assunto, disse-me, no começo da sua Presidência, que continuava a ser daquela opinião (recordando nossa conversa após o encerramento da Semana).”<sup>6</sup>

Na verdade Goulart e os comunistas haviam inquietado a área rural brasileira, que se mobilizou e dividiu radicalmente. No Sul, Brizola implantou o pânico entre os proprietários. Em Minas Gerais, o popular Chicão, agitador primário, sem cor ideológica, fomentava movimentos contra latifundiários, enquanto no Nordeste tomou vulto a campanha de Francisco Julião, organizador das Ligas Camponesas. Também em Goiás, no Estado do Rio de Janeiro e no Sudeste do Paraná movimentos dispersos apareceram sob a bandeira da reforma agrária.

O extremo oposto teve, porém, no bispo Dom Eugênio Sigaud o mais qualificado representante, cujo livro *Reforma Agrária — Questão de Consciência* se tornou a bíblia dos anti-reformistas.

Esse o clima que o Presidente precisou vencer e acalmar, tentando reforma, não facciosa, senão geralmente aceita. Seria paciente trabalho de meses, que exigiu capacidade de transigir, por vezes renunciando às próprias idéias. Gilberto Freyre assevera que o Presidente teria mudado em relação à posição assumida no seminário do Insti-

---

<sup>6</sup> Carta de Gilberto Freyre ao Autor, em 29-12-1971 (Recife).

tuto Joaquim Nabuco, em 63. Surpreso, escreveu-me Gilberto Freyre, formulando conjecturas que iam desde a possível existência de um “grupo de pressão” a favor dos usineiros do tipo convencional, até ao “perigo do desemprego que seria criado na área canavieira do Nordeste por medidas rurais severas com relação a usineiros e usinas do tipo convencional e evidentemente antieconômicas e anti-sociais”; para concluir: “Não sei a que atribuir a mudança de atitude do nosso Castelo com relação à questão agrária do Nordeste canavieiro”. Possivelmente, esquecia-se de que um presidente está sujeito a contingências que a sabedoria política obriga a conciliar, compor, harmonizar.

A celeuma começou quanto a saber-se se necessário reformar-se a Constituição, inclusive para permitir indenizações em títulos da dívida pública, ponto que os esquerdistas tinham como fundamental. Aliás, a emenda com esse objetivo já fora aprovada quando Josué de Castro, que se exilara, declarou na Itália à revista “progressista” *Crescita delle Giovani Nazioni* ser o principal obstáculo à reforma agrária a rigidez da Constituição, que somente permitia a desapropriação com pagamento em dinheiro. Depois, conforme observaria Claude Harmel em artigo no *Documenti Sul Comunismo* (maio de 1965), as esquerdas envolveriam no silêncio o que antes tinham proclamado essencial, e acreditavam impossível a Revolução realizar.

Resolvido, porém, que o eixo da reforma seria a tributação, e não a expropriação, que teria posição secundária, era imprescindível, para dar-lhe caráter nacional, atribuir à União, ao lado da desapropriação mediante o pagamento em títulos com correção monetária, instrumentos para impor aos estados a sua política de tributar a terra. Inicialmente, os debates transcorreram no âmbito do Ministério do Planejamento, onde o advogado Nascimento Silva se tornara, no caso, o braço direito de Roberto Campos. Foram numerosas as reuniões com Amaral Peixoto, Severo Gomes, Bilac Pinto e Paulo Sarasate, os dois últimos decididos opositores da emenda constitucional. Posteriormente, o Presidente promoveu encontro no qual se assentou redigir-se a emenda, então confiada ao ministro Milton Campos. Encaminhada ao Congresso em 20 de outubro, transformar-se-ia na décima emenda à Constituição de 1946. Visava, conforme justificativa que a acompanhou, a “possibilitar em termos de eficiência a legislação da reforma agrária sem lesão aos princípios fundamentais da ordem jurídica e sem sobressaltos para os sentimentos democráticos da opinião pública e para os interesses legítimos do meio rural.”

Era o indispensável para a eficácia da reforma. Mas, não se evitou a resistência dos reacionários, que se postavam em defesa da Constituição. Diziam alguns estar-se a voltar aos tempos de Goulart. O

deputado Último de Carvalho, chistoso, a provocar freqüentemente o riso do parlamento com imagens jocosas e comparações inesperadas, dizia necessário armarem-se novamente os fazendeiros, para salvaguarda das propriedades. Para ele a reforma lhe bacorejava comunismo. Costumava acrescentar que “o virus reformista” atacara o Alvorada.

“Por que reavivar aquela inquietação dos espíritos provocada deliberadamente nos últimos meses de Goulart?”, perguntava o deputado Herbert Levi. E, enquanto o deputado Benedito Vaz afirmava que o Governo tinha “ojeriza à propriedade”, e seu colega o padre Vidigal combatia as “mesmas impatrióticas bandeiras que incompatibilizaram Jango com a opinião pública”, Lacerda também colocou uns alfinetes: “Reforma de base — dizia — são pretextos para todo governante que não sabe governar.” De São Paulo, prestigiosas associações agrícolas formularam apelo ao Presidente para não ser alterada a Constituição. Castelo abominava, porém, a inação. A alguém que o advertira sobre as imprevisíveis conseqüências da reforma agrária na região açucareira de Pernambuco, ele respondera prontamente: “Mas, quando a situação é crítica, o mais imoral é a inércia.”

Castelo tinha a medida das coisas, e nele se arraigara a convicção da imperiosidade de fazer-se algo profundo, pensamento que emerge destas palavras, no fim de 1966, sobre a reforma agrária: “Em nenhum outro setor, estiveram tão ameaçados os mais caros valores de nossa tradição e os mais profundos alicerces de nossa estrutura econômica, social e política.” Ao que logo acrescentara: “Mas a Revolução sempre soube que o gritar intempestivo dos demagogos ávidos de poder ocultava a existência de uma problemática real, representada pela marginalização de milhões de brasileiros.”

Portanto, era natural que não capitulasse ante a tempestade. Ele sabia onde devia e podia transigir. Aí entrava a arte do político, cheio de gosto ao aliciamento e ao ajuste das opiniões, que se traduziam em votos no Congresso. Já se votava a emenda, quando ele convocou Nascimento Silva, então numa fazenda no interior de Minas Gerais, e a quem desejava mostrar uma sugestão do PSD sobre a reforma. Desse encontro com o Presidente é a narrativa de Nascimento Silva:

*“Embarquei imediatamente de volta ao Rio, e à hora aprazada, 9 horas da noite, compareci ao Palácio das Laranjeiras, encontrando o Presidente sozinho em sua pequena sala de trabalho, revendo as respostas a uma entrevista à imprensa que daria no dia seguinte. Mostrou-me ele então um longo telex enviado de Brasília que refletiu os pontos em que o PSD divergia do projeto governamental e o substitutivo proposto pelo partido. Conhecendo bastante bem o projeto fiz uma rápida leitura do novo texto e, sem perda de tempo, informei ao Presidente que ele poderia aceitar a nova fórmula pro-*

*posta com duas pequenas alterações que redigi ali mesmo. O Presidente pediu-me esclarecimentos sobre o assunto e concordou com as observações por mim feitas. Pediu-me, mais, que as transmitisse ao líder da maioria, que aguardava uma resposta sua, pois a Câmara continuaria a votar o projeto em sua sessão noturna. Fez-se a ligação para Brasília e transmiti ao líder a decisão do Presidente e os pontos de modificação ao texto apresentado pelo PSD. Assim, foi votado o projeto da Reforma Constitucional.”*

Não seria menor a agitação provocada pelo “Estatuto da Terra”, que se seguiu à emenda constitucional. Roberto Campos, indicado pelo Presidente para preparar a reforma, aproveitou, em boa parte, os estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), então revistos por um grupo de assessores, entre os quais Mário Simonsen, Nascimento Silva, Bulhões Pedreira e J. C. de Assis Ribeiro.

As linhas gerais da reforma foram dadas pelo Presidente. Devia ser democrática (em oposição à solução socialista da desapropriação de terras), gradual, flexível, aproveitar as terras devolutas e as peculiaridades de cada região, respeitar a propriedade, e evitar o minifúndio do mesmo modo que combateria o latifúndio improdutivo. Em resumo, a reforma deveria fomentar a criação de uma classe média rural estável e próspera, mediante o acesso à terra própria, e aumento da produtividade agrícola.

A idéia era simples, mas a sua efetivação, penosa. Paulo Maciel, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool após a Revolução, contou, a propósito das dificuldades que envolveram a reforma: “O Presidente chegou a dizer uma vez, com aquela serenidade grave, que o ex-governador Arrais estava errado nos métodos, mas numa coisa tinha razão: as forças anti-reformistas eram muito resistentes.” Agora, elas iriam enfrentar um reformista tenaz.

Em outubro, concluída a redação, que Paulo de Assis Ribeiro coordenara, o Presidente ouviu as bancadas da UDN e do PSD na Câmara. Paulo Sarasate, que transmitia a Castelo as inquietações do parlamento, escreveu no “Diário”: “2 de outubro. 17,30 h às 19 h. Encontro com Presidente no Catete juntamente Adauto. Resolvido: ouvir partidos na Câmara sobre Estatutos da Terra.” Paulo Assis Ribeiro, virtual autor do Estatuto, engenheiro há muito votado à reforma agrária, participara da delegação brasileira em Punta del Este, estivera no seminário sobre Tributação Agrícola, no Chile, em 1963, e colaborara no IPES. Possuidor de montanhas de informações sobre o assunto, vigoroso, varava noites defendendo os seus pontos de vista. Era lógico, sólido e inflexível.

O debate com os partidos ensinou a discussão de teses e, em alguns casos, o ajustamento de pontos de vista. Menos no confronto com

o PSD, que parecia temeroso de o acoimarem de reacionário (embora o deputado Amaral Peixoto, com a colaboração de Gileno de Carli e Guilhermino de Oliveira, apresentasse um substitutivo ao projeto governamental), do que com a UDN. Esta dir-se-ia esquecida do que sustentara ao tempo de Goulart, por intermédio de Aliomar Baleeiro, Ernâni Sátiro e Pedro Aleixo. De fato, o partido dividira-se, a exemplo do ocorrido com as demais agremiações, impotentes para conservarem a unidade, em face das opções oferecidas pela reforma. E Bilac Pinto, tendo como assessores Delfim Neto, jovem economista de São Paulo, tido como o mágico das análises estatísticas, e Severo Gomes, integrado na poderosa agricultura paulista, tornou-se o principal opositor dos ministros Roberto Campos e Hugo Leme, que representaram o Governo.

Realizado em 14 de outubro, na Câmara dos Deputados, o encontro com a UDN foi memorável, por vezes áspero, mas sempre alto. Roberto Campos, pouco apaziguador, começou evocando Tito Lívio, a propósito da primeira lei agrária do cônsul Cássio, no ano 486 a.C.: “Foi então pela primeira vez promulgada a lei agrária que desde aquela época até hoje nunca mais foi discutida sem provocar as mais violentas comoções.”

Era uma espécie de exórdio, justificando as paixões suscitadas pelo assunto. Na realidade chocavam-se concepções profundamente divergentes. Bilac, influenciado pelo livro de Fritz Baade — *A Corrida Para o Ano 2000* — e também por Mansholt, acreditava essencial transferir-se dos campos para a indústria grande parte da mão-de-obra. Nisso era intransigente. “O problema mais relevante e mais urgente da agricultura brasileira — afirmava — é o do deslocamento da mão-de-obra excedente, que ali existe, para outros setores de atividade”. Para ele, aliás, três causas justificariam a reforma: produção agrícola insuficiente, produção a preços elevados, e tensão na área rural. Entretanto, estava convicto de que a produção era suficiente, os preços não elevados, e a tensão social mera decorrência de excessiva mão-de-obra rural, o que seria agravado pela reforma. E fazia o panegírico do proprietário rural, dizendo que alimentara o país, industrializara São Paulo, desbravara o Paraná, conquistava Goiás, e começava a penetrar em Mato Grosso. Assim, tendo como desnecessária a reforma, apegava-se ao recente discurso do Presidente, em Curitiba, no qual enunciara soluções para a agricultura, sem mencionar a reforma.

Bilac cultivava a dialética, que usava com eficiência, e costumava ser lógico e objetivo na sua posição. Para ele, a agricultura teria cinco tarefas, no processo de desenvolvimento: 1) aumentar a oferta de alimentos, impedindo as pressões inflacionárias; 2) suprir o setor industrial de matérias-primas; 3) aumentar a produtividade,

liberando a mão-de-obra; 4) aumentar os produtos exportáveis; 5) financiar o desenvolvimento, pela transferência de recursos do setor primário para o secundário. E, a começar pela produção de alimentos, que teria aumentado à razão de 4,5% ao ano (maior do que o aumento populacional), a agricultura atendera às suas tarefas: não faltara matéria-prima para a indústria, as exportações agrícolas haviam crescido sensivelmente; e os preços dos produtos agrícolas tinham subido menos do que os dos produtos industriais. Por que então forçar-se, “por via de tributos de objetivos extrafiscais, a modificação da atual estrutura brasileira?”<sup>7</sup>

Na realidade o debate radicalizara-se, e cada qual acastelara-se num extremo. O meio-termo inexistia. Dizia-se, a propósito, que Delfim Neto, tal como ocorria com Severo Gomes, temia a sorte da grande propriedade agrícola, produtiva, implantada como empresa industrial, e que os tributos, tal como concebidos, acabariam por transformar em inexpressivos minifúndios. Era o problema dos módulos agrícolas, que a reforma fez variar em função do local e da vocação de cada região, mas que os opositores tinham como fatais à agricultura do país.

Assim, cada qual possuía a sua linguagem e os seus preconceitos. Também as suas paixões. E seria quase impossível entenderem-se em torno dessa torre-de-babel. Roberto Campos, por exemplo, defendia pontos de vista diametralmente opostos aos de Bilac. Para ele, inicialmente, devia-se fixar o homem à terra, proporcionando-lhe melhores técnicas e melhores condições de vida no campo, em vez de deslocá-lo para uma indústria sem condições para o absorver. Além disso, Campos considerava insuficiente a taxa de crescimento da agropecuária, que entre 1957 e 1961 aumentara de 3,6% no setor de alimentos, e 2% em relação à pecuária. E a propriedade familiar, representando, segundo o censo de 1960, 8% da área de 21 estados, atingira 26% da área cultivada, numa prova inequívoca da ineficiência do latifúndio. E, respondendo aos que combatiam a reforma, Campos contestava caminhar-se para exagerado parcelamento da propriedade à força da pressão tributária praticamente confiscatória. Para ele, o Estatuto da Terra destinava-se a associar a idéia de reforma à política agrária, a fim de aumentar a produtividade, e consequentemente levantar o padrão de vida do homem do campo.

O debate entrou pela madrugada, e outros deputados expuseram opiniões, alguns apoiando Bilac parcialmente, como Herbert Levi, contrário à transferência da mão-de-obra, outros favoráveis à tese

---

<sup>7</sup> Reunião da UDN para ouvir os ministros do Planejamento e da Agricultura, em 14-10-1964. Notas taquigráficas da Câmara dos Deputados.



de Campos, como Brito Velho, que, pelo arroubo, valia um exército. Por fim, nenhum abandonara as suas trincheiras.

Como do seu feitio, Castelo, empenhado na votação da reforma pelo Congresso, não a desejava, porém, imposta por um ato de autoridade revolucionária. Teimosamente, ele acreditava que as leis, para sobreviverem, necessitavam ter a seu favor amplo consenso da opinião nacional. Daí as batalhas que travou, ora pessoalmente, ora por intermédio dos colaboradores, para esclarecer e convencer. Assim, ao ser submetido aos partidos, o Projeto já passara pelo cadinho de numerosos debates. Em julho, por exemplo, promovido pelo governador Magalhães Pinto, e pelo ministro Hugo Leme, realizou-se, em Viçosa, um encontro de secretários estaduais de Agricultura, constituindo a reunião oportunidade para os esclarecimentos dos objetivos da reforma, a troca de opiniões, e apresentação de emendas, que se incorporaram ao projeto. Magalhães, aliás, não era favorável à reforma, nos termos concebidos, e contribuiu reiteradamente para modificações. Em outubro, escreveu a Castelo:

*“Verificamos com prazer que sua nova redação [do Estatuto da Terra] reflete propósito louvável de corrigir imperfeições e eliminar inconveniências. Todavia, alguns tópicos do Estatuto da Terra são ainda merecedores de reparos dos que se acham verdadeira e construtivamente empenhados no encontro de solução patriótica para o grave problema. Esse o objetivo das emendas e sugestões que temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência.”*

No final da reunião, o secretário da Agricultura de Pernambuco, Mário Melo, apresentou a moção, que, aprovada, exprimiu as congratulações ao Presidente, “pela relevante significação do documento.”

Embora vagarosamente, pois o terreno era acidentado, caminhava-se. Roberto Campos, que o Presidente transformara numa espécie de missionário, participou de encontros, a fim de esclarecer e conquistar adeptos para a reforma. Atendera, inclusive, solicitação dos Sindicatos Rurais de Pernambuco, aos quais falou em Recife. Também Assis Ribeiro fora mandado a algumas associações, que o Presidente desejava atrair, como a União Cívica Feminina e a CAMDE, ambas de São Paulo. Era o propósito de angariar prosélitos. Aliás, ao longo da penosa elaboração do projeto e votação da lei, o Presidente se mostrou incansável. Ele queria não somente demover os incrédulos, mas também ouvir e se informar, tornando-se árbitro diante dos choques de opinião. Cabia-lhe a última palavra. Mas sabia não faltar quem assoalhasse, no propósito de enfraquecê-lo, pertencer ela a Roberto Campos. Paulo Sarasate anotou no “Diário”, após um jantar no Laranjeiras com o Presidente: “Reforma agrária — Boa impressão Bilac. Decidirá ele, Castelo, e não R. Campos.”<sup>8</sup> Realmen-

<sup>8</sup> “Diário” de Paulo Sarasate, em 28-6-1964.

te, o Presidente não transferia a autoridade e a responsabilidade dos atos do governo. "Tinha consciência integral do princípio de autoridade e o exercia impecavelmente — observou Rondon Pacheco. — Não admitia nenhum arranhão à sua autoridade."

É preciso dizer que Castelo, somente quando deu por concluída a discussão fora do parlamento, enviou o projeto do Estatuto da Terra. Daí Mário Simonsen, que tinha pensamento eclético sobre a matéria, assim resumir o virtual armistício a que se chegara: "O Governo Castelo Branco conseguiu levar ao Congresso um projeto bastante equilibrado, que previa os seguintes pontos básicos: a) cadastramento geral das terras pelo IBRA, sem o que não se poderia sequer estabelecer um diagnóstico fidedigno do problema; b) a possibilidade do pagamento das desapropriações em títulos, desde que estes últimos fossem monetariamente corrigidos (o que eliminava o perigo do confisco pela inflação); c) a utilização do imposto territorial rural como instrumento de punição do latifúndio improdutivo, incentivando a melhor utilização das terras; d) o estabelecimento da regra da equidade, segundo a qual o valor das terras declarado pelos proprietários para fins fiscais passaria a servir de base para a estimativa das indenizações por desapropriação."<sup>9</sup>

No curso da difícil votação, Castelo se manteve sempre vigilante e ativo, conversando com os congressistas, aos quais mostrava o serviço que prestariam ao país, apoiando o projeto governamental. E para cada qual conhecia a palavra própria para conquistar-lhe a simpatia, do mesmo modo que jamais criou barreiras intransponíveis ante os contrários, que sabia poderem ser-lhe úteis no dia seguinte. Assim, no Congresso terá tido adversários, nunca inimigos inconciliáveis. Uma de suas armas seria sempre a paciência de ouvir. Certa feita, desejoso de demover Bilac Pinto, por cuja opinião tinha apreço, consumiu todo um dia, pela manhã e pela tarde, ouvindo-lhe e rebatendo as restrições ao projeto, embora ciente de antemão da impossibilidade de um acordo, dadas as concepções opostas. De outra vez promoveu, durante três horas, verdadeira acareação entre Bilac e Assis Ribeiro. E, se não logrou mudar a opinião de Bilac, obteve virtual armistício para a votação do projeto, cujos antagonistas pareciam arrefecidos no entusiasmo. A UDN dividira-se, enquanto o PSD mostrava-se orgulhoso por assumir uma posição avançada, e o PTB acanhava-se em abandonar a velha bandeira. Naturalmente a divisão, que o Governo explorou convenientemente, enfraqueceu todas as resistências, e o projeto, chegando ao Congresso sob uma saravada de ataques, acabou aprovado com relativa tranqüilidade. Em 30 de

---

<sup>9</sup> Mário Henrique Simonsen, *A Política Econômica do Governo Castelo Branco*, ensaio inédito.

novembro, já promulgada a emenda constitucional desde o dia 9, o Presidente sancionou o Estatuto da Terra. Agora, admitia-se fácil o que havia pouco ameaçara incendiar o país.

Politicamente, a reforma abraçava-se à bandeira que as esquerdas haviam usado com eficiência. Também acalmava os impacientes e tranqüilizava os temerosos. Gradativamente, fazendo freqüentes concessões, retificando posições, modificando conceitos, o Presidente conseguira despi-la de qualquer sectarismo, e torná-la instrumento legal para melhoria das condições do campo. A lei assim a definira: "Conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender ao princípio de justiça social e ao aumento da produtividade."

Para isso o primeiro passo fora a emenda constitucional n.º 10, que não somente atribuiu à União competência privativa para decretar impostos sobre a propriedade territorial rural, permitindo assim uniforme tributação contra o latifúndio improdutivo, mas também restringiu ao latifúndio, "como tal conceituado em lei", quando situado em zonas prioritárias, a desapropriação, mediante pagamento em títulos de dívida pública com correção monetária, resgatáveis em vinte anos. Foi o sedativo para os que viam na reforma a extinção do direito de propriedade, ao mesmo tempo em que não se permitia o latifúndio improdutivo.

A emenda, na sua concisão, era caminho natural ao Estatuto, mas este se fizera longo, minucioso, previdente e estabelecia todo um sistema para melhorar as relações entre o homem e a terra (posse, arrendamento, parceria), pondo-a ao serviço do bem-estar dos que a cultivavam. Uma adequada tributação seria o instrumento para estimular os que exploravam a terra convenientemente e castigar os que a tornavam inútil. Criara-se o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) ao qual se atribuía a execução da reforma, dando-se-lhe os recursos necessários através do Fundo Nacional de Reforma Agrária, e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) que realizaria as atividades atribuídas ao Ministério da Agricultura. Na realidade era uma complexa legislação para promover gradual e democraticamente a política do desenvolvimento rural. Estava longe, porém, de ser milagrosa.

Como qualquer lei, a reforma dependia da sua execução. "Boa é a lei — dizia o Apóstolo Paulo — quando legitimamente executada (*Bona est lex si ea legitime utatur*).” E o Presidente cuidou de propiciar à reforma as condições de boa execução. Com esse objetivo, quatro projetos foram iniciados. O primeiro pertinente ao cadastro das propriedades rurais e à sistemática da tributação. Foi um trabalho metucioso e paciente através do imenso território do país. Cerca

de quatro milhões de imóveis, mais de um milhão de arrendatários e parceiros, e mais de um milhão de quilômetros quadrados de terras públicas foram identificados. Iniciou-se também a imposição do Imposto Territorial Rural, cujo sistema de progressividade e regressividade se destinava a estimular os bons lavradores do campo, e desincentivar o uso predatório da terra. Outro projeto cuidou da discriminação das terras públicas. Um terceiro tratou de criar novas unidades agrícolas, reorganizando as propriedades minifundiárias. O último referia-se à promoção agrária em áreas consideradas prioritárias, caracterizando-se, principalmente, pela assistência técnica e creditícia. Tais áreas, representadas por grandes faixas de demonstração para a imediata implantação da reforma, totalizavam 6% do território brasileiro.

O Presidente acreditava que, em 1980, se teriam alcançado plenamente “os resultados desta verdadeira revolução nos campos”, o que era exequível em caso de continuidade na implantação da reforma, na qual o IBRA representava a base de tudo.

Inicialmente confiado a Paulo de Assis Ribeiro, que pareceu ambicionar uma estrutura difícil de movimentar por força da sua amplitude, o IBRA constituiria interminável pomo de discórdia, suscitando críticas bastante cáusticas. José Gomes da Silva, por exemplo, agrônomo que dirigiu a SUPRA, desavindo-se com Assis Ribeiro, diria que este “acabou desperdiçando a grande oportunidade histórica que Castelo lhe confiara.” Contudo, para Assis Ribeiro, que continuou movido por forte espírito de luta, era a inevitável consequência de uma reforma democrática, naturalmente lenta, que não podia apresentar imediatamente, “na transformação da estrutura agrária, resultados sensíveis à maioria dos observadores.”

Também as esquerdas acusariam o IBRA de inoperante. Esqueciam-se de haver sido necessária uma dose de prudência, sem a qual o desenvolvimento agrícola poderia ter caído por terra. Realmente, conforme Mário Henrique Simonsen, “o Governo Castelo Branco foi bastante sensato para compreender que mais importante do que a distribuição de terras era levar adiante uma política de estímulos à produtividade pelo crédito, preços mínimos, assistência técnica, incentivo ao uso de fertilizantes e sementes selecionadas.”<sup>10</sup>

Castelo dava pouca importância às aparências. O indiscutível, porém, era haver arrebatado das esquerdas a bandeira da reforma agrária, que deixou de ser tema de agitação no meio rural. A tranquilidade retornou aos campos, que voltaram a ser confiantemente lavrados. E uma nova legislação abria caminho para se mudar a antiquada estrutura social e econômica herdada dos dias da Colônia.

---

<sup>10</sup> Idem, *idem*.

## CAPÍTULO XIII

### OS PRIMEIROS LANCES POLÍTICOS DO PRESIDENTE

EM 4 DE FEVEREIRO DE 1965, o Presidente fez chegar a Pedro Aleixo o juízo desfavorável à reeleição de Mazzilli para a presidência da Câmara dos Deputados. Tinha este então 55 anos, e, em qualquer lugar, chamaria atenção pela postura digna, as roupas bem postas, o vinco da calça impecável. Era jovial, afável, atento e capaz nas suas tarefas do parlamento, mas nunca parecia esquecer que representava algum papel. Figurava-se-lhe este o de presidente da Câmara, que imaginava conservaria indefinidamente, desde que o conquistara em 1958. Para ele se reelegera sucessivamente. Os colegas o estimavam com sinceridade. Filho de colonos italianos, nascera em Caconde, pequena cidade do interior paulista, e fizera carreira como funcionário do Ministério da Fazenda onde, ao tempo do Presidente Dutra, servira no gabinete do ministro Guilherme da Silveira. Fora a ponte para a política: em 1950, tornou-se deputado por São Paulo. Na sua ascensão fizera inimigos que jamais lhe perdoariam a influência junto aos servidores daquele ministério, aos quais ajudava. Por sua vez estes lhe carregavam votos nas eleições. De fato, ninguém administrara com mais habilidade e eficiência tão modesto patrimônio eleitoral, pois que, em pouco tempo, Mazzilli integrava a cúpula do PSD, então o mais forte dos partidos, e ocupara várias vezes, interinamente, a presidência da República, na condição de eventual substituto do presidente, como ocorreu na madrugada de 2 de abril de 1964.

Castelo era visceralmente contrário à perpetuação nos cargos, por acreditá-la nociva ao país, e, sempre que possível, influiu no sentido das substituições. Nessa ocasião também não desejou a reeleição de Auro de Moura Andrade, que, por alguns períodos legislativos, vinha detendo a presidência do Senado. Contudo, além de não querer lutar em duas frentes (o que evitou sistematicamente), Krieger influiu

para preservar a quietude do Senado, onde, afinal, a Revolução não encontrava obstáculos.

A substituição de Mazzilli tornou-se assim objetivo do Presidente, e significava que, após um ano dedicado quase exclusivamente à administração, considerara oportuno tomar as rédeas da política. Seria difícil batalha. E, no mesmo dia, Castelo telefonou a Martins Rodrigues, líder do PSD na Câmara, comunicando-lhe aquele ponto de vista. Também nascido no Ceará, perspicaz, ágil, por vezes dando impressão de inconformada inquietação, Martins Rodrigues conhecia bastante o Presidente, e sabia que ele não se engajaria no assunto para ficar a meio caminho. Poderia demorar numa decisão, para melhor a examinar sob todos os ângulos, mas, concluída a análise, escolhido o caminho, nenhum executor mais determinado, mais atento, mais empenhado na vitória.

Por achar difícil chegar-se a um *tertius*, Martins Rodrigues lembrou a Paulo Sarasate a intervenção de alguém de grande autoridade, sugerindo o ex-presidente Dutra, cuja casa se tornara uma espécie de Meca do PSD. O problema, aliás, não era novo, pois desde dezembro começara a ser tratado pela imprensa e conversado no mundo político, onde o apresentavam como pedra de toque nas relações entre o Presidente e o PSD, cuja tendência, juntamente com o PTB, seria a de aglutinar-se em torno de um candidato de oposição. Falava-se em Mazzilli, Martins Rodrigues e Amaral Peixoto. Para tentar um acordo, o Presidente incumbiu Milton Campos de convidar o deputado Gustavo Capanema, do PSD, para aceitar a candidatura à presidência da Câmara. Era a maneira suasória de resolver o problema. Capanema, entretanto, recusou o oferecimento. Do PSD o único a lançar-se em campo, disposto a arrebatá-lo, fora o deputado Peracchi Barcelos, pessedista que formara com a Revolução, e estava longe de ser um ortodoxo.

Dentro desse quadro, talvez por preferir um mau acordo a uma boa demanda, não eram poucos os que, no PSD, se inclinavam para a composição: a intransigência não estava nas tradições do partido. Era a flexibilidade que devia ele muitas das suas vitórias. Dominava-o paciente realismo político. Mas, a primeira condição para se chegar ao terceiro nome seria a simultânea desistência de Peracchi e Mazzilli. Este, possivelmente prevendo a hipótese, firmara um compromisso entre ambos: nenhum deles se retiraria antes de o partido decidir livremente. Anteciparam-se assim a Amaral Peixoto que, ao tentar uma conciliação, esbarrou num obstáculo inarredável, e habilmente posto por Mazzilli, que tinha por certa a vitória nas mãos. Realmente, quando o PSD, em 17 de fevereiro, se reuniu para proceder à escolha, Peracchi teve apenas 32 votos contra 58 de seu contendor.

Ao veto do Presidente, o PSD respondia com uma decisão de luta, embora não desejasse dar essas cores ao fato. E, certamente para a amenizar, a alta direção do partido comunicou a indicação de Mazzilli ao Presidente que, apesar de a receber como um desafio, se limitou a reafirmar categoricamente o propósito de não admitir a própria reeleição ou prorrogação, assuntos já murmurados nos bastidores. Era a reiteração da tese contra o continuísmo, e, como a eleição estava à vista, Castelo, ciente da deliberação do PSD, tratou de organizar as próprias forças. Nesse mesmo dia, Adauto Cardoso, Nilo Coelho, Cordeiro de Farias e Golberi jantaram no Alvorada, assentando-se a formação do Bloco Revolucionário, na Câmara. Começou, então, a ciranda dos candidatos. Do PSD surgiram Nilo Coelho, Antônio Feliciano e João Calmon. O PSP oferecia Alfredo Nasser e Henrique La Roque. Na UDN despontavam Bilac, Adauto Cardoso e Pedro Aleixo. E uma grande interrogação ficava no ar, à espera da palavra do Presidente.

Restava conhecer-se quem seria o candidato. Adauto Cardoso, recentemente chegado dos Estados Unidos, era dos mais cogitados, juntamente com Daniel Faraco, que oferecia a vantagem de pertencer ao PSD, Pedro Aleixo e Bilac Pinto. Este, entretanto, mostrava-se “desinteressado de tudo”, observou Sarasate. Durante uma semana, o Presidente não teve descanso: a exemplo do que fizera em outras oportunidades, ele próprio comandaria a batalha, e o primeiro passo consistiu na escolha de Bilac para enfrentar Mazzilli, que poucos admitiam poder ser derrotado, dado o apoio do PSD, cuja aliança com o PTB parecia mais sólida, além das próprias simpatias desfrutadas entre os colegas, habituados a uma presidência suave, sempre predisposta a deferir as pretensões do cotidiano. Bilac era homem de grandes amizades, e não de muitas amizades. Esse feitio moral não representava condição favorável em eleição, na qual se teria de conquistar o terreno voto a voto. Contudo, a soma de virtudes e qualidades, que oferecia, sobrepujava de muito aquele senão. Tinha a paixão das tarefas, que exercia com exaçaõ e competência, e jamais revelava qualquer ambição. Alguns anos antes fora derrotado como candidato ao governo de Minas Gerais, e a sua ação política voltara-se para a Câmara dos Deputados, onde formara na primeira fila dos opositoristas. No momento, era presidente da UDN, e ainda repercutiam os discursos em que advertira a Nação sobre o perigo da “guerra revolucionária”, e que lhe haviam granjeado bom conceito entre militares. Sabia-se que seria um presidente pouco inclinado às complacências, mas ninguém duvidava da lealdade e da correção com os companheiros. Adauto foi dos primeiros a apoiar-lhe a candidatura, ratificada no dia 20.

Imediatamente, houve que organizar o Bloco, novo instrumento

de ação política do Presidente e da Revolução. Compunham-no “as forças políticas que na Câmara dos Deputados, no interesse da ordem democrática e sob a inspiração dos ideais revolucionários, apóiam o Presidente Castelo Branco.” Uma Declaração dos seus integrantes foi a certidão de batismo. Nela, buscando “dar aos fatos do presente as dimensões do futuro”, os signatários explicavam as suas razões, ao tempo em que rebatiam a assoalhada intromissão de militares na oposição a Mazzilli. No Bloco havia elementos de quase todos os partidos, e a Declaração rezava a certa altura: “Não é, pois, sob a pressão de interferências estranhas, mas, ao contrário, apenas ao calor e sob a interferência dos mais legítimos interesses do povo e do regime representativo, que as correntes partidárias, componentes do Bloco Parlamentar, confraternizam na indicação do nome ilustre do deputado Bilac Pinto para a presidência da Câmara dos Deputados.” Na ocasião o Bloco reuniu 184 deputados, e Adauto Cardoso tornou-se o seu presidente. Pedro Aleixo e Rondon Pacheco seriam o líder e o vice-líder, respectivamente.

Pedro Aleixo era desses homens a quem a fortuna política bafejara perigosamente na juventude. Dir-se-ia que logo se firmaria em altas posições, estando para elas preparado pelo talento e pela vocação. Contudo, se tal ocorresse tão cedo, ter-lhe-ia faltado a maturidade, que costuma decorrer dos reveses e sofrimentos. Também cedo ele teve a ventura do ostracismo, e este lhe temperou as energias e desvendou-lhe mundos imperceptíveis das alturas do Poder. Assim, quando retornou ao Governo, não somente já atravessara a fase da vida em que se está mais sujeito às fraquezas, mas adquirira seguro conhecimento dos homens, das suas ambições e das suas malícias. A política não tinha segredos para ele, e o trato com o Direito lhe arraigara as convicções de um liberal formado na velha escola mineira, ainda orgulhosa de Bernardo de Vasconcelos, que vivera ao tempo da Regência. A advocacia dera-lhe hábitos de trabalho, ensinando-o a perseguir tenazmente os objetivos, que raramente são fáceis de alcançar. Tinha assim as condições para se tornar eficiente porta-voz do Presidente no Congresso, como líder do Governo. Ádua e complexa função que ele desempenharia com notável brilho e eficiência. Nisso, aliás, teve em Rondon Pacheco, vice-líder, um companheiro perfeito. Jovem, arguto, trabalhador, Rondon tinha a ambição justa e necessária à perseverança da ação. Conhecia os colegas, que o estimavam, e sabia da real posição de cada qual. Era homem do plenário da Câmara. E talvez por isso o Presidente costumava chamá-lo “o meu líder executivo”. Com Aleixo, formava um par de invejável atuação. Baleeiro, geralmente severo nos julgamentos, diria certa vez que “nunca houve na Câmara liderança tão ativa e eficiente quanto a da dupla Pedro Aleixo-Rondon Pacheco.”



Ninguém ignorava que atrás de tudo estava o Presidente Castelo. Far-se-ia incansável. As dificuldades como que lhe multiplicavam as energias e o faziam empolgar-se na luta, à qual se entregou de corpo e alma. Chegado o dia da eleição, embora confiasse na vitória, nem por isso o governo deixava de admitir um malogro. Tanto mais que movido pelo instinto de conservação, e antevendo o triunfo como a sagração do Bloco, que anteciparia a fusão dos antigos partidos, o PSD procurava cerrar as suas fileiras vigorosamente. Contudo, Rondon Pacheco, ativo partícipe do proselitismo em favor de Bilac, incumbido de demonstrar ao ministro Costa e Silva, que temia um insucesso, as possibilidades de bom êxito, concluíra por uma previsão de vitória com a margem de 20 votos.

O Presidente dispusera as peças do jogo como um Chefe de Estado-Maior. Nessas ocasiões, ele costumava dizer com bom humor: "Não vou fazer operação de cadete, mas de Estado-Maior." Dele era inseparável um serviço de informações, para acompanhar o desenrolar da refrega, razão por que se montara um sistema de comunicações entre a Câmara e a "sala 17", onde Geisel, Golberi, Moraes Rego, Murilo Ferreira e Heitor Ferreira acompanharam a apuração dos votos, que iam sendo comunicados ao Presidente em meio do despacho com o ministro Milton Campos. A apuração foi emocionante: Mazzilli despontou na frente e assim se manteve até quase o fim, quando Bilac alcançou a dianteira, vencendo por 33 votos: 200 x 167. Também Nilo Coelho, candidato do Bloco à Primeira Secretaria, em oposição a José Bonifácio, livre-atirador que muitos tinham como o favorito, se elegeu em segundo escrutínio.

Politicamente, era o primeiro grande lance de Castelo: a vitória fora esmagadora. No dia seguinte, Aliomar Baleeiro jantava com Adauto Cardoso, quando o Presidente telefonou para este, comentando o triunfo. Baleeiro pensava necessário tirarem-se todas as conseqüências do resultado, e pediu a Adauto para transmitir ao Presidente esse ponto de vista: "Ganha uma batalha, é preciso ganhar a guerra para sempre." A vitória deu alguns frutos e, nas importantes Comissões da Câmara, o Governo logrou impor os seus candidatos. Peracchi se elegeu presidente da Comissão de Finanças; Guilhermino de Oliveira conquistou a Comissão de Orçamento; e Ivete Vargas foi derrotada na Comissão das Relações Exteriores.

Para Golberi o mais importante era a perspectiva aberta para a criação de um partido da Revolução, objetivo que muitos acalentavam como indispensável. Armando Falcão, por exemplo, advogava a extinção dos partidos, especialmente os menores, que perturbavam a vida política. Também Magalhães Pinto, ainda aspirante à presidência da República, defendia a formação de novo partido, certo de que a Revolução tornara os existentes obsoletos. Na ocasião, em

nota escrita para o Presidente sobre a possibilidade de formar-se uma agremiação revolucionária, Golberi fez estas observações: "Tudo leva a crer que as reações mais fortes a esse propósito surjam no próprio seio do partido nucleador do Bloco — a UDN — uma vez que esta terá de abrir mão da posição dominante recém-atingida, além de esvaziar a candidatura já lançada. De qualquer forma, a manobra do lançamento de um partido novo — a desencadear-se após uma primeira fase de consolidação do atual bloco — deverá encarar seja a prévia extinção de todas as atuais organizações partidárias, seja a aglutinação de dissidência de todos eles em mais um partido que poderia, aliás, na etapa inicial e com vistas à superação de dificuldades legais e regimentais, tomar de empréstimo uma das várias legendas sem expressão ora disponíveis. A primeira linha de ação — sugestão de Magalhães Pinto — se bem que mais racional, enfrentará por certo maiores obstáculos, sendo talvez inviável na atual conjuntura. Pelo que restaria a adoção do segundo esquema."

De fato, era antiga a idéia de criar-se um partido da Revolução. Não surgira, porém, a oportunidade, pois nenhum grupo abria mão da supremacia da nova organização. Graças a isso as tentativas haviam falhado, e a idéia andara de um lado para outro, sem encontrar terreno onde deitar raízes. Tudo era superficial e, portanto, passageiro.

Por várias vezes o Presidente imaginara chegada a hora, e entretivera conversas e entendimentos dos quais pudesse surgir a almejada agremiação revolucionária, mas sempre deparara algum obstáculo intransponível. Em setembro, houvera uma das derradeiras tentativas, e dela conservei esta súpula:

*"15 de setembro. Longa conversa com o Presidente, pela manhã. Presente o cel. Meira Matos, e o assunto se encaminha para a situação dos partidos. O Presidente não esconde ser necessário aglutinar as forças democráticas, o que imagina em três etapas — aglutinação parlamentar, coligação dos partidos e, por último, uma fusão. Lembro que a lei eleitoral poderia conter as bases para essa evolução, e o cel. Meira Matos diz ser procurado por muitos deputados que querem que o Presidente faça algo, tome iniciativa que eles não vêem como tomar. Passa-se à questão dos nomes e o Presidente não esconde que o C. Lacerda e o Amaral Peixoto são embaraços a um entendimento. Diz haver conversado na véspera com Peracchi Barcelos que se mostra muito inclinado pelo Filinto Müller, nome que o Presidente julga bom. O Presidente lembrou ao deputado Peracchi para presidir o PSD, o nome do governador Paulo Guerra. Lembra então que Paulo Guerra resistiu aos militares em Pernambuco, o que fez com tato e equilíbrio de modo a poder ser tido como autêntico revolucionário."*

Para Castelo o problema não se limitava à fundação de um partido, pois o essencial estava em prever-se como seria essa agremiação, e quais as suas tendências. Era o hábito de ver longe. É o que se depreende da continuação da conversa agora mencionada: “*Em seguida Castelo lembra ser necessário uma inclinação para a esquerda, pois receia muito duas coisas — que fiquemos como a Argentina, tendo as urnas contra a Revolução, ou ameaçados por um movimento de direita. A isso acrescenta o Presidente que cumpre instalar uma propaganda democrática em vez de estarem pedindo que os generais resolvam tudo, inclusive através de cassações.*” Contudo, ainda parecia cedo para aparecer o novo partido do qual o governador Nei Braga se fazia um dos arautos.

Na realidade, o caminho da política não tem fim: após cada episódio há sempre outros em perspectiva. Agora, embora a agenda estivesse cheia de problemas, o assunto dominante eram as eleições nos 11 estados, cujos governadores concluíam o mandato em 1965. E, como um ensaio, havia de permeio a eleição do prefeito de São Paulo, marcada para 21 de março. Obviamente, os que julgavam inoportunos os pleitos estaduais também se batiam por não haver a eleição de prefeito. Magalhães Pinto, por exemplo, há muito que acenara com o perigo da eleição de Auro de Moura Andrade, um dos candidatos à sucessão de Prestes Maia, e notoriamente hostil a Castelo e à Revolução. Também Rondon Pacheco desaconselhava permitir-se o pleito, que reunira numerosos candidatos. E alguns admitiam estar o governador Lacerda em entendimentos com o ex-presidente Jânio Quadros, para a criação do que se denominava a “pirâmide eleitoral”, que apoiaria Faria Lima para a prefeitura de São Paulo, Herbert Levi para governador, em 66, e Lacerda para a presidência. Por último, *O Estado de S. Paulo*, tão cheio de serviços à Revolução, não escondia o desejo de ver sustada a eleição paulista, cujo resultado esperava adverso.

O Presidente, entretanto, não cogitava em adiar as eleições. E, enquanto a campanha agitava a capital paulista, o problema dos governadores voltou à baila. Havia muito que o assunto era debatido, e várias hipóteses aventadas, para se encontrar uma fórmula permitindo, no futuro, a coincidência dos mandatos dos governadores: quer os que terminavam em 65, quer os que iam até 66. Magalhães Pinto batia-se pela prorrogação por mais um ano, de modo que todos concluíssem o período de governo em 66. Carlos Lacerda, desejo de conservar no poder o vice-governador Rafael de Almeida Magalhães, aspirava uma fórmula que atendesse a esse objetivo. Bem poucos desejavam eleições diretas, e, nesse emaranhado de sugestões e interesses, o Presidente estava indeciso. De uma reunião por ele realizada, em 22 de agosto de 1964, com os líderes Daniel Krieger e

Pedro Aleixo, conservo este resumo: "Trata-se da questão dos mandatos dos governadores. O Presidente expõe 5 hipóteses: 1) prorrogação; 2) vice-governador assume; 3) elege-se um governador por 5 anos; 4) elege-se pela Assembléia um governador por um ano; 5) o presidente da Assembléia assume por um ano." Era a súpula das conversas que o Presidente tivera nos últimos meses. As opiniões permaneciam, porém, divididas: "O senador Krieger — continua a nota mencionada — diz que o Senado se inclina pela eleição pela Assembléia, por 2/3, e não se atingindo esse quorum faz-se a eleição direta. P. Aleixo mostra-se indeciso ainda, mas concorda com uma fórmula pela qual, abolidas as inelegibilidades, a Assembléia possa prorrogar ou eleger por um ano. Irão sondar o Congresso, e o senador Krieger pede que se espere o regresso do senador F. Müller, da Europa."

Entrou-se assim num compasso de espera. Mas, à medida em que o tempo passava, avultava o dilema entre as eleições diretas e as indiretas. Era o âmago da questão. E tudo indicava que o Presidente, aceitando a opinião dos amigos mais próximos, pendia para as eleições indiretas. Estas, por sinal, eram o espantinho da oposição. Martins Rodrigues, indagado por Sarasate, não escondera preferir até a simples prorrogação dos mandatos por um ano, aliando-se desse modo a Magalhães Pinto. Depois de uma visita que lhe fez o Presidente, em 18 de janeiro, Sarasate escreveu no seu "Diário": "Situação estados onde mandatos terminam. Premissa: não realização eleições diretas." Era um pensamento invariável. Mas, dias depois, no correr de um almoço no Laranjeiras, Milton Campos foi incumbido de redigir, para posterior exame, três fórmulas distintas: a) eleições por 5 anos, diretas; b) eleições indiretas por um ano, exigido o quorum de 2/3 do Senado; c) prorrogação.

Contudo, a partir de fevereiro pareceu posta de lado a hipótese de eleições diretas em 1965, e, em breve, o Governo submeteria ao Congresso a solução que julgasse adequada. Havia, porém, uma incógnita: a real posição do governador Lacerda, que o Presidente acreditava fazer jogo duplice, ora a externar-se, de público, pelo pleito direto, ora, nas conversas com o Presidente, apontando as conveniências da prorrogação, da qual o beneficiário, na Guanabara, seria o vice-governador. A divergência veio a furo quando o Presidente, falando com os deputados Abreu Sodré e Herbert Levi, estranhou as declarações de Lacerda, no curso de uma visita à Bahia. Ciente da observação, este logo mandou uma carta ao Presidente, para se defender contra o "ambiente de intrigas, que invadiu o país." Dizia a carta:

"O que disse e repito a Vossa Excelência e na Bahia e em qualquer lugar e a qualquer pessoa, é o seguinte: 1) Se as eleições em

1965 fossem condição indispensável para a eleição presidencial em 1966, deveriam, a qualquer risco, realizar-se. Mas, a palavra de Vossa Excelência, indo ao encontro da conveniência nacional e do evidente e crescente desejo popular, basta como garantia de que os assuntos em 1965 em matéria eleitoral não condicionam a sucessão presidencial de 1966. Não se fará, pois, do adiamento de 65, precedente para o adiamento de 66. É o que Vossa Excelência tornou claro, com a honra de sua palavra, passando por cima dos aduladores e espertos que procuram solução oposta. 2) Sou contra a idéia da intervenção em 11 estados, idéia que considero, de todas, a mais infeliz. Quanto ao 'mandato tampão', disse-lhe o que aconteceria na Guanabara e acredito que na maioria dos estados: 11 governadores sem programa, sem nenhuma responsabilidade administrativa, revestidos de uma falsa neutralidade ou — o que é pior — de uma neutralidade autêntica, isto é, mantendo a máquina montada pelos inimigos da Revolução, ou, ainda, montando máquina própria, para eleger adesistas e oportunistas.”<sup>1</sup>

Até aí o pensamento de Lacerda era claro. Ficava porém obscuro ao tratar da prorrogação, que desejava, mas que parecia temeroso de enunciar com nitidez. E, dizendo não estar engajado pessoalmente na prorrogação, acrescentava apenas que “estaria em boas mãos com o vice-governador Rafael de Almeida Magalhães.” Destarte não desejava assumir a responsabilidade de propô-la. E, numa daquelas tiradas que lhe eram muito próprias, concluía: “O ódio e a fúria com que saltam contra mim, à menor reação que esboço contra a intriga, é bem o sinal dos interesses que contrario e do terreno minado que estou pisando, Presidente, desde o dia da sua posse.” Na realidade, o final patético não passava de cortina de fumaça, confundindo o assunto. Lacerda continuava sem comprometer-se com qualquer solução.

Passadas as férias parlamentares, o deputado Cid Carvalho, do PSD, convocou o ministro Milton Campos para falar, na Câmara, das eleições próximas e enunciar a orientação do Governo. Era a ocasião de tornar conhecido o pensamento oficial.

Atendendo à convocação, Milton Campos devia comparecer ao plenário da Câmara em 22 de março, segunda-feira, e, havendo pedido instruções ao Presidente, este as dera no sentido de anunciar que o Governo faria as eleições para um período de um ano — era o chamado mandato tampão — através do voto das Assembléias Legislativas. Prepararia assim a coincidência dos mandatos.

Inesperadamente surgiu, porém, um fato novo. No dia 20, véspera das eleições em São Paulo, chegou ao Presidente nova carta do governador Lacerda sobre o problema dos mandatos. Era bem lan-

<sup>1</sup> Carta de Carlos Lacerda, em 6-2-65. In Arq. C. B.

çada, pontuada de maliciosas observações, e, possivelmente, destinada a criar para o Presidente posição constrangedora. Opunha-se à eleição pelas Assembléias, que tinha como contrárias à Revolução, e, salvo a realização de eleições diretas, não via por que não se adotar para os estados prorrogação idêntica à votada para o mandato presidencial. E, depois de uma série de argumentos ditados pelo propósito de colocar o Presidente como o responsável pela supressão do voto popular, seguiam-se as desvantagens do processo que se admitia adotar.

Lacerda ao Presidente: *“A não realização de eleições estaduais este ano — inspirada sobretudo na miragem da ‘coincidência de mandatos’, que tem alternativa para a escolha pelas assembléias — me parece um erro contra o aperfeiçoamento da democracia. Uma vez que oficialmente se afirma a inconveniência da realização de eleições, a solução é a adoção pura e simples da fórmula que o Congresso adotou em relação ao mandato presidencial: a prorrogação. Vossa Excelência conhece bem o meu ponto de vista. Não estou interessado em prorrogação, até porque terei de me desincompatibilizar para tentar merecer a honra de ser seu sucessor. Não desejo assumir responsabilidades, aliás indeclináveis, em face do meu estado e dos demais. O melhor, o certo, o corajoso, o democrático, é realizar eleições.”*<sup>2</sup> Para o Presidente, a carta, antes de tudo, era farisaica. Como admitir que Lacerda desejasse eleições diretas, se tudo indicava estar em minoria no eleitorado da Guanabara?

No domingo, quando chegou a Brasília, era visível a irritação do Presidente. Não queria, entretanto, deliberar sem antes o comunicar ao líder Daniel Krieger, a quem fez convidar para almoçar, no Alvorada. De fato, ao desembarcar, Krieger encontrou Nilo Coelho, que o aguardava para reiterar o convite. Durante o almoço, lendo trechos da carta, Castelo comunicou a determinação de atender Lacerda: o Governo adotaria as eleições diretas para 1965. Aliás, já pela manhã o Presidente convocara Milton Campos, a quem mostrou a carta rumorosa. Esta iria provocar completa reviravolta. Como aceitar que ele não faria “o melhor, o certo, o corajoso, o democrático?” Lacerda queria eleições diretas? Então ele as teria, tais quais dissera na carta, que o Presidente sublinhara em vários trechos, além de lhe haver posto numerosos pontos de exclamação, nas margens, tudo a traduzir espanto e indignação. Pediu então ao ministro para anunciar na Câmara que as eleições seriam diretas. E Milton Campos o fez num discurso cheio de tranqüilidade, que bem poucos diriam dimanar de decisão tão recente: as idéias pareciam longamente decantadas. Depois de expor as várias hipóteses e sugestões com que se deparara o Governo, ele assim arrostou o assunto: “Do exame a que procedeu e da pon-

<sup>2</sup> Carta de Carlos Lacerda, em 20-2-65. In Arq. C. B.

deração das sugestões e apelos recebidos, entendeu o Presidente da República que a melhor solução para o caso seria adotar o plano apresentado pelo Egrégio Superior Tribunal Eleitoral: coincidência das eleições em dois grupos — um que compreendesse as eleições federais e outro que englobasse as eleições estaduais. Isto permitiria, com a consagração do princípio da coincidência, a realização das eleições diretas desde logo em 1965, como está previsto na Constituição e na lei. É o pensamento de S. Ex.<sup>a</sup>, e em breves dias será concretizado em Mensagem ao Congresso Nacional.”

Era a bomba. E os aplausos, partidos principalmente da oposição, abafaram as palavras do ministro. No mesmo dia, Castelo telefonou a Lacerda comunicando-lhe a decisão. Imprevistamente, mudava-se todo o panorama político do país, e muitos dos amigos do Presidente, como Golheri, estavam desapontados e inquietos quanto ao futuro.

Em São Paulo, as eleições transcorreram tranqüilamente, apesar dos numerosos candidatos e da paixão que envolvera a campanha. Faria Lima, tido como o preferido de Jânio Quadros, de cujo governo fora Secretário, desde o início liderara as apurações, e o brigadeiro Eduardo Gomes não escondia suas simpatias por ele. Auro de Moura Andrade estava irremediavelmente batido, e o vice-governador Laudo Natel, em quem votara o ministro Costa e Silva, não tivera melhor sorte. Surpreendente fora a expressiva votação de Paulo Egídio, apresentado à última hora como candidato dos revolucionários, e em cujo êxito os próprios correligionários não acreditavam. Seguiam-se Franco Montoro, democrata-cristão, e Lino de Matos, que reunia os anti-revolucionários. Alguns dias mais tarde, falando aos jornalistas, o Presidente tinha motivo para dizer satisfeito: *“Os inimigos da Revolução foram fragorosamente derrotados pelos paulistanos.”*

Na ocasião, outros fatos contribuíram para alterar o panorama político. Carlos Lacerda e Ademar de Barros não lograram impor os seus candidatos à presidência das Assembléias da Guanabara e de São Paulo, respectivamente. E no fim de abril, com o apoio de Magalhães Pinto e de Lacerda, o deputado Ernâni Sátiro foi eleito presidente da UDN, preterindo Aliomar Baleeiro, cujo nome fora levantado por Antônio Carlos Magalhães. Baleeiro, independente, avesso às pequenas composições de bastidores, que envolviam compromissos quase no escuro, não se mostrara disposto a pagar o preço reclamado, e logo se afastara da disputa. Também o Presidente permanecera neutro naquele embate intra-muros. Aliás, era a primeira vez que Lacerda e Magalhães encontravam um denominador comum. Ambos aspirando à presidência da República, eles jamais haviam acertado os ponteiros. Ninguém lhes subestimaria, contudo, a aliança esboçada, fruto de comum hostilidade ao Presidente.

Realmente, Magalhães parecia amargurado com as eleições diretas. Estas ameaçavam lançar por terra quanto fiara, pacientemente, até obter da Assembléia de Minas Gerais, conforme recentemente aprovado, a prorrogação do seu mandato. Tanto mais quanto Milton Campos e Pedro Aleixo consideravam inconstitucional a prorrogação. Lacerda não perdeu a oportunidade para consolidar a aliança com Magalhães — no fim de abril ele voou para Belo Horizonte, onde ambos fizeram declarações contra o Governo.

Lacerda, como de hábito, seria agressivo: “Ambos estamos preocupados com o rumo que o Governo está dando à Revolução. Consideramos desastrosa e fracassada a política econômico-financeira da União, executada por quem não tem nenhuma responsabilidade na Revolução.” Era a renovação dos ataques a Roberto Campos. E, para envolver Magalhães no debate, continuava: “Folgo ver o governador Magalhães Pinto, que agora resolveu falar, e falou em hora. Apóio tudo o que disse de fundamental. A prorrogação do mandato do governador de Minas foi feita com o conhecimento do Presidente Castelo Branco, que não poderá negar o fato.” Era exato. Castelo, entretanto, contestava haver cumprimentado Magalhães, conforme assealhado. Mas, que poderia dizer o Presidente numa fase em que ainda não tomara qualquer deliberação? Limitara-se a ouvir, o que estava longe de significar concordância. Lacerda acreditara porém chegada a hora de Castelo depor as armas diante daquela poderosa conjugação de forças. Certamente ignorava que, por esse tempo, e diante dos ataques, ele escrevia bilhetes como este: “General Golberi. Li com muita atenção. É difícil concluir-se. Entretanto, há uma constante: derrubar os homens do Planejamento e do SNI. Começa a desenhar-se que será prestígio político decisivo a derrubada dos dois. Castelo.”

Evidentemente, não concordaria com a derrubada. Entretanto, Lacerda continuara num crescendo: “Ou a Revolução se une ou teremos que retomá-la como fazíamos antes de o marechal Castelo Branco ser revolucionário. A melhor solução é reunirmos todos os responsáveis pela Revolução e discutirmos todos os rumos do Governo, inclusive a reformulação do Ministério, que nada tem de revolucionário. Estou sendo apunhalado pelas costas num quarto escuro. Eu e o governador Magalhães Pinto.”<sup>3</sup> Castelo, ao tomar conhecimento da diatribe, fez apenas este comentário: “Isto hoje foi um marco.” Lacerda ultrapassara os limites suportáveis.

Ao apreciar, na *Revue politique et parlementaire*, a política brasileira, o jornalista Marc Lacharrière assim se referiu à posição de Lacerda: “Pela sua indiferença ante a opinião pública e suas medidas econô-

<sup>3</sup> Discurso de Carlos Lacerda em Belo Horizonte, publicado na *Tribuna da Imprensa* de 29-4-65.



micas e sociais impopulares, o Governo Castelo Branco colocou-o rapidamente face um dilema insuportável: ou bem sustentar esse governo e conseqüentemente suportar toda a impopularidade de um regime que havia decidido trabalhar a longo prazo, sem qualquer preocupação com a opinião pública, ou entrar na oposição para capitalizar o descontentamento popular, tendo em vista a própria eleição. Após algumas tergiversações, Carlos Lacerda entrou em oposição quase aberta com o Governo federal”.

Magalhães não pretendia cortar as amarras. Duas semanas depois, voltou a escrever a Castelo: era a reiteração das velhas teses de reencontro dos revolucionários, e da punição dos anti-revolucionários. Eles jamais se harmonizariam em torno desses objetivos. Castelo, embora fiel à Revolução, desejando atendê-la em seus objetivos, considerava-se um presidente constitucional, legitimamente eleito nos termos da Constituição, ao passo que Magalhães o tinha como um delegado ou representante da Revolução e dos revolucionários. As duas teses jamais se ajustariam. No fundo, a carta parecia levar à não realização das eleições, que o governador considerava temerárias. Antes delas, dever-se-ia “retomar, na sua plenitude, os objetivos da Revolução.” Dizia a carta: *“O panorama ainda mais se complica no sentido de reduzir o alcance, os fundamentos e os propósitos do movimento, quando, antes de consolidá-lo, e como se este já houvesse justificado as suas razões e realizado as suas finalidades, precipitou-se a convocação das eleições. A eleição não poderá deixar de ser, como sempre ocorre aos pleitos que se seguem a acontecimentos dessa natureza, um julgamento da Revolução. Como se apresentará este nos comícios eleitorais? Por que não se punem os corruptos? Que estorvos encontrou a Revolução no seu caminho?”* Talvez para atribuir a Castelo a responsabilidade por tudo quanto decorresse das eleições, Magalhães enviava “uma súmula de sugestões”, condensadas em 23 itens, contendo amplo plano de governo. Os quatro primeiros servem para avaliar-se, no todo, os seus objetivos:

*“1) Restauração dos propósitos e do clima popular suscitado pela Revolução através de emendas constitucionais, leis ordinárias e providências administrativas; 2) Adiamento e nova escala dos pleitos eleitorais, com prioridade para as eleições municipais; 3) modificação do Ministério e dos altos quadros da administração, de modo a conseguir uma total identificação do Governo com os objetivos e o pensamento da Revolução; 4) Popularização do combate à inflação, com integração, no movimento, de todas as camadas que representam os interesses do País.”*<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Anexo à carta de Magalhães Pinto a Castelo Branco, em 13-5-65. In Arq. C. B.

Numa palavra, Magalhães Pinto propunha que a Revolução começasse, dando a conhecer quanto era tenaz na perseguição dos seus objetivos. Fora assim desde a juventude, quando sozinho, simples bancário, bem cedo conquistara um lugar ao sol. Ao tempo da ditadura de Vargas, assinara o histórico manifesto dos mineiros, que lhe custara a diretoria do banco. A demissão foi-lhe a sorte grande: em pouco tempo, Magalhães levantou um dos mais pujantes impérios financeiros do país. Tinha, porém, a vezação e a ambição da vida pública. E Milton Campos, ao assumir o governo de Minas Gerais, o convidou para secretário da Fazenda, enquanto Pedro Aleixo ocupou a Secretaria do Interior. O convívio permitiu conhecerem-se melhor, embora a afeição não parece-se entrar nas suas relações. Ao saber que Magalhães lutava por não haver eleições, Aleixo, certo de que ele faria tudo para as impedir, justificou-se com um breve perfil do conterrâneo: “Arguto, obstinado, suspicaz, tem sempre o sentido de seu exato valor no tempo e no espaço.”

Difícilmente, Castelo e Magalhães lograriam entender-se. Paulo Sarasate, propenso a aparar arestas, ouviu numa tentativa de aproximação os ressentimentos de Magalhães, e, para os transmitir a Castelo com exatidão, os resumiu numa nota encontrada em seu arquivo. A julgar pelos apontamentos de Sarasate, Magalhães transbordava de amargura, principalmente pelo silêncio em que o Presidente se fechara no caso das eleições diretas: nem uma palavra de “conforto moral”. Seguiam-se justificativas e explicações, que revelam o estado de espírito de Magalhães. Escreveu Sarasate:

*“Presidente esteve em Belo Horizonte e não lhe deu uma palavra de conforto. — Aproximou-se [M. Pinto] de Carlos [Lacerda] num movimento de autodefesa perante opinião pública. Mas, o Presidente deve saber que ele é politicamente incompatível com Carlos (e continua sendo). Perdemos todos: Ernâni foi eleito de graça... Nada de conspirar contra Presidente. Mas mandaram syndicar (sabe que não foi Golberi). Conversa com todos, inclusive com chefes militares. — Prorrogação não é essencial (precisa apenas da palavra de conforto, que ainda não teve publicamente do Presidente). — Em vez disso: líder do Governo [Aleixo], que perante o país é o porta-voz oficial, não perde oportunidade para feri-lo e levá-lo ao ridículo (agora comparando-o a Fidel Castro). — Ao mesmo tempo, Milton [Campos] é um indiferente em relação a ele Magalhães. — Quer ajudar o Presidente, que já tem tantos elementos contra, inclusive a carestia. Mas, o Presidente desconfia dele ou não confia. As conversas são formais. Não pode tomar a iniciativa de aprofundá-las. Isso caberia aos porta-vozes oficiais (M. da Justiça omisso nesse particular) ou ao próprio Presidente, que é forçado ao terra-terra po-*

lítico, por falta de assessoria política. — Fez uma carta (recente) e espera que sobre ela o Presidente lhe fale hoje (convite para examinar a situação). — Não tem candidato de bolso ao governo de Minas. Quer escolher bem. Dificuldade: Lacerda candidato da UDN mas muitos são contra ele, inclusive em Minas. Será negativa intromissão dele lá. — Tem apreço especial ao Presidente e já o demonstrou: a) eleição (contra Dutra, candidato do Carlos, outros obstáculos); b) prorrogação por um ano (por entendê-la necessária); c) outros momentos difíceis. Não recebeu até hoje contrapartida, pelo menos moral, enquanto Lacerda, com suas arrancadas, comanda acontecimentos, inclusive no caso da eleição direta. — Reforma ministerial (entende como imprescindível, mesmo para acenar com novas perspectivas). Que fazer para a Revolução não perder os pleitos?"<sup>5</sup>

Até aí, Sarasate pensava exprimir os ressentimentos de Magalhães Pinto. Em seguida, ele tomava a palavra para emitir opiniões: "Sugestão minha: conversar hoje nas preliminares e formar comitê para aprofundar conversas. Mostrar-lhe emendas (resguardar Tribunal de Justiça para ex-governadores em crimes comuns. T. Militar para casos de Segurança). De qualquer forma cultivar Magalhães como defesa política face a Lacerda. Não seria possível uma palavra de conforto a ele, Magalhães, reconhecendo parcialmente procedência dos seus argumentos contra eleição direta?"

Castelo sempre considerou seu dever evitar lutas dentro da Revolução. E a julgar por esta nota então lançada no meu "Diário", não foi improficuo o encontro com Magalhães:

"15 de junho. Conversa com o Presidente e o ministro M. Campos. Depois de ser apreciado o projeto das inelegibilidades, o Presidente pede ao ministro que obtenha da bancada mineira articular-se com o governador para a escolha do candidato. Acrescenta que da conversa tida com aquele teve a impressão de que o governador abriria mão do candidato do colete (R. Resende). Estaria inclinado a outro candidato, e a bancada poderia sugerir nomes. Fala-se na inclusão de O. Correia e o Presidente lembra que o governador lhe dissera não poder concordar. Admite-se que a escolha possa oscilar entre o Senador Faria e o Deputado Monteiro de Castro. O ministro promete diligenciar."

A iniciativa não deve ter sido, porém, feliz, pois, nos dias que se seguiram, se tornou crescente a tensão entre Brasília e Belo Horizonte, onde circulava inclusive o boato da mobilização da poderosa Força Pública. Em 22 de julho, véspera da partida do Presidente para breve viagem ao Ceará, enviara-se ao Congresso o projeto sobre

---

<sup>5</sup> Nota de Paulo Sarasate, e anexa ao seu "Diário".

as inelegibilidades, e à noite, depois de o Presidente receber Bilac Pinto, recém-chegado da capital mineira, um diálogo telefônico entre Castelo e Magalhães agravou imprevisivelmente as relações entre ambos. Contou-se na ocasião que havendo o Presidente declarado, em meio à conversa, ter dificuldade em ouvir, pois a ligação não estava boa, retrucara o governador: “Presidente, o que não está boa é a conversa.” Na realidade fora péssima, e na mesma noite se acertou a ida de Golberi a Belo Horizonte, enquanto o general Malan, comandante de Juiz de Fora, iria ao Rio avistar-se com o general Geisel.

O balanço foi tranqüilizador: informou-se ao Presidente não ser necessário antecipar o regresso, conforme admitira. Golberi abrandou a temperatura, e um telegrama para Fortaleza dizia com otimismo: “Mal-entendido conversação telefônica noite 22 praticamente superado abrindo possibilidades novos entendimentos.”

Simples ilusão. Até porque, se os interesses antagonísticos podem encontrar um ponto de conciliação, o mesmo não ocorre com as idéias, que não admitem meio-termo. No caso, o ponto de discórdia eram as eleições, que Magalhães não aconselhava, e das quais Castelo não abria mão. Não havia, portanto, como se entenderem. No sábado, 26, o Presidente retornou de Fortaleza. Nesse mesmo dia, numa demonstração de que o entendimento era impossível, Magalhães concedeu, no Rio, violenta entrevista contra o Presidente. Entre muitas acusações, dizia que a Revolução acabara não dando os frutos esperados e entrara num processo de autofagia, “comendo as suas próprias entranhas”, como acontecera com as prisões do almirante Rademaker e do coronel Martinelli. Censurava haver-se entregue à Justiça Eleitoral — e não à própria Revolução — declarar quais os inelegíveis. Queixava-se de Minas não estar contemplada na Federação, e acentuava representar a opinião dos mineiros contra a compra da Amforp, a política dos minérios, a política econômica, e o agravamento das dificuldades de vida do povo. Quanto às eleições afirmava não haver pleiteado o “adiamento simples do pleito, mas o estabelecimento de um calendário eleitoral que melhor respondesse às inquietações dos revolucionários.” Por último, referia-se à prorrogação do seu mandato, “votado pela Assembléia, tão legitimamente quanto foi o mandato do Presidente Castelo Branco pelo Congresso.”

Era um petardo atirado no momento em que o Presidente se deparava com várias áreas descontentes, e das quais, possivelmente, Magalhães desejava tornar-se o líder. Não sendo ministro — dizia o Presidente — Magalhães parecia querer derrubá-lo. Ao conhecer a entrevista, Castelo não perdeu tempo em redigir uma réplica excessivamente amarga, agressiva, e que exprimia a indignação que lhe assoberbava o espírito. E, acentuando a injustiça das acusações,

dava conta dos motivos das divergências: “É que ele [Magalhães Pinto], num personalismo radicalizado, não quer as eleições e quer o poder sem eleições. Mas, haverá eleições em 1965. E a Polícia Militar de Minas Gerais será empregada na garantia do pleito, e não contra as urnas... E haverá também eleições em 1966, sobretudo para a escolha do meu sucessor. Trata-se com isso, inelutavelmente, da aplicação do Ato Institucional, da Constituição e da vontade da Nação.” Essa nota ele a enviou ao Chefe da Casa Militar.

Geisel, sem os mesmos motivos, viu logo os inconvenientes, e desaconselhou francamente a sua publicação. Aliás, a consulta mostrava que o próprio Presidente duvidava da oportunidade da nota, logo transformada numa peça de arquivo. Acertou-se então que, em vez do Presidente fazê-lo pessoalmente, uma “fonte autorizada” daria a resposta. E, tal como ele desejara, esta foi clara, explícita e pormenorizada, rebatendo item por item as acusações do governador mineiro.

Assim, depois de informar que segundo “fonte ligada à Presidência da República” o Presidente não pretendia responder às declarações de Magalhães por considerar que a Revolução seguia o seu curso normal, e ser evidente o apoio do país à realização das eleições, *O Globo* divulgava o ponto de vista oficial: explicava as prisões de Rademaker e Martinelli; tratava das boas relações do Presidente com o Congresso, dentro do objetivo da Revolução, o “restabelecimento da plenitude do sistema democrático”; mostrava ser a lei de inelegeribilidades um diploma revolucionário; e, por último, voltava ao âmago da divergência: “o Sr. Magalhães Pinto investe contra o Governo e a Revolução, mas apenas por um fato, claro à vista de todos: é contra as eleições em seu estado, este ano.”

A resposta não tinha subterfúgios: eliminava os caminhos da conciliação. De fato, chegara-se a um limite em que a paixão parecia substituir a justiça, além de que a perspectiva da aliança Lacerda-Magalhães preocupava o Governo, conhecedor dos perigos que o rodeavam. Prova disso é o “panorama político” então esboçado pela “fonte autorizada” que formulava estas observações:

*“O rompimento, praticamente efetivo, dos governadores de Minas Gerais e da Guanabara com o Governo Federal, prenunciando a consolidação, no setor revolucionário, de uma frente de oposição, veio a criar condições suscetíveis de possibilitar, em futuro próximo, desenvolvimentos mais graves, transbordando do campo meramente político.”*

Era a advertência da possibilidade de uma rebelião. E o documento continuava:

*“Embora aqueles governadores sejam, entre si, competidores em potencial, como candidatos que ambos são à presidência da República,*

e se defrontem, pelo menos ostensivamente, quanto à tese da realização das eleições em 1965, nem por isso a sua aliança, numa 1.ª fase, contra o Governo Federal, deixa de ser bem possível; antes, já esboçada como se vê hoje, poderá consolidar-se em curto prazo, caso não seja mais viável a recuperação de um dos dois para a órbita federal. Considerada tal hipótese de um eixo Guanabara-Minas, é certo que, em torno do mesmo, logo se aglutinarão, em maior ou menor força e mais ou menos solidamente, vários grupos revolucionários ora descontentes com a orientação do Governo Federal, por mais diversos que sejam os motivos de suas frustrações ou irritação: elementos da chamada 'linha dura', englobando encarregados de IPM e membros da 'Líder'; elementos descontentes da Marinha, em virtude dos problemas da Aviação Embarcada e do Ministério da Defesa; elementos revolucionários históricos que se julgam marginalizados; elementos reacionários que não toleram as reformas implantadas pelo Governo, em particular a Reforma Agrária (grupo da Associação Rural de S. Paulo, capitaneado por Sálvio de Almeida Prado; grupo da Reforma Agrária — Questão de Consciência, com D. Sigaud; grupo da LUCI, com o Deputado de São Paulo, Conceição da Costa Neves, etc.); elementos das classes produtoras prejudicados em seus interesses (certos grupos industriais de São Paulo e Minas, cafeicultores sobretudo do norte do Paraná).<sup>6</sup>

Depois, naturalmente, vinha a consequência:

"A respeito, já há mesmo indicações seguras de forte trabalho de aliciamento, promovido em especial por ativistas ligados ao governador da Guanabara, entre eles, em S. Paulo, o citado Sálvio de Almeida Prado, cujo nome vem associado ao do deputado Herbert Levi, e no Rio de Janeiro, notórios elementos da 'Líder'. Tais grupos, ademais, buscarão mobilizar a opinião pública com os slogans já correntes do 'fracasso da Revolução', da marginalização de estados da 'política econômico-financeira desastrosa', e da política exterior entreguista" etc.

Tornava-se claro que os adversários das eleições não se dispunham a aceitá-las como fato consumado, e o Governo devia preparar-se para qualquer eventualidade. O curioso é que, enquanto acusavam Castelo de moderado nas punições em nome da Revolução, os esquerdistas também continuavam a lapidá-lo, acoimando-o de ditador e arbitrário. Afonso Arinos, que estava longe de ser radical contra a Revolução, definiu nessa época o Governo Castelo Branco como sendo "de forma legal e de fundo revolucionário e até certo ponto ditatorial." Seguramente, o Presidente conservava-se atento, e ao apreciar aquele documento, que trazia a nota de "ultra-secreto", após-

<sup>6</sup> In *O Globo* de 28-6-65.

lhe esse despacho: “Este documento deve servir de base a uma Instrução ao EMFA e aos Ministros Militares. Em 5 de julho 65. H. Castelo Branco.” Não deviam ignorar os riscos.

Aliás, Magalhães parecia alimentar certa indecisão quanto à possibilidade de uma rebelião contra o Governo, da qual seria ele o estopim. Na ocasião, um jornalista, Pedro Gomes, que bem o conhecia, traçou dele, no *Jornal do Brasil*, pequeno perfil, mostrando quanto errôneo se lhe atribuir a “excessiva brandura” de “um político ameno, contempORIZADOR, incapaz de desagradar a quem quer que fosse.” E, acentuando a posição assumida nos últimos meses, concluía: “Hoje ninguém acha estranho que o Sr. Magalhães Pinto possa realmente chefiar um movimento contra o Governo, para levá-lo às últimas conseqüências; e a prova disso são as precauções que se vêm tomando nos escalões responsáveis. A imagem do político ameno, contempORIZADOR, incapaz de matar uma mosca, já se perdeu no passado remoto. Magalhães volta a ser o signatário do Manifesto dos Mineiros, disposto a arriscar todo o seu destino num lance decisivo.” Ao Governo cabia apenas aguardar.

As eleições exigiam a elaboração de várias leis. Aliás, desde o início do Governo, Castelo previra a necessidade de nova legislação, uma vez que a existente estaria inadequada, pois, conforme lembrou Milton Campos, em nenhum domínio mais do que nesse se aplica o brocardo italiano: “*fatta la legge, trovato l'inganno.*” Assim ao visitar, em maio de 64, o Superior Tribunal Eleitoral, o Presidente solicitara, “em prazo que não seja longo”, um anteprojeto de lei eleitoral.

Estava-se ainda próximo dos dias inseguros da Revolução, cujo rumo se desconhecia, e a visita tivera especial significação. Cândido Mota, que presidia o Tribunal, chegara à Suprema Corte depois de fecunda e brilhante trajetória na política, no magistério e nas letras. Aliava sedimentada cultura humanista à inquieta experiência política, que lhe aprimorara a sensibilidade diante dos perigos e das conveniências. Na realidade, a toga jamais abafara o político, e para ele esse encontro com o Presidente saído da Revolução parecia de bom augúrio para a sobrevivência do Direito. Nem o escondeu na saudação em que evocou o conselho dos coríntios aos atenienses sobre ser o Direito “o caminho real da convivência”. Ele sabia que o Presidente, admirador de Rui Barbosa, entendia essa linguagem. E continuara: “A presença de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente, nos mais altos Tribunais da República, ressoa por toda parte como o empenho de seu Governo de ver a Nação tranqüilizada pelo Direito. Só assim sabe prevenir-se V. Ex.<sup>a</sup> contra mares e ventos, porque a segurança jurídica é a razão existencial dos povos fortes e sadios.”

Castelo não pensava de modo diferente: “*Nós saímos — disse-o ao agradecer — de uma época em que se procurou golpear a democracia representativa nos seus dois grandes setores: o primeiro a obstinação em se falar que era necessário fechar o Congresso; o segundo, como Sua Excelência bem assinalou, a de substituir eleições pelo recurso totalitário do plebiscito. Cabe ao Poder Executivo garantir plenamente o funcionamento da democracia representativa, de um lado assegurando ao Congresso Nacional o uso de suas faculdades, e, de outro lado, garantir o pleno exercício da Justiça Eleitoral.*”

Quase um ano tinha volvido sobre essas palavras. Entretanto, apesar das vicissitudes, Castelo permanecia a elas fiel. Em 16 de dezembro de 1964, o Tribunal Eleitoral remetera os anteprojetos do Código Eleitoral e do Estatuto Nacional dos Partidos Políticos, fruto de amplo debate coordenado pela comissão composta dos ministros Décio Miranda e Colombo de Sousa, do Dr. Geraldo Costa Manso, e presidida pelo Ministro Antônio Vilas Boas. O Presidente os fizera divulgar, solicitando críticas e contribuições de quantos desejassem trazer alguma colaboração, especialmente os partidos políticos e os governadores. Ele preferia ser vagaroso a errar o passo e precisar voltar atrás. E durante três meses se acumulara o material de que tomou conhecimento pessoalmente, examinando-o com o Ministro Milton Campos, e colaboração dos Deputados Oscar Correia e Clodomir Millet, autores de projetos eleitorais em curso no Congresso. Nessas ocasiões, a paciente capacidade de trabalho do Presidente era admirável. Ao longo das horas e horas de discussão dos textos não revelava fadiga, nem pressa. A cada passo fazia a ponderação adequada, dava a palavra de bom senso, ou emitia a observação oportuna. E a todos cativava pela cortesia espontânea. Com Milton Campos parecia esquecer as horas, pois cada sugestão era seguida da evocação, por um ou por outro, de pessoa ou episódio, geralmente de Minas Gerais, donde o Presidente guardava um mundo de gratas recordações. Em 20 de abril de 1965, os anteprojetos foram enviados ao Congresso com pequenas modificações.

Pouco depois, atendendo ao sugerido pelo Superior Tribunal Eleitoral, o Presidente propôs a emenda constitucional que atribuiu à legislação ordinária declarar casos de inelegibilidades. Era a volta à Constituição de 1891. Permitia-se estabelecer, por lei especial, os casos de incompatibilidades eleitorais, “notadamente as fundadas na preservação da ordem democrática instituída; na defesa do patrimônio público e da probidade na administração; na repressão do abuso de poder econômico, especificadamente no curso do processo eleitoral; a prevenção contra a influência do cargo ou função, capaz de comprometer a lisura e a normalidade dos pleitos eleitorais.” Com uma nova redação, a mensagem deu origem à Emenda Constitucional



n.º 14, promulgada em 3 de junho de 1965, e de extraordinária influência sobre as eleições desse ano. Sem ela dificilmente o Governo conseguiria realizar o pleito.

Freqüentemente, o mundo político revela hipersensibilidade diante do perigo, que pressente à distância. É uma espécie de instinto de conservação. Agora, eram evidentes os sinais de sentir-se inseguro, inquieto, e em busca de solução tranqüilizadora. E, como ocorrera algumas vezes no passado, muitos viram no parlamentarismo uma porta de saída. Era o que Mem de Sá, em frase faceta, costumava resumir, dizendo ser aquele o elixir paregórico das cólicas do presidencialismo. Realmente, desde dezembro Golberi advertira que o assunto estava no ar. Em julho avolumara-se o número dos que admitiam o governo parlamentar, em consequência do que a emenda constitucional formulada pelo Deputado Raul Pila obteve o apoio de dois terços dos deputados.

Vários motivos concorriam nessa marcha para o parlamentarismo, que, além dos seus "fiéis", como os Libertadores gaúchos, Aliomar Baleeiro, Afonso Arinos e outros, passara a aliciar não somente os que nele viam uma fórmula para evitar a eleição de Lacerda, mas também os favoráveis à reeleição de Castelo, idéia que vinha de longe, sempre repelida pelo Presidente. Em 28 de setembro do ano anterior, por exemplo, Baleeiro jantara conosco, no Ipê, juntamente com Golberi e o Deputado Antônio Carlos Magalhães. Por todo o tempo, a conversa girara em torno do parlamentarismo, ao qual Golberi não era simpático, não acreditando na sua tramitação no Congresso. Baleeiro insistentemente acenara com a reeleição do Presidente. Mas este, embora admitisse curvar-se a uma decisão do Congresso, receava a instabilidade dos governos parlamentares. Certo dia, em setembro de 64, depois de tratar com o general Golberi e comigo da reforma eleitoral, o Presidente falou do parlamentarismo, emitindo opiniões que anotei na ocasião: *"Em seguida é o Presidente que trata da anunciada emenda parlamentarista que será apresentada ao Congresso. Diz que a atual Câmara não parece ter condições ou expressão para empreender tal reforma, que deveria ser levada a cabo — embora ele seja presidencialista — por uma constituinte, devendo a Câmara dissolver-se depois de feita a eleição. Ele também abriria mão do fim do seu período, caso a constituinte assim entendesse. Golberi não aceita o parlamentarismo, e o Presidente se manifesta por um presidencialismo controlado."*

Durante meses o parlamentarismo permaneceria como a solução para qualquer evento, e numerosos foram os entendimentos, conversas, objeções e vaticínios em torno do assunto. Em junho de 65, quando mais agudo o desentendimento entre o Governo Federal e Magalhães Pinto, alguns acreditaram oportuno experimentar o novo

regime. Organizou-se então a comissão parlamentar para opinar sobre a emenda Pila, e o Deputado Oliveira Brito, escolhido relator, declarou que "sempre é bom que o Congresso tenha em mãos um instrumento para enfrentar a eventualidade de uma grave crise institucional." A emenda seria um remédio na prateleira. E o próprio Deputado Raul Pila, líder histórico do parlamentarismo, e a quem o idealismo isentara de malícia, imaginou chegada a hora que acalendara durante toda a vida. "Já chegamos atrasados à organização da Comissão", dissera ele aos jornalistas nessa ocasião. E tinha como fatal a implantação do parlamentarismo, uma vez que a sucessão presidencial conduziria o país a um embaraço invencível dentro do regime vigente.

Nessa fase, além de Afonso Arinos, que concebera um regime intermediário, a que denominara de "congressional", Aliomar Baleeiro foi dos mais ativos propugnadores da mudança do regime, e por mais de uma vez conversou sobre o assunto com o Presidente. Certa feita, em abril, havendo regressado da Argentina, onde era visível o perecimento do governo de Illia, Baleeiro almoçou com Castelo, no Alvorada, e, em tom irônico, o Presidente perguntou-lhe pelo "seu" parlamentarismo. Discutiram longamente, e o Presidente, revelando os receios nascidos da instabilidade ministerial na França, que observara pessoalmente em 1934, interessara-se pelo *modus faciendi* de aprovação da emenda e inserção dela de molde a não quebrar o conjunto remanescente. Baleeiro não sentiu nele viva resistência ao parlamentarismo. Pouco mais tarde, em julho, Baleeiro, que dizia estar o Presidente fazendo a política do Congresso e não a clássica política dos governadores, voltou à carga, comunicando-lhe que iriam acelerar a marcha da emenda. "Ainda não. Mais adiante será melhor", aconselhou-o o Presidente. A advertência figurava-se hesitação favorável.

Ao contrário de Raul Pila, reconhecido apóstolo do parlamentarismo que preferia sacrificar a emenda a conspurcá-la com alguma transigência, Baleeiro não era um ortodoxo. Imaginava-se um espírito prático, o que talvez não fosse exato. O certo é que, para contornar resistências em meios governamentais e militares, ele redigiu, para exame, duas emendas com variantes para o parlamentarismo. Uma delas consistia em substituir os artigos 79 a 93 da Constituição que dispunham sobre o Poder Executivo, por outros de teor parlamentarista, para atenuar os defeitos do presidencialismo. Adotava a eleição indireta e o Presidente assumia o papel de grande pacificador do regime, espécie de Primeiro Magistrado da Nação, acima dos partidos. O segundo texto, mais fluido, atendia aos arautos do "parlamentarismo gradual", e inseria na Constituição apenas os grandes princípios parlamentaristas, deferindo à lei ordinária a complemen-

tação do sistema. Ambos os textos chegaram ao Presidente e a Golber, mas provocaram amarga reação de Raul Pila, que os considerava inaceitável violação de princípios imutáveis. Mais tarde, em setembro de 1966, ao considerar perdida a partida, Pila retirou-se da vida pública, escrevendo um testamento político cheio de desilusão, no qual também se voltava contra a Revolução, que certamente imaginara a grande oportunidade para a vitória do parlamentarismo. Dizia a certa altura: "É uma revolução às avessas, que se desenvolve e perfaz contra si mesma." Ao que o Presidente anotou à margem: "*Por ser presidencialista.*"

Por haver logrado o apoio de alguns militares, entre os quais os Coronéis Cerqueira Lima, Negreiros e Rui Castro, que buscavam uma fórmula de conciliação naquele mundo inquieto e confuso, a tentativa de Baleeiro ainda viveu algum tempo. Também Adauto Cardoso insistia junto a Cordeiro de Farias para, numa conferência na Escola Superior de Guerra, anunciar a nova estrada de Damasco — o parlamentarismo. Cordeiro, entretanto, sensível ao meio militar, não admitiu abraçar o novo credo. Era talvez o único ponto em que as suas idéias coincidiam com as de Costa e Silva, cujo pensamento era assim resumido por um porta-voz: "O ministro vê no movimento pela reforma do regime, e sobretudo no projeto parlamentarista, um artifício para resolver o problema político pelos seus efeitos circunstanciais e não pela sua base... O que se quer, na verdade, é uma escapatória e não uma solução." De fato, os militares, na sua maioria, enterravam o parlamentarismo, do qual se lembravam pelas desastrosas conseqüências no efêmero período em que vigira durante o governo de Goulart. Agora, temiam repetir o erro.

Novas fórmulas, contudo, ainda surgiriam, pois muitos entendiam possuir a verdade trancada numa gaveta.

Nos primeiros meses de 1965 muitas coisas haviam acontecido. Entre elas o *habeas corpus* ao ex-governador Miguel Arrais, cujo cumprimento originou um incidente entre o presidente do Supremo Tribunal, Ribeiro da Costa, e o General Edson Figueiredo, militar ímpoluto, revolucionário radical, e por isso mesmo inconformado com a decisão. Ribeiro da Costa, magistrado proveniente de uma família de ilustres militares, tinha o garbo dos gestos liberais, o ímpeto das decisões generosas, e freqüentemente a prudência não o acompanhava. Castelo precisara intervir para apaziguar os ânimos, ficando o assunto encerrado quando Ribeiro da Costa o visitou, entregando-lhe um ofício explicativo. Na ocasião, o Advogado Sobral Pinto, para alguns a encarnação da bravura na profissão, telegrafou aplaudindo o Presidente, pois, segundo dizia, as "circunstâncias di-

fíceis em que a decisão foi cumprida exigiram coragem, isenção e lucidez merecedoras de louvor." Fazia justiça.

É dessa fase a participação do Brasil na Força Interamericana de Paz, para assegurar a democracia na República Dominicana. O episódio foi dos mais rumorosos na vida continental, constituindo delicado problema para Castelo. Deposto o Presidente Reid Cabral, haviam-se seguido dias de violência, particularmente contra estrangeiros, e, ouvido o embaixador Taplay Bennet, decidiu o Presidente Johnson enviar 400 fuzileiros navais para proteção dos súditos norte-americanos. E como a luta induzisse a ligações do coronel Caamaño com os comunistas, Johnson inclinou-se por um segundo passo mais grave: enviou a 82.<sup>a</sup> Brigada aeroterrestre para, atendendo à solicitação do presidente da Junta de Governo da República Dominicana, restabelecer a ordem. Concomitantemente, a Venezuela, em 29 de abril, pediu à OEA a convocação da X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, para exame das ocorrências.

Em 3 de maio, Averell Harriman chegou ao Brasil, em nome do Presidente Johnson, empenhado em ajudar a sobrevivência da democracia na combalida república. Conselheiro de Roosevelt, ex-governador do Estado de Nova Iorque, embaixador em Moscou, Harriman, herdeiro de grande fortuna, tornara-se subsecretário de Estado, e uma das mais acatadas personalidades norte-americanas. Apesar de haver transposto os setenta anos, continuava vigoroso. Alto, os cabelos um pouco grisalhos, tinha uma expressão tranqüila, na qual os olhos, apertados, refletiam atenção e argúcia. A gravata borboleta lembrava o homem elegante de outros tempos. Para facilitar-lhe a missão, Harriman contava não apenas com a presença do embaixador Gordon, que se fizera amigo do Presidente, mas também com as próprias idéias deste. Tendo feito uma revolução para evitar a instalação de um governo comunista no Brasil, Castelo não parecia partidário de cruzarem-se os braços diante do incêndio na casa alheia. Se existia uma comunidade "latino-americana" não havia por que nos mantermos indiferentes à sorte de cada qual dos interessados. Tanto mais quanto a Força Interamericana estava unvida pelo voto da OEA, e o Brasil devia assumir responsabilidades inerentes à sua posição no Continente.

Em 19 de maio, a Câmara, por 190 votos contra 99, autorizou o envio de tropas para o Caribe, e cuidou-se de organizar o Destacamento Brasileiro, que se fez conhecido como o FAIBRAS. Comandou-o o Coronel Meira Matos, da Casa Militar da Presidência, e a cuja escolha precedeu acurado exame pelo Presidente e o general Geisel. Era a prova da importância atribuída à participação brasileira, tendo o FAIBRAS, em 27 de maio, completado a sua concentração em Santo Domingo. Compunham-no um Batalhão de Infan-

taria, com 1.200 homens; um Grupamento de Fuzileiros Navais, com 250 praças, e elementos da Aeronáutica e da Marinha, integrantes do Estado-Maior da FIP. Ao Brasil tocou ainda o comando da FIP, inicialmente confiado ao General Panasco Alvim, e, posteriormente, ao General Álvaro Braga.

Jamais seriam uniformes as notícias sobre a situação na República Dominicana, e a diversidade semeou inúmeras dúvidas. Aliás, a própria imprensa norte-americana, por exemplo, com o *New York Times* à frente, negava o perigo comunista. É um artigo do embaixador John Bartlow Martin, a que se seguiu complexo plano apresentado por McGeorge Bundy, aumentara a confusão, ao tempo em que o Sr. Mayobre e o general Rikhye, ambos da ONU, se desentendiam com os enviados da OEA. Para formar um ente de razão, o Presidente Castelo enviou o Ministro Nascimento Silva, então trabalhando na embaixada do Brasil em Londres, tendo-lhe recomendado que buscasse ouvir o Coronel Meira Matos. Igual recomendação ele faria ao bispo D. Eugênio Sales, que seguira em visita aos soldados brasileiros. Ao regressar, Nascimento Silva foi nomeado embaixador, como representante pessoal do Presidente, visto não termos relações diplomáticas com alguma das facções em luta, embora fosse nítida a preponderância militar do general Imbert.

Durou pouco mais de ano a missão do FAIBRÁS. Ao ser extinto, em setembro de 1966, bem cumprira as suas tarefas, e a paz voltara à República Dominicana, tendo Joaquim Balaguer, ao contrário do esperado pela maioria dos observadores, vencido Juan Bosch nas eleições para presidente.

O grande acontecimento social desse período foi a visita do Xainxá do Irã, chegado no dia seguinte a Harriman. Depois de De Gaulle, nenhuma personalidade despertou curiosidade igual à suscitada pela bela e jovem Imperatriz. Pela falta de local melhor, eu deixara o Ipê para aí se instalarem os Imperadores. E, numa observação bem militar, o Presidente chamou-me a atenção para o donaire do Xainxá ao passar em revista as tropas postadas em sua honra. Era impecável. Durante breves dias o Governo foi dominado pela nota de mistério e de fausto oriental, em meio do qual os deslumbrantes adereços da Imperatriz lembravam as *mil e uma noites*. Naquele seu porte Sua Majestade parecia mostrar-se orgulhosa com a parcela de desenvolvimento realizado em favor do seu povo, a quem buscava elevar pela educação. Em mais de uma oportunidade referira-se com emoção ao progresso do Irã. E os vinte e cinco séculos de dinastia não pareciam pesar-lhe.

Passageiros intervalos. Na realidade, logo que se anunciaram as eleições diretas, elas principalmente polarizavam e inquietavam a atenção do país.